

Rodrigo Coelho de Carvalho

**As migrações nas cidades médias de
Minas Gerais e seus impactos no
crescimento e na composição por sexo e
idade da população no período 1980-2010**

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2013

Rodrigo Coelho de Carvalho

**As migrações nas cidades médias de Minas Gerais
e seus impactos no crescimento e na composição
por sexo e idade da população no período 1980-
2010**

Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Demografia.

Orientador: Prof. José Irineu Rangel Rigotti

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2013

Folha de Aprovação

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos professores e funcionários do CEDEPLAR, instituição da qual eu me orgulho de fazer parte. Ao Prof. Irineu Rigotti, por sua solicitude e dedicação como orientador. Aos professores Alisson Barbieri, José Alberto Magno de Carvalho, Simone Wajnman, Dimitri Fazito, Cássio Turra, Roberto do Nascimento, Eduardo Rios-Neto, Laura Wong e Moema Fígoli, cujas aulas, sugestões, conselhos e lições foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação e para a minha formação como demógrafo. Também gostaria de agradecer ao Geovane Máximo e à Alane Rocha por sua competência e dedicação como professores substitutos / monitores.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo suporte financeiro foi fundamental para possibilitar que eu me dedicasse exclusivamente ao mestrado e à elaboração desta dissertação.

Aos meus colegas da “coorte 2011” pela companhia, amizade, suporte e cooperação durante as disciplinas. Devo um obrigado especial ao Octávio, sempre disposto a ajudar e esclarecer minhas dúvidas sobre estatística, matemática e afins.

Ao Glauco Umbelino, a quem tanto devo, por seus conselhos, apoio e por tantas ajudas desinteressadas.

Por último, gostaria de agradecer muito aos meus pais, Claurídio e Regina, por seu apoio, amor incondicional e por acreditarem em mim. À Cláudia, minha grande companheira, por seu amor, carinho e compreensão. A toda minha família e a todos os meus amigos que tornaram menos árdua essa jornada.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Área de Concentração Populacional

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PIA – População em Idade Ativa

REGIC – Região de Influência das Cidades

SIG - Sistemas de Informações Geográficas

SM – Saldo Migratório

TBM – Taxa Bruta de Mortalidade

TBN – Taxa Bruta de Natalidade

TLM – Taxa Líquida de Migração

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 AS MIGRAÇÕES E A URBANIZAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1950	16
2.1 A concentração econômica e populacional das décadas de 50 e 60: êxodo rural e metropolização	16
2.2 Década de 70: o debate sobre a relação entre migração e desenvolvimento frente a reestruturação produtiva e ao início dos processos de desconcentração econômica e populacional no Brasil	19
2.3 Os fluxos migratórios e a urbanização na “década perdida”: reflexos da crise dos anos 80	26
2.4 Os anos 90 e a virada do milênio: A consolidação de um novo padrão migratório brasileiro? Incertezas e desafios teóricos	31
3 ORIGEM E CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CIDADES MÉDIAS	38
3.1 Origem e evolução das discussões sobre as cidades médias	38
3.2 A construção de um quadro teórico sobre as cidades médias baseado no REGIC 2007	41
4 FONTES DE DADOS, REVISÃO CONCEITUAL E METODOLOGIA	51
4.1 O conceito de migração e as informações dos censos demográficos brasileiros sobre migrações internas	51
4.2 Os conceitos de saldo migratório, migrante “data fixa” e taxa líquida de migração	52
4.3 Procedimentos metodológicos	55
5 AS MIGRAÇÕES NAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS E SEUS IMPACTOS DEMOGRÁFICOS	59
5.1 Os efeitos das migrações no crescimento populacional das cidades médias de Minas Gerais	59

5.2 Breves considerações sobre origem e destino dos migrantes das cidades médias de Minas Gerais.....	78
5.3 A composição por sexo dos migrantes e o impacto das migrações na razão de sexo das cidades médias de Minas Gerais	86
5.4 O perfil etário dos migrantes e o impacto das migrações na estrutura etária das populações	93
6 CONCLUSÃO.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS CIDADES MÉDIAS EM MINAS GERAIS.....	50
TABELA 1 - POPULAÇÃO E TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DO BRASIL, MINAS GERAIS E DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS DE 1980 A 2010.....	60
FIGURA 2 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS: 1980, 1991, 2000 E 2010.....	60
FIGURA 3 – TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS NO PERÍODO 1980-2010.....	62
FIGURA 4 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DO BRASIL, MINAS GERAIS E DO CONJUNTO DAS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS DE 1980 A 2010.....	62
TABELA 2 – SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS NOS PERÍODOS 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010.....	64
FIGURA 5 – SALDOS MIGRATÓRIOS DAS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS NOS PERÍODOS 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010.....	65
FIGURA 6 – SALDO MIGRATÓRIO DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS ENTRE 1986 E 1991.....	66
FIGURA 7 - SALDO MIGRATÓRIO DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS ENTRE 1995 E 2000.....	67
FIGURA 8 - SALDO MIGRATÓRIO DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS ENTRE 2005 E 2010.....	68
FIGURA 9 – TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS NOS QUINQUÊNIOS 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010.....	71
FIGURA 10 – TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS ENTRE 1986 E 1991.....	73

FIGURA 11 – TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS ENTRE 1995 E 2000.....	75
FIGURA 12 – TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS ENTRE 2005 E 2010.....	77
TABELA 3 – ORIGEM E DESTINO DOS IMIGRANTES E EMIGRANTES DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS NOS QUINQUÊNIOS 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010 (%).....	78
TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO DOS MIGRANTES DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS QUE TIVERAM O SUDESTE COMO ORIGEM OU DESTINO (1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010).....	79
TABELA 5 – RAZÃO DE SEXO DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS, DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO BRASIL NOS ANOS DE 1980, 1991, 2000 E 2010.....	86
FIGURA 13 – RAZÃO DE SEXO DO BRASIL, MINAS GERAIS E DAS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS DE 1980 A 2010.....	87
FIGURA 14 – RAZÃO DE SEXO DO BRASIL, MINAS GERAIS E DAS CIDADES MÉDIAS MINEIRAS, DESAGREGADA NOS GRUPOS ETÁRIOS DE 0 A 44 ANOS E ACIMA DE 45 ANOS.	88
TABELA 6 – RAZÃO DE SEXO DOS MIGRANTES DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS NOS QUINQUÊNIOS 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010.....	90
FIGURA 15 – RAZÃO DE SEXO DOS IMIGRANTES DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS NOS QUINQUÊNIOS 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010	90
FIGURA 16 – RAZÃO DE SEXO DOS EMIGRANTES DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS NOS QUINQUÊNIOS 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010	91
FIGURA 17 – RAZÃO DE SEXO DOS IMIGRANTES E EMIGRANTES DO CONJUNTO DAS CIDADES MÉDIAS NOS QUINQUÊNIOS 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010	92

TABELA 7 – DIFERENÇA PERCENTUAL NA RAZÃO DE SEXO DAS CIDADES MÉDIAS PROVOCADA PELAS MIGRAÇÕES NOS QUINQUÊNIOS QUE ANTECEDEM OS CENSOS DE 1991, 2000 E 2010.....	93
TABELA 8 – IDADE MEDIANA DA POPULAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS, DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO BRASIL NOS ANOS DE 1980, 1991, 2000 E 2010.....	94
TABELA 9 – RAZÃO DE DEPENDÊNCIA TOTAL, JOVEM E DE IDOSOS DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS, DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO BRASIL NOS ANOS DE 1980, 1991, 2000 E 2010.....	94
FIGURA 18 – RAZÃO DE DEPENDÊNCIA TOTAL, JOVEM E DE IDOSOS DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS NOS ANOS CENSITÁRIOS DE 1980, 1991, 2000 E 2010.....	96
FIGURA 19 – PIRÂMIDES ETÁRIAS DE MINAS GERAIS E DE SUAS CIDADES MÉDIAS EM 1980,1991, 2000 E 2010.....	97
TABELA 10 – IDADE MEDIANA DOS IMIGRANTES E EMIGRANTES DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS NOS QUINQUÊNIOS 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010.....	98
TABELA 11 – PORCENTAGEM DOS MIGRANTES DE 0 A 29 ANOS DE IDADE NAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS NOS QUINQUÊNIOS 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010.....	99
FIGURA 20 – PIRÂMIDES ETÁRIAS EM 1991, 2000 E 2010 DOS IMIGRANTES E EMIGRANTES DAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS NOS QUINQUÊNIOS 1986-1991, 1995-2000 E 2005-2010.....	100

RESUMO

O principal objetivo desta dissertação é investigar as migrações nas cidades médias de Minas Gerais e os seus efeitos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010. Com o objetivo de promover uma reflexão teórica e contextualizar no tempo e no espaço os processos analisados, foi feito um histórico das migrações e da urbanização no Brasil. Foram abordadas, entre outras questões, os efeitos da transição demográfica, os principais embates teóricos no campo das migrações e a discussão sobre a relação entre as migrações e o desenvolvimento. Em seguida, apresentou-se o critério de definição das cidades médias utilizado neste estudo, elaborado a partir da pesquisa “Região de Influência das Cidades 2007” ou “REGIC 2007” (IBGE, 2008). Finalmente, após uma revisão conceitual e a exposição dos procedimentos metodológicos, com a utilização dos dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e dos dados referentes ao quesito de migrante “data fixa” dos três últimos censos (desagregados por sexo e idade), foi feita uma breve análise da origem e do destino dos migrantes e uma avaliação dos impactos das migrações no crescimento populacional e na composição por sexo e idade das populações das cidades médias de Minas Gerais.

Palavras-chave: Cidades médias; migrações; crescimento populacional; composição por sexo e idade.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to investigate migration in the medium/intermediate cities of Minas Gerais and its effects on growth and composition by age and sex of the population in the period 1980-2010. Aiming to promote a theoretical reflection and contextualize in time and space the analyzed processes, it was made a brief history of migration and urbanization in Brazil. It was broached, among other issues, the effects of the demographic transition, the main theoretical debates in the migration field and the discussion of the relationship between migration and development. Then, it was presented the criterion for defining medium / intermediate cities used in this study, based on the research "Influence Regions of the Cities 2007" or "REGIC 2007" (IBGE, 2008). Finally, after a conceptual review and the exposition of the methodological procedures, using data from the Demographic Censuses of 1980, 1991, 2000 and 2010 and the data related to the question of migrant "fixed date" of the last three censuses (disaggregated by sex and age), it was made a brief analysis of the migrants origin and destination and an evaluation of the migration impacts on population growth and composition by age and sex of the populations of medium / intermediate cities of Minas Gerais.

Keywords: Medium/ intermediate cities; migration; population growth; composition by age and sex.

1 INTRODUÇÃO

Ao mesmo tempo em que as cidades médias adquirem uma crescente importância na rede urbana nacional, em parte devido aos processos de descentralização e reestruturação produtiva iniciados a partir da década de 70, estudos recentes sugerem a emergência de uma nova configuração dos padrões migratórios brasileiros (IPEA-IBGE-UNICAMP, 2001; MATOS e BAENINGER, 2005; BAENINGER, 2011; BRAGA, 2011; RIGOTTI, 2011; RIGOTTI e CUNHA, 2012; BRITO, 2006). Além de evidências de um arrefecimento do ritmo de crescimento das metrópoles, existem indícios de uma diminuição dos fluxos de longas distâncias, aumento das migrações intrarregionais e de curta distância, redução dos fluxos em direção às fronteiras agrícolas, maior seletividade nos fluxos de migrantes (em relação à escolaridade, renda, idade, etc.) e maior circularidade dos movimentos populacionais, com o aumento da migração de retorno e vários estágios migratórios (IPEA-IBGE-UNICAMP, 2001).

A redução abrupta do crescimento natural, em função da diminuição sustentada da fecundidade, colocou a migração como o principal componente determinante da distribuição espacial da população brasileira (RIGOTTI, 2008). Assim, as modificações na configuração da rede urbana nacional nas últimas décadas relacionam-se diretamente com as migrações, que, por sua seletividade, vão causar impactos demográficos tanto nas áreas de atração quanto nas áreas de perdas migratórias, com implicações para o planejamento e para a formulação de políticas públicas. A migração, assim como as outras componentes demográficas (fecundidade e mortalidade), tem o poder de alterar o tamanho, a distribuição espacial e a composição por idade e sexo das populações.

O objetivo principal desta dissertação é investigar as migrações nas cidades médias de Minas Gerais e os seus efeitos no crescimento e na composição por sexo e idade da população ao longo do período 1980-2010. Nas próximas décadas, a fase da transição demográfica denominada “bônus” ou “dividendo” demográfico deve se encerrar no Brasil, o que torna análises desse tipo cada vez

mais importantes para a compreensão da natureza das dificuldades que serão vivenciadas pelo país. RIGOTTI (2011, p.150) ressalta a premente necessidade de estudos que levem em consideração explicitamente a estrutura etária dos migrantes, pois, apesar dos inegáveis avanços tanto na incorporação e aperfeiçoamento da informação censitária quanto das técnicas de análise no campo das migrações, essa e outras questões ainda precisam ser melhor desenvolvidas:

“Dado o contexto da transição demográfica e as alterações dos movimentos populacionais das últimas décadas, os efeitos do processo de envelhecimento certamente serão cada vez mais pronunciados, uma vez que a grande maioria dos migrantes são adultos jovens. Apesar da redução da fecundidade e conseqüente diminuição do ritmo de crescimento populacional, algumas simulações simples elaboradas em Rigotti (2008) sugerem que o número absoluto de migrantes tende a aumentar nas próximas décadas, desde que este contingente acompanhe o crescimento da população em idade ativa. Este é apenas um exemplo de que análises levando em conta, explicitamente a estrutura etária são mais do que bem vindos, são urgentes” (RIGOTTI, 2011, p.150).

O autor também se refere à necessidade de uma maior incorporação das técnicas de análise espacial com o auxílio de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), pois a exploração de dados sobre migrações pode ser utilizada para a visualização, identificação e análise de padrões espaciais (RIGOTTI, 2011). Nesta dissertação, apesar de estes recursos terem sido utilizados apenas de forma exploratória, eles foram bastante úteis ao permitir a visualização dos municípios das cidades médias, dos seus saldos migratórios e das taxas líquidas de migração em conjunto com os outros municípios de Minas Gerais, possibilitando uma avaliação da sua inserção no contexto regional.

A escolha das cidades médias de Minas Gerais como unidades espaciais de análise se justifica por vários fatores. As cidades médias, como as migrações, assumem um importante papel no processo de redistribuição interna da população brasileira, contribuindo para o amortecimento do crescimento das metrópoles e tornando mais densas as redes urbanas (MATOS e BAENINGER, p.21, 2005). Segundo Amorim Filho e Serra (2001, p.11), a essa categoria de cidades caberia a importante função de multiplicação de postos avançados de expansão do sistema socioeconômico nacional.

Diversos trabalhos ressaltaram a multiplicidade de funções das cidades médias e a importância de seu raio de influência, a partir de perspectivas econômicas e demográficas, com efeitos positivos na redução da pobreza, da violência, dos problemas ambientais, entre outros presentes nos grandes aglomerados. Postularam, ainda, a possibilidade de estas cidades se converterem em centros de serviços e equipamentos regionais, reforçando seus vínculos com o território e *hinterland*, não só pelo desempenho funcional, mas também pela interação das escalas social, econômica e cultural. (ARAUJO et al., 2011, p.65)

Com o objetivo de promover uma reflexão teórica e contextualizar no tempo e no espaço os processos migratórios analisados, esta dissertação inicia-se com um breve histórico das migrações e da urbanização no Brasil. Entre outras questões, foram abordadas as principais teorias da migração, a discussão sobre as relações entre a migração e o desenvolvimento e a relação da transição demográfica com a urbanização e as migrações.

O terceiro capítulo desta dissertação aborda as origens e o desenvolvimento das discussões sobre as cidades médias e mostra como, a partir do estudo “Região de Influência das Cidades 2007” (IBGE, 2008), foi elaborado o critério de definição de cidades médias utilizado neste trabalho.

O quarto capítulo, de caráter mais formal e metodológico, apresenta as fontes de dados utilizadas, os principais conceitos empregados e expõe os procedimentos metodológicos adotados nesta dissertação.

No quinto capítulo, os resultados são expostos, analisados e discutidos. Além de indicar o papel das migrações no crescimento populacional das cidades médias de Minas Gerais, este capítulo traça considerações sobre a origem e o destino dos migrantes (em nível estadual) e mostra o impacto das migrações na composição por sexo e idade das populações das cidades médias de Minas Gerais no período 1980-2010.

Esta dissertação faz parte do projeto de pesquisa “Avaliação crítica e propostas de técnicas de análise da mobilidade espacial da população brasileira a partir do Censo Demográfico 2010”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenado pelo Prof. José Irineu Rangel Rigotti. O projeto conta ainda com a participação dos professores José Alberto Magno de Carvalho, Dimitri Fazito e Alisson Barbieri.

2 AS MIGRAÇÕES E A URBANIZAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1950

Da década de 50 aos dias de hoje, o Brasil deixou de ser um país rural para se tornar um país industrializado e urbano, a partir de profundas modificações nos volumes, direções e composição dos seus fluxos migratórios internos e na sua dinâmica urbana. Essas mudanças trouxeram consigo desafios conceituais e a necessidade de utilização de diferentes arcabouços teóricos para uma melhor compreensão desses processos.

No âmbito interestadual, as migrações internas no país foram determinadas principalmente pela industrialização e pela expansão das fronteiras agrícolas e minerais, sendo o primeiro processo responsável por um volume muito maior de fluxos populacionais (BAENINGER, 2011). Eles estão altamente relacionados à urbanização e à redistribuição da população no território brasileiro, causas e consequências das profundas mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas no país ao longo da segunda metade do século passado e início deste século.

O objetivo deste capítulo é fazer um breve histórico da urbanização e das migrações no Brasil, além de uma reflexão sobre a evolução desses processos e sua relação com a transição demográfica. Foram abordados os principais embates teóricos no campo das migrações, mostrando as virtudes e as limitações das correntes de pensamento mais difundidas e como elas podem contribuir para a compreensão do caso brasileiro.

2.1 A concentração econômica e populacional das décadas de 50 e 60: êxodo rural e metropolização

Os anos 50 iniciaram um período marcado por uma profunda concentração econômica e populacional no país, manifestada no processo da metropolização (BAENINGER, 2011). Foram marcados por um intenso êxodo rural e por fluxos migratórios de longas distâncias e de grande volume, sobretudo do Nordeste para os grandes centros de desenvolvimento econômico do país no Sudeste,

destacadamente as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os emigrantes partiam de áreas rurais estagnadas ou de alta concentração fundiária em processo de modernização para os grandes centros urbanos, tornando a década de 1950 a de maior ritmo de crescimento urbano do Brasil (RIGOTTI, 2011). Esses fluxos eram alimentados ainda pelo grande crescimento natural da população, principalmente no meio rural, onde as taxas de fecundidade eram mais elevadas que nos meios urbanos.

Segundo Camarano e Abramovay (1998), do total de emigrantes rurais dos anos 50, quase metade (46,3%) eram nordestinos. De acordo com os mesmos autores este foi o período de maior migração inter-regional, fenômeno explicado pela construção da estrada Belém-Brasília, da nova Capital Federal, pelas grandes migrações para as áreas metropolitanas, pelas migrações para o trabalho na colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná, além das grandes secas no Nordeste¹. Vale ressaltar este último ponto, pois os condicionantes ambientais dos movimentos migratórios são frequentemente negligenciados pelas teorias de migrações (BLACK e ADGER, 2011)².

A década de 60, além da continuidade de um intenso êxodo rural, foi marcada pela expansão das fronteiras agrícolas e minerais, que promoveram a ocupação de extensas áreas da Amazônia Legal, incentivada pelo regime militar (RIGOTTI, p.142, 2011). Segundo Camarano e Abramovay (1998), foi nessa década que aconteceu a “grande desruralização” da Região Sudeste, com a migração de 46,5% de sua população rural, que constituía nesse período a metade de toda a população rural nacional (p.53, 1998). De acordo com Martine e Camargo (1984, p.120), apesar da volumosa emigração de nordestinos para Minas Gerais e

1 Martine (p.118, 1984) afirma que a “grande seca” ocorrida na década de 50 foi responsável pela expulsão de um grande contingente de nordestinos, cuja emigração foi facilitada pelo início de grandes obras de construção civil no Centro-Sul e Centro-Oeste do país, corroborando as afirmações de Camarano e Abramovay (1998).

2 Black e Adger (2011) apresentaram uma estrutura teórica visando o entendimento dos principais determinantes da migração, incorporando o meio ambiente e as mudanças ambientais no conjunto de fatores que influenciam a migração: as mudanças econômicas, políticas, demográficas e sociais. Embora considere as possíveis causas dos movimentos migratórios em um nível “macro”, esse quadro teórico reconhece que os fatores individuais e institucionais representam filtros importantes na determinação do ato de migrar em casos específicos (BLACK e ADGER, p.10, 2011).

Espírito Santo na década de 50, esses fluxos não afetaram a condição básica desses Estados como expulsões de população nas décadas que se seguiram.

A década de 60 foi a única em que a maior parte dos emigrantes rurais brasileiros não teve origem no Nordeste³. Nenhuma outra região brasileira sofreu uma emigração tão importante quanto o Sudeste rural nessa década, quando, apesar das altas taxas de fecundidade, observou-se uma redução absoluta em sua população rural. Os principais fatores para este movimento migratório foram a erradicação de cafezais, sua substituição por pastagens e a dissolução das “colônias” de fazendas, em parte devido às modificações na legislação trabalhista relacionada ao trabalhador rural, implementadas durante o regime militar (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998).

A migração rural-urbana foi abordada pelos estudiosos de migração desde o seus primórdios, como o trabalho pioneiro de Ravenstein (1885) intitulado “The Laws of Migration”:

“As grandes cidades proporcionam facilidades tão extraordinárias à divisão e à combinação do trabalho, ao exercício de todas as artes e à prática de todas as profissões que, a cada ano, um número maior de pessoas nelas passa a habitar” (RAVENSTEIN, 1885 In: MOURA, 1980, p.26).

As chamadas “Leis da Migração” foram identificadas em um contexto de regularidades empíricas observadas no Reino Unido do século XVIII, mas algumas se aplicam perfeitamente ao caso brasileiro. Ravenstein constatou que “as pessoas que migram a longas distâncias se dirigem, preferencialmente, para grandes centros comerciais ou industriais” (RAVENSTEIN, 1885 In: MOURA, 1980, p.65) que, no Brasil, corresponderiam às regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Lee (1966) propôs uma revisão do trabalho e reelaborou as “leis” de Ravenstein, mas sem deixar de seguir a mesma linha de pensamento do seu predecessor.

³ Martine (1984) atribui a maior retenção e até o retorno de alguns nordestinos na década de 60 ao fim da grande seca, à recessão provocada no meio da década e aos esforços governamentais visando à redução dos desequilíbrios regionais.

Esses autores abordaram vários outros aspectos que se aplicam ao estudo das migrações no Brasil e em outros países, como a migração por etapas, a migração temporária, a relação entre migração e distância, a relação entre desenvolvimento tecnológico e migração, o estabelecimento de contracorrentes migratórias, a classificação das áreas estudadas em áreas de absorção e dispersão, as diferenças urbano-rurais e entre sexos na propensão a migrar e o predomínio do motivo econômico nas migrações. Todos esses temas foram resgatados pelos estudiosos da migração, mas, apesar disso, Ravenstein e Lee foram muito criticados. Para Davis (1989), por exemplo, o mais importante para a ciência não seria simplesmente identificar regularidades empíricas, mas explicar o “porquê” delas existirem. Apesar das controvérsias, esses trabalhos tiveram o mérito do pioneirismo e de transcender meros resultados empíricos para formular generalizações sobre o tema das migrações, algo essencial para a construção de uma teoria científica.

2.2 Década de 70: o debate sobre a relação entre migração e desenvolvimento frente a reestruturação produtiva e ao início dos processos de desconcentração econômica e populacional no Brasil

No Brasil dos anos 70, houve uma diminuição na importância demográfica relativa das tradicionais áreas de emigração – a Região Nordeste (excluindo o Maranhão) e os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – em favor das áreas de fronteira e, sobretudo, dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que Martine e Camargo (1984) denominam como “núcleo industrial”. Durante o período 1940-1970 estes estados apresentaram taxas de crescimento populacional acima da média nacional devido à imigração líquida, estimulada principalmente pelo desenvolvimento urbano-industrial de suas regiões metropolitanas. Na década de 70, em parte pelo declínio da participação relativa do Rio de Janeiro como área de absorção de imigrantes, São Paulo teve um papel ainda mais proeminente. As referidas “áreas de emigração” também apresentaram uma trajetória uniforme no período 1940-1970, com uma população crescendo a taxas sistematicamente inferiores à do país (MARTINE e CAMARGO, 1984, p.120).

Um aspecto observado por Martine e Camargo (1984), a partir de dados do Censo Demográfico de 1980, foi um declínio abrupto do crescimento demográfico no que ele chama de áreas de “fronteiras consolidadas”, que corresponderiam aos estados do Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul⁴, inclusive a inversão de tendências em parte delas durante a década de 70. O estado do Paraná e parte do Centro-Oeste passaram a apresentar saldos migratórios negativos. Mesmo o Mato Grosso do Sul, de ocupação mais recente, estaria absorvendo muito pouca população e perdendo população em suas áreas rurais. Estes autores atribuem essa inversão à modernização da agricultura (onde a lógica de produção industrial é estendida ao campo) e à estagnação progressiva inerente à forma tradicional de ocupação das fronteiras agrícolas no Brasil. Predomina a ocupação por pequenos agricultores que, quando não produzem simplesmente com fins de subsistência, geram apenas um pequeno excedente (1984, p.121-123). Os fluxos direcionados ao Norte e para o Estado do Mato Grosso, que Martine e Camargo (1984) denominam “fronteiras em expansão”, aumentaram e tornaram positivos seus saldos migratórios, o que foi fundamental para a ocupação da Transamazônica (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998, p.53).

O Censo Demográfico de 1970 foi o primeiro a indicar uma população urbana superior à rural e a revelar o início de um processo generalizado de diminuição da fecundidade no Brasil (RIGOTTI e CUNHA, 2012). A queda na taxa de crescimento populacional representou uma ruptura em relação ao padrão que havia prevalecido no Brasil nas décadas anteriores, marcando o fim da tendência à aceleração do crescimento demográfico iniciada a partir da década de 40. Na década de 70, enquanto a mortalidade praticamente se estabilizou com relação aos níveis da década anterior, a natalidade caía de 37,7 para 32,1 por mil (MARTINE e CAMARGO, 1984, p.102). Essas mudanças são compatíveis com o modelo da transição demográfica, que postula que à queda dos níveis da mortalidade (iniciada no país na década de 40) segue-se um processo de declínio

4 “A partir do final da década de 40, a atenção governamental voltada para a interiorização e ocupação do Centro-Oeste e Norte do país, também propiciou o crescimento de uma nova fronteira nessas regiões. Este afetou principalmente os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e, embora de outra natureza, o Distrito Federal” (MARTINE, p.121, 1984).

da fecundidade, embora no Brasil esses processos tenham ocorrido de forma muito mais rápida que nos países desenvolvidos.

Como era de se esperar, a diminuição da pressão demográfica nas tradicionais áreas de emigração e o envelhecimento da população tiveram impactos na dinâmica migratória brasileira nas décadas seguintes. Como a diminuição da pressão demográfica nas áreas de perdas migratórias acarreta uma diminuição dos excedentes de mão de obra, essas áreas tendem a reter mais a população. Além disso, com a maior parte da população concentrada nas cidades, o excedente populacional rural já havia sido drasticamente reduzido pelos grandes volumes dos movimentos migratórios ocorridos nas décadas anteriores. Em relação ao envelhecimento populacional, há uma conhecida correlação entre idade e propensão a migrar. Como os migrantes tendem a ser mais jovens, a diminuição do número de pessoas nessas faixas etárias também tende a reduzir a proporção de migrantes na população total.

Segundo Rigotti (2011), durante a década de 70 ocorreu um agravamento dos conflitos sociais no campo e nas cidades, em um contexto de luta pela posse da terra, cada vez mais concentrada e excludente, além do aumento do número e volume de favelas nas metrópoles brasileiras. Segundo Camarano e Abramovay (1998), neste período, quase metade (45,5%) da população rural que residia no Sul do país saiu do campo, sendo esse êxodo rural massivo consequência dos subsídios, incentivos econômicos e do aparato institucional mobilizado para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão de obra. As políticas brasileiras do período são citadas por especialistas do Banco Mundial como responsáveis pela distorção nas relações de preços entre os fatores produtivos e, conseqüentemente, pela eliminação de inúmeras unidades produtivas familiares (BINSWANGER e VON BRAUN, 1993 apud CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998, p.53).

Vários autores apontam o processo de reestruturação produtiva ocorrido nos anos 70 no Brasil, quando se iniciou um processo de relativa desconcentração das atividades econômicas, particularmente as industriais. O “milagre econômico” e os grandes fluxos migratórios inter-regionais agravaram as deseconomias de aglomeração, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, e levaram à

criação de novas economias de aglomeração em outros centros urbanos e regiões⁵. Além disso, também se destacam como fatores da desconcentração o papel da política econômica ou o papel do Estado, a busca de recursos naturais em novas regiões, a grande concentração social e espacial da renda e a unificação do mercado por meio da infraestrutura de transportes e comunicações (DINIZ, 1993). Esses processos de desconcentração, em função dos novos requisitos locacionais, influenciou muito a redistribuição da população brasileira (RIGOTTI, 2006) e teve como consequência um redirecionamento de parte dos fluxos migratórios para regiões que se tornaram mais dinâmicas economicamente, além de incentivar a retenção de uma população potencialmente migrante nesses locais.

Andrade e Serra (1998) afirmam que a rede de cidades médias preexistentes em 1970 certamente condicionou o processo de desconcentração industrial, impondo a este limites de espraiamento territorial. Sobre a crescente importância das cidades médias a partir desta década, BRITO (2006) afirma que

“a queda do nível de fecundidade, maior nas grandes cidades e, fundamentalmente, a redução das migrações (...) têm sido os grandes responsáveis pela desconcentração em favor das cidades médias não-metropolitanas” (BRITO, 2006, p.226).

Complementarmente, Matos (1998), em um artigo sobre as migrações e os processos de desconcentração demográfica em Minas Gerais, ressalta a importância dos “polos regionais” e as fortes conexões existentes entre a expansão dessas áreas e desdobramentos de tendências econômicas e demográficas desconcentradoras.

Como a distribuição espacial da população e a alocação das atividades econômicas estão altamente correlacionadas, não surpreende o fato de que a desconcentração da atividade econômica tenha redundado em desconcentração

⁵ O termo “economia de aglomeração” diz respeito a uma noção mais ampla do que aquela derivada das economias de urbanização e compreende as economias de escala, de localização e de urbanização (AMORIM FILHO & SERRA, 2001, p.10). O termo “deseconomias de aglomeração”, relacionado a este último, refere-se aos problemas gerados pela excessiva concentração econômica e populacional, com a elevação dos preços de todos os insumos, particularmente do espaço, o aumento dos custos de transporte (tanto no que diz respeito a tarifas quanto ao tempo de deslocamento) e a inviabilização do desenvolvimento de certas atividades econômicas em espaços altamente saturados (SPOSITO, 2007).

populacional. Entretanto, Baeninger (2011, p. 73) e Martine (1994, p.36) identificaram uma defasagem temporal entre as dinâmicas econômicas e migratórias, já que esse processo não teve reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais, que ficaram evidentes apenas na década seguinte, no Censo Demográfico de 1991.

A relação entre migração e desenvolvimento econômico vem sendo debatida há décadas na demografia e nas ciências socioeconômicas em geral. A clássica oposição entre as abordagens economicistas neoclássicas e as abordagens histórico-estruturalistas foi precursora de uma discussão ampla, cujo objetivo seria apreender simultaneamente o papel dos agentes e das estruturas que condicionam os movimentos populacionais (DE HAAS, 2010). O antagonismo entre as abordagens reflete profundas divergências paradigmáticas nas teorias sociais (funcionalismo vs. estruturalismo), nas teorias de desenvolvimento (crescimento equilibrado vs. desenvolvimento assimétrico) e até mesmo em posições ideológicas (neoliberalismo vs. a defesa de um estado mais centralizador). Desde a década de 1970, existe uma alternância no predomínio desses posicionamentos, alguns mais otimistas e outros mais pessimistas, que refletem mudanças generalizadas de paradigma nas ciências socioeconômicas ao longo das últimas décadas (DE HAAS, 2010).

As abordagens economicistas neoclássicas tendem a ser mais otimistas em relação às interações entre migração e desenvolvimento, já que pressupõem que os movimentos migratórios (internos ou internacionais) são uma forma de alocação dos fatores de produção que conduziriam ao equilíbrio econômico (DE HAAS, 2010). Juntamente com a Nova Economia da Migração do Trabalho (NELM, DE STARK & BLOOM, 1985; STARK & TAYLOR, 1989; TAYLOR, 1986), compõem o conjunto dos modelos chamados de “funcionalistas”. As abordagens economicistas neoclássicas focam nos diferenciais de salários, nas condições de emprego entre países ou regiões e nos custos de migração (MASSEY, 1993, p.432), sendo que os modelos microeconômicos (SJAASTAD, 1962; TODARO, 1969) têm como unidade de análise o indivíduo, e os macroeconômicos (LEWIS, 1954; RANIS & FEI, 1961) são focados em comunidades, países ou regiões. Ambos têm uma perspectiva equilibrante e compreendem os indivíduos como

seres racionais, que decidem migrar visando à maximização da utilidade (frequentemente apreendida através da *proxy* renda), considerando a migração como resultado dos diferenciais regionais em termos de oferta e demanda de trabalhadores. A “Nova Economia da Migração do Trabalho” tem como unidade de análise as famílias ou domicílios e consideram a minimização ou diversificação dos riscos como sendo mais importante do que a maximização dos ganhos nas decisões relativas à migração (MASSEY, 1993).

Apesar de algumas diferenças internas, esses modelos funcionalistas e economicistas apresentam um contraste muito mais profundo em relação aos modelos estruturalistas ou histórico-estruturais (PIORE, 1979; WOOD, 1981; SINGER, 1973). Pode-se dizer que são quadros analíticos competitivos, dado o grau de divergência em relação às metodologias, conceitos, unidades de análise mais apropriadas e às concepções de desenvolvimento econômico (WOOD, 1982).

O otimismo das abordagens neoclássicas foi fortemente atacado pelos estudiosos adeptos de visões estruturalistas. Desde o fim da década de 60, estudos empíricos e a experiência de vários países diminuíram o otimismo e contrariaram muitas das afirmações dos teóricos funcionalistas (DE HAAS, 2010). Os estruturalistas ressaltaram o impacto negativo das migrações nos países menos desenvolvidos que, segundo eles, provocariam um aumento das disparidades espaciais. Certamente, as implicações políticas da visão da migração como “equilibrante” são graves, já que podem induzir à não interferência do Estado e à manutenção do *status quo*, já que assumem que a sociedade seria “fundamentalmente estável, que os problemas sociais são auto-corretivos e que o caráter dos sistemas sociais podem ser analisados através dos atores individuais” (WOOD, 1982, p.310).

O abalo no otimismo das visões economicistas neoclássicas por estudos empíricos não significa que os estruturalistas estavam com a razão. Na verdade, evidências empíricas apontam para uma interação entre desenvolvimento e migração extremamente heterogênea no tempo e no espaço. Dependendo da duração, da composição do capital humano dos fluxos e da importância estrutural e potencial de mudança dos movimentos migratórios, os resultados podem ser

antagônicos. Diferentes linhas de pensamento do campo da migração subsidiam as posições divergentes acerca dos efeitos da migração no desenvolvimento (PORTES, 2009).

Segundo De Haas (2010), as teorias determinísticas não consideram a possibilidade da emergência de efeitos positivos em certas circunstâncias, como os limites do aumento da desigualdade entre regiões, que poderiam chegar a minar as possibilidades das populações menos favorecidas de custear as despesas inerentes aos movimentos migratórios, que os impactos na origem são heterogêneos e potencialmente positivos e o fato de que a emigração tende a aumentar à medida que os países se desenvolvem, e não o contrário. O mesmo autor conclui que a migração não é uma variável independente capaz de “gerar” desenvolvimento (ou o contrário), mas uma variável endógena, parte integral de um processo mais amplo de mudança. Há uma relação funcional e recíproca entre a migração e o desenvolvimento. Esta vinculação ocorre em múltiplos níveis, desde o mais macro até o mais local, e o que ocorre em um nível não necessariamente ocorre em outro.

No caso do Brasil, é possível ver a ambiguidade da relação entre migração e desenvolvimento através de alguns exemplos. Se, por um lado, o deslocamento massivo de nordestinos para o Sudeste supriu a demanda por mão de obra e viabilizou o crescimento econômico diferencial dessa região, também contribuiu para o processo de favelização de suas metrópoles, para o aumento da criminalidade, para a degradação da paisagem urbana e para a conformação de sistemas de transportes, saúde e educação deficitários. Já na ocupação da maior parte das fronteiras agrícolas brasileiras, apesar dos estímulos econômicos gerados pela ocupação pioneira, havia uma tendência inerente à progressiva estagnação, pela forma como ela tradicionalmente acontecia: a apropriação da terra por pequenos agricultores (muitas vezes posseiros) para garantir a própria sobrevivência e produzir um pequeno excedente ou simplesmente uma agricultura itinerante de subsistência (MARTINE E CAMARGO, 1984, p.123). As terras desbravadas, quando se esgotavam ou adquiriam valor de troca, eram deixadas pelos imigrantes pioneiros gerando uma série de problemas sociais e econômicos nessas regiões.

2.3 Os fluxos migratórios e a urbanização na “década perdida”: reflexos da crise dos anos 80

A década de 1980, a de pior desempenho econômico da história moderna brasileira, foi marcada, segundo Martine (1994), de duas formas: como o período do arrefecimento da concentração populacional, em função da continuidade do processo de desconcentração industrial e a realocização em cidades menores iniciado na década anterior e como um momento de inflexão pela queda definitiva da fecundidade. Nesse período, ocorreu um nítido arrefecimento da migração rural-urbana e inter-regional e do ímpeto de concentração em grandes cidades ou cidades cada vez maiores, especialmente na região Sudeste, indicando uma mudança significativa no padrão de urbanização.

Martine (1994) levanta a hipótese de que a crise foi a principal responsável pela maior restrição dos movimentos populacionais nessa década, já que “não havia razão para migrar, pois o emprego estava estagnado ou em declínio em todo território nacional” (1994, p.40). Segundo o mesmo autor, em uma conjuntura de crise há uma tendência de redução nos trajetos migratórios pela predileção por localidades mais próximas e conhecidas. Esse relativo imobilismo e as migrações de retorno teriam ocasionado as taxas de crescimento relativamente elevadas das capitais nordestinas nesta década (1994, p.28). Essa afirmação é corroborada por Camarano e Abramovay (1998) e Rigotti (2006), segundo os quais as migrações no Nordeste adquiriram um caráter mais intrarregional⁶.

Os saldos migratórios da região Sudeste também apresentaram uma diminuição significativa. São Paulo apresentou uma forte diminuição no volume de imigrantes, o Rio de Janeiro apresentou saldos negativos e Minas Gerais reteve

⁶ A diminuição da migração inter-regional não permite concluir que a população nordestina permaneceu mais estática na década de 80. Esta foi a região com o maior índice de crescimento urbano e apresentou, pela primeira vez, uma redução absoluta do seu contingente residente em áreas rurais (MARTINE, 1994, p.17). Em relação aos fluxos de retorno, suas causas podem ser de várias naturezas e, apesar da crise econômica dos anos 1980, seria demasiado simplista pensar que são compostos apenas por migrantes “fracassados” ou que não conseguiram emprego, como sugerem os modelos funcionalistas. Os censos indicam, na melhor das hipóteses, apenas a integração ou não integração econômica dos migrantes. Bettrel e Hollifield (2000) também chamam a atenção para a limitação dos dados censitários no que diz respeito à sua assimilação cultural. Como as diferentes formas de assimilação podem influenciar fortemente a decisão de permanecer ou não no local de destino, esse é um ponto que não pode ser desconsiderado.

mais sua população que nas décadas anteriores (RIGOTTI e CUNHA, 2012). Vale ressaltar também que, a partir da década de 80, existem indícios de um aumento considerável nas migrações internacionais, embora as estatísticas relacionadas a esses fluxos não sejam confiáveis para esse período. Apesar das variações nas estimativas indiretas, existe certo consenso de que o saldo internacional negativo tenha ultrapassado 1,5 milhão de habitantes (RIGOTTI, 2011, p.142; RIGOTTI e CUNHA, 2012).

As mudanças nos padrões migratórios ocorridas na década de 80 foram determinantes para delinear a dinâmica das migrações brasileiras em sua configuração atual. Martine (1994) afirma que “o arrefecimento significativo da tendência anteriormente inexorável de concentração urbana pode se constituir em fenômeno de tanto peso significativo quanto a própria queda da fecundidade” (p.5) e levanta cinco causas principais para este processo: os efeitos retardados da desconcentração industrial; a adoção de padrões de comportamento associados à contrametropolização; os efeitos cumulativos de um longo processo de interiorização e de conseqüente nucleação de uma rede urbana mais equilibrada; os impactos da crise sobre a redução do movimento migratório, inclusive sobre o êxodo rural; e o impacto da queda da fecundidade sobre o ritmo de crescimento dos migrantes em potencial e sobre o crescimento vegetativo de migrantes e nativos nas áreas urbanas (p.43).

Dados do Censo Demográfico de 1991 indicam uma moderação dos processos de metropolização nos anos 80, em benefício das cidades médias ou pequenas (MARTINE, 1994) e, de acordo com Camarano e Abramovay (1998, p.55), existem indícios de que o fluxo oriundo das áreas rurais teria se concentrado nessa categoria de cidades. Martine (1994) chama a atenção para o aumento do número de localidades urbanas no Nordeste e para o ritmo de crescimento urbano desta região, particularmente das cidades médias. O Norte e Centro Oeste apresentaram um rápido crescimento urbano e o Sudeste apresentou taxas de crescimento urbano muito menores que as outras regiões, diferencial este que não pode ser explicado apenas por variações inter-regionais de crescimento vegetativo - reflete também importantes mudanças nos padrões migratórios (MARTINE, 1994, p.26-27).

Sobre a crescente importância das cidades médias ou de porte médio na rede urbana nacional, Matos e Baeninger (2004) afirmam o seguinte:

“(...) não obstante os investimentos direcionados às cidades médias no período (década de 70), seus resultados só se tornam mais notáveis na década de 80. De fato, somente nessa década, as evidências de desconcentração populacional ganham mais nitidez, quando ocorre uma forte redução das taxas de crescimento metropolitano (...). O deslanchar do processo de desconcentração urbana no Brasil articula-se, na verdade, com a predominância dos movimentos migratórios de tipo urbano-urbano, a partir dos anos 70. Esse fenômeno vem contribuindo diretamente para a difusão do processo de urbanização para o resto do País, por meio de uma rede urbana mais dispersa e interiorizada, por onde se inicia uma expansão sem precedentes de muitos núcleos urbanos de porte médio dotados de importantes áreas de influência”.

Nesse período, algumas regiões metropolitanas consolidadas como polos de atração de migrantes já davam sinais de arrefecimento e sedes municipais de regiões metropolitanas continuaram a perder população para o seu entorno (RIGOTTI, 2011, p.142). Por causa da queda da fecundidade no país, uma redução no ritmo de crescimento de todas as unidades espaciais era previsível, mas a redução das Regiões Metropolitanas foi muito superior a essa queda (provavelmente abaixo de seu crescimento vegetativo), marcando uma reversão expressiva da tendência anteriormente predominante de concentração em algumas poucas localidades, particularmente no Sudeste (MARTINE, 1994, p.34).

Durante o período intercensitário de 1980-1991, todas as regiões apresentaram uma redução no seu ritmo de crescimento populacional em relação às décadas anteriores, refletindo o forte declínio da fecundidade iniciado na década de 60, generalizado para todas as regiões e classes sociais na década de 70 e acentuado no seu ritmo na década de 80. A taxa de crescimento populacional no Sudeste foi, pela primeira vez, desde a década de 40, inferior à do Nordeste, provavelmente pela redução expressiva dos fluxos desta região para o Sudeste (MARTINE, 1994) e pela sua maior taxa de crescimento vegetativo.

Apesar de terem apresentado a redução mais abrupta no ritmo de crescimento entre todas as grandes regiões, o Norte e Centro-Oeste ainda tiveram um ritmo de crescimento superior ao da média nacional e suas populações praticamente se equipararam pelo grande incremento populacional relativo da região Norte (9,4 e

10,3 milhões, respectivamente). Segundo Martine (1994), a principal causa do crescimento diferencial dessas regiões, mais que as taxas de fecundidade relativamente mais elevadas, foi o volume significativo de migrantes que receberam na década de 80 (o que é compreensível, pelo menor estoque populacional que possuem). Nessas regiões, previsivelmente, também aconteceu uma expansão significativa da rede urbana. No Centro-Oeste, Mato Grosso e Goiás, os dois estados de ocupação mais antiga, tiveram níveis de crescimento mais baixos e a migração para Brasília também sofreram um arrefecimento. Este padrão difere das décadas anteriores, quando essas áreas ainda possuíam o dinamismo de áreas de fronteira e de “nova capital”, respectivamente. O Mato Grosso se destacou pelo grande dinamismo econômico, tendo sido alvo de projetos agrícolas importantes na década de 70 (e na década seguinte). Entretanto, vale ressaltar que esses projetos eram intensivos em capital e não demandaram muita mão de obra⁷ (MARTINE, 1994).

Com a continuidade do processo de urbanização no país, houve um grande diferencial de crescimento entre áreas urbanas e rurais. A Região Norte, em função da migração acelerada em direção às fronteiras agrícolas de Rondônia e Pará, foi a única que apresentou um crescimento mais significativo de sua população rural, mas todas as UFs da região apresentaram um crescimento urbano superior ao rural. Apesar das taxas aceleradíssimas de crescimento populacional, a expansão da fronteira amazônica foi um ciclo consumado na década de 90 (MARTINE, 1994). A região Sul praticamente manteve-se em seus baixos patamares de crescimento na década de 80 e continuou a expulsar significativos contingentes de migrantes, sobretudo do Estado do Paraná para a região Norte (MARTINE, 1994).

A diminuição sustentada da fecundidade e, conseqüentemente, do crescimento natural, fez com que as migrações passassem a ser o principal componente

⁷ Apesar da expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste, a soja no cerrado, aliada à tradição pecuarista dessa região, construiu um meio rural com uma necessidade mínima de mão de obra, o que provocou um êxodo rural massivo na região, correspondendo à metade (48,8%) da população rural. Entretanto, como em termos absolutos a população da região Centro Oeste era pequena, o impacto no total nacional de migrações foi de apenas 9,7% (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998, p.55).

determinante da redistribuição relativa da população brasileira nas décadas seguintes (RIGOTTI, 2008). Além da diminuição do ritmo de crescimento da população, também devem ser levadas em consideração as alterações na estrutura etária, consequência do processo de transição demográfica, já que as migrações são fortemente vinculadas ao mercado de trabalho. A respeito dessa relação entre a transição demográfica e as mudanças nos padrões migratórios brasileiros, Brito (2009) chama a atenção para o fato de que as maciças transferências inter-regionais da população deixaram de ser viáveis não só do ponto de vista econômico e social, mas também do ponto de vista demográfico:

“O padrão migratório prevalecente anteriormente no Brasil é típico da primeira fase da transição demográfica, quando fecundidade alta e mortalidade em forte declínio possibilitavam altas taxas de crescimento populacional nos grandes reservatórios de mão de obra, como o Nordeste e Minas Gerais. (...) Na fase atual da transição demográfica, onde a fecundidade já alcança o nível de reposição, não há mais possibilidade de se gerar, nas tradicionais regiões de origem migratória, os mesmos excedentes populacionais do passado e, conseqüentemente, suas enormes transferências interestaduais. As condições demográficas se associam às econômicas e sociais, para tornarem as migrações menos prováveis e necessárias do que previa o antigo paradigma”. (BRITO, 2009, p.15)

Segundo Baeninger (2011), foi na década de 80 que “as clássicas interpretações da migração ancorada somente no desempenho econômico das áreas alcançaram seus limites” (p.71-72). A partir dos anos 80, verificou-se uma tendência cada vez maior de expansão dos “espaços da migração”, ou seja, a configuração de novos espaços geradores e receptores de migrantes, principalmente considerando-se os movimentos intra-regionais e inter-regionais separadamente. Em relação a estes novos espaços da migração, Rigotti (2008), após mapear os saldos migratórios líquidos entre pares de microrregiões em todo o país nos períodos 1986-1991 e 1995-2000, constatou uma tendência crescente à regionalização e fragmentação dos fluxos. Nos dois períodos estudados, quando se exclui o estado de São Paulo, o maior responsável pela redistribuição da população brasileira (2008, p.22), predominam os fluxos de caráter regional. Verificou-se uma grande densidade de trocas migratórias na região Nordeste, padrão que seria condizente com os das demais regiões brasileiras. Além da existência de alguns polos secundários, com menor raio de influência, as microrregiões contendo capitais funcionariam como polos de atração,

principalmente do entorno. Segundo este autor, a redistribuição da população brasileira passa necessariamente pelas grandes áreas metropolitanas e aglomerações urbanas, em geral contendo as capitais dos estados, pois elas são as principais origens e os principais destinos dos migrantes.

2.4 Os anos 90 e a virada do milênio: A consolidação de um novo padrão migratório brasileiro? Incertezas e desafios teóricos

Na década de 1990, as migrações brasileiras foram marcadas pelas seguintes tendências: redução dos fluxos de longa distância, particularmente aqueles dirigidos às fronteiras agrícolas (embora tenham se mantido como áreas de absorção de migrantes do Nordeste os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal); recuperação migratória de espaços com saldos migratórios negativos no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos; surgimento e consolidação de polos de absorção de migrantes, com a maior parte dos estados apresentando saldos migratórios positivos, tendência que se prolongou ao longo da década seguinte (BAENINGER, 2011, p.75).

Ao contrário das duas décadas anteriores, que apresentaram uma série de rupturas nos padrões migratórios e de crescimento urbano delineados desde meados do século passado, a década de 90 foi marcada pela consolidação de importantes transformações, como a desconcentração espacial da indústria e o crescimento e expansão territorial do agronegócio e da agricultura irrigada (RIGOTTI e CUNHA, 2012, p.3). Nesse período, a região Sudeste continuou com saldos positivos e o Nordeste com saldos negativos, porém, com volumes bem menos expressivos que nas décadas anteriores (o que Baeninger (2011) denominou de “recuperação migratória”). No Nordeste, alguns estados chegaram a apresentar ganhos líquidos de população na segunda metade da década, como o Ceará e o Rio Grande do Norte, provavelmente relacionados à migração de retorno (RIGOTTI, 2008). Rigotti e Cunha (2012) ressaltam a ampliação das políticas de transferência de renda a partir dessa década, cujos impactos ainda não foram plenamente compreendidos, mas, tendo em vista o predomínio da motivação econômica das migrações, seus efeitos não devem ser negligenciados.

Nas últimas décadas, algumas importantes mudanças na dinâmica urbana brasileira tornaram-se evidentes. Com a moderação do processo de metropolização, as cidades médias fortaleceram-se dentro da rede urbana nacional e passaram a ter um destaque ainda mais acentuado nos anos 90. Entre 1991 e 2000, os municípios de tamanho demográfico intermediário, entre cem mil e quinhentos mil habitantes, foram aqueles que apresentaram o mais expressivo ritmo de crescimento da população (RIGOTTI, 2006, p.240). Segundo Martine (1994, p.27), desde o Censo de 1970 essa classe de cidades é a que apresentou o maior ritmo de crescimento.

Na primeira década deste século, as migrações internas brasileiras tornaram-se ainda mais complexas e dinâmicas e os fluxos, menos evidentes. Segundo Baeninger (2011),

“os anos 2000 indicam o descolamento da relação migração-industrialização, migração-ocupação de fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva” (BAENINGER, 2011, p.76).

Existem indícios de que as migrações internas assumiram um caráter mais reversível e oscilante. Segundo Rigotti e Cunha (2012), a virada do milênio foi marcada pela incapacidade das áreas de destino de absorver os migrantes por longos períodos, um maior retorno para as áreas de origem, uma maior rotatividade migratória, transformações nas regiões metropolitanas e emergência de novas áreas de retenção de migrantes. O fato de os saldos migratórios estaduais continuarem diminuindo nos anos 2000 não significa que a população está se tornando mais estática, mas que novos padrões de deslocamentos populacionais no âmbito intra e inter-regional estão emergindo. Segundo Baeninger (2011, p. 85), o país vivencia uma intensa mobilidade da população atualmente, evidenciada principalmente através de dois vetores redistributivos: o primeiro seria a “dispersão migratória metropolitana”, marcado pelos expressivos volumes de migrantes de retorno do Sudeste para o Nordeste e, no âmbito intrarregional, pela conformação de importantes fluxos metrópole-interior. O segundo seria o da “interiorização migratória”, caracterizado pelo aumento dos fluxos de curtas distâncias e pela maior retenção das populações migrantes nos estados e regiões brasileiras.

Em função da necessidade de incorporar novas dimensões aos estudos de migração no Brasil, relativas à maior reversibilidade da migração e à sua temporalidade, Baeninger (2011) propõe uma revisão conceitual: sugere a substituição dos termos “áreas de atração” e “áreas de repulsão” por “áreas de retenção migratória” e “áreas de perdas migratórias”, respectivamente, e que as áreas de origem e destino sejam compreendidas como áreas ou etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória. A expansão clássica do capitalismo promoveria uma maior circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional (principalmente urbano) tanto nas áreas de origem como nas áreas de destino, que será rotativo “dependendo das necessidades do capital e da inserção dessas localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional”. A autora defende a ideia de que há uma tendência de crescimento da força de trabalho móvel, principalmente por nossa economia basear-se principalmente nos serviços, o que se reflete na “maior fluidez dos movimentos migratórios no atual processo de urbanização” (BAENINGER, 2011, p.87-88).

Baeninger (2011) também defende que as localidades de partida e chegada não se configuram mais como as antigas áreas de origem e destino, conforme pensadas para a migração rural-urbana desde suas formulações clássicas. O aumento das migrações de retorno “revela configurações da migração de trajetórias urbano-urbanas não contempladas nos conceitos datados em seu tempo histórico” (BAENINGER, 2011, p.86). Segundo ela, as explicações das dinâmicas migratórias internas do Brasil têm se aproximado cada vez mais de aportes teóricos relativos às migrações internacionais. Esse é o caso das redes de migração e das teorias institucionalistas que, diferentemente dos modelos de migração que visam explicar o estabelecimento dos fluxos migratórios, tem como objetivo principal esclarecer como os movimentos populacionais se perpetuam no tempo e no espaço - afinal, como afirma Massey (1993, p.448), as causas que levam ao início de um fluxo e as causas que levam à sua continuidade podem ser bastante distintas e independentes.

A teoria das redes de migração afirma que a constituição de redes que conectam migrantes com as pessoas das áreas de origem aumenta as possibilidades de

sucesso e diminuem os riscos e custos dos movimentos migratórios. As redes constituem uma forma de capital social que aumentam as probabilidades de migração a partir das áreas de origem. A interação e interdependência de diferentes fatores que se reforçam mutuamente tendem a consolidar as redes de migração e as instituições ligadas a elas, e a fortalecer os fluxos ao longo do tempo e do espaço, em um processo denominado “causação cumulativa”. Esse conceito diz respeito à migração como um processo retroalimentador, difusor e autossustentável. Cada ato de migração alteraria o contexto social no qual as decisões subsequentes seriam feitas, de forma a tornar mais provável o movimento para os que ficam (MASSEY, 1993, p.451).

As redes sociais são subjacentes ao processo de metropolização ocorrido no Brasil nas últimas décadas. A partir de meados do século passado, os grandes fluxos populacionais gerados por uma demanda por trabalho que não exigia altos níveis de escolaridade nas grandes metrópoles, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, e a oferta de terras nas áreas de fronteira agrícola e mineral sugerem uma possível inércia em relação à percepção e tomada de decisões por parte de migrantes (RIGOTTI, 2006, p.241):

“(…)Muitas vezes, os fluxos migratórios não obedeceram ao poder de atração das áreas mais próximas, espelhando as fases históricas nas quais os migrantes se dirigiam às áreas de fronteira ou então encontravam trabalho nos grandes centros industriais, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de então, fortes laços são estabelecidos e os movimentos recíprocos estabelecem os contornos de várias redes migratórias” (RIGOTTI, 2006, p.251)⁸.

Assim como a teoria das redes de migração, as teorias institucionalistas, que surgiram como um aporte teórico voltado para as migrações internacionais, podem ser bastante úteis para a compreensão da dinâmica migratória brasileira atual. Essas teorias baseiam-se na aplicação de novas teorias do desenvolvimento econômico e das análises institucionais no campo da migração. Segundo GUILMOTO e SANDRON (2001), essa abordagem, que considera a

⁸ Entretanto, o autor ressalta a importância atual das migrações de retorno daqueles migrantes menos qualificados das áreas metropolitanas ou de antigas fronteiras para as áreas de origem no interior do país.

migração em si como uma instituição, provê novas ferramentas para a análise dos fenômenos migratórios em seus múltiplos níveis e formas, permitindo abarcar uma grande diversidade de situações locais e a construção de estudos com maior potencial preditivo que os das abordagens tradicionais neoclássicas e estruturalistas.

As instituições são sistemas que regulam as interações humanas através de normas e regras que tendem a se reproduzir através do tempo. Servem organizações, formais ou informais, que controlam o funcionamento da sociedade e, conseqüentemente, condicionam o comportamento e as possibilidades de escolha dos indivíduos (GUILMOTO & SANDRON, 2001, p.142). À medida que aumenta o número de indivíduos e organizações envolvidas, a migração passa a se institucionalizar, transformando-se em um sistema quase autônomo, com regras e normas definidas. Segundo Guilmoto e Sandron (2001, p.151), a forma e o desenvolvimento das redes e das demais instituições ligadas à migração refletem a natureza das trocas migratórias. Segundo os mesmos autores, a grande contribuição da perspectiva institucional foi possibilitar a construção de um quadro analítico e teórico para o estudo da migração, permitindo a formulação de hipóteses sobre a evolução das dinâmicas migratórias e um melhor entendimento do caráter estável das redes de migração (GUILMOTO & SANDRON, 2001, p.160).

As teorias das redes de migração, da causação cumulativa e o “neoinstitucionalismo” de Guilmoto e Sandron (2001) são consideradas abordagens transicionais e seriam uma alternativa às abordagens tradicionais funcionalistas e histórico-estruturalistas. Na defesa de abordagens mais pluralistas de migração, SKELDON (2012) argumenta a favor do poder explicativo da ideia de “transição da mobilidade”. O autor relativiza o conceito originalmente cunhado pelo geógrafo Wilber Zelinsky, em função da dificuldade ou impossibilidade de se generalizar padrões de migração e mobilidade no mundo. Para esse autor, os vários tipos de “transições da mobilidade” referem-se a mudanças de padrões de mobilidade dentro de determinados contextos e à difusão desses processos, que não se manifestam sob uma única forma e não seguem uma trajetória linear e universal.

Ao contrário da teoria da “transição demográfica”, de pretensão universalista e caráter determinístico, a teoria da “transição da mobilidade”, segundo a concepção de Skeldon (2012), diria respeito à transição e difusão de padrões de movimentos migratórios através do tempo e do espaço, e levaria em consideração a migração em um contexto mais amplo, onde processos econômicos, sociais e políticos, que também se difundem no tempo e espaço, seriam incorporados de forma mais precisa nas abordagens teóricas da migração e do desenvolvimento (SKELDON, 2012, p.160). A incorporação desse conceito poderia levar a uma abordagem mais minuciosa e sutil dessa relação, com o objetivo de “ligar sequências de mudanças na migração com outras variáveis selecionadas através do espaço e do tempo em um sistema integrado de migração e desenvolvimento” (SKELDON, 2012, p.164). Sob essa perspectiva, vale ressaltar que as “transições da mobilidade” ocorridas no Brasil ao longo das últimas décadas estão altamente correlacionadas ao processo de transição demográfica, como foi visto anteriormente.

É importante destacar que as diferentes teorias migratórias não são necessariamente incompatíveis, já que operam em diferentes níveis - indivíduo, domicílios ou famílias, instituições, países, entre outros - o que gera uma vasta gama de conceitos, pressupostos, hipóteses e quadros de referência. Todos os modelos citados são passíveis de críticas. As teorias microeconômicas neoclássicas são fortemente atacadas pelo seu caráter a-histórico e reducionista (um obstáculo à análise de mudanças macroestruturais), que as impedem de apreender simultaneamente as causas e as consequências da migração. Por outro lado, as abordagens estruturalistas são criticadas pelas dificuldades de aplicação prática, pela falta de potencial preditivo nos estudos, pela desconsideração das variáveis relacionadas aos processos de decisão e pela dificuldade de abordar a migração em um nível local. Apesar das profundas diferenças entre os modelos estruturalistas e os modelos equilibrantes, é inegável a relação existente entre as decisões individuais e as estruturas sociais, políticas e econômicas dos países (WOOD, 1982). As novas construções teóricas sobre migração têm o desafio de superar essa dicotomia e apreender os processos migratórios de forma mais holística e sistêmica.

A adequação dos modelos e teorias migratórias é diretamente relacionada aos objetivos da pesquisa, pois a migração é um fenômeno altamente complexo e possui múltiplas facetas. Em uma pesquisa cujo foco seja a origem e destino dos migrantes, a análise dos fluxos migratórios talvez seja melhor compreendida com o embasamento teórico das teorias das redes de migração ou neoinstitucionalistas, já que estas levam em consideração não só as causas primárias de geração dos fluxos, mas também os motivos da perpetuação desses fluxos. Em uma pesquisa que aborda o impacto de uma crise econômica nas migrações de um país, talvez as abordagens estruturalistas possam contribuir com uma visão mais ampla e crítica do fenômeno do que as abordagens neoclássicas, ao mostrar o condicionamento das migrações pelas macroestruturas econômicas e políticas. Nesta dissertação, as discussões e teorias aqui abordadas, embora não estejam explicitadas, não deixam de assumir uma grande importância, tendo em vista que estão subjacentes às análises. Por exemplo, a demonstração do perfil jovem dos migrantes leva à reflexão sobre a relação entre as migrações e o mercado de trabalho, a demonstração da forte correspondência entre os locais de origem e destino dos migrantes evidencia o princípio da causalidade cumulativa e a formação de redes migratórias e as evidências de mudanças nos padrões migratórios das cidades médias induzem a reflexão sobre a teoria da transição da mobilidade. A compreensão dessas teorias é essencial e pode trazer importantes *insights* para os estudiosos da migração.

3 ORIGEM E CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CIDADES MÉDIAS

3.1 Origem e evolução das discussões sobre as cidades médias

Os primeiros estudos sistemáticos sobre cidades médias foram desenvolvidos a partir dos anos 50 e 60 na Europa Ocidental, especialmente na França (AMORIM FILHO, 2007, p.69). A constatação de fortes desequilíbrios inter-regionais e intra-redes urbanas nesses locais fizeram com que os estudos de redes urbanas e o planejamento urbano e regional – denominado na França de “*aménagement du territoire*”⁹ – ganhassem grande força. Nesse contexto, multiplicaram-se os estudos e pesquisas sobre o assunto, e as cidades médias passaram a ser objetos privilegiados das políticas de planejamento (AMORIM FILHO, 2007).

Desde os primeiros estudos, a dificuldade na definição do conceito de cidades médias ficou clara. Até hoje não existe um consenso na literatura científica e os critérios variam de acordo com os objetivos e interesses dos pesquisadores. Pela sua simplicidade e comodidade, o critério de definição mais usado é o tamanho demográfico, usado muitas vezes como *proxy* do tamanho do mercado local, como um indicador do nível de infra estrutura e do grau de concentração das atividades (AMORIM FILHO & SERRA, 2001, p.3). Entretanto, existe a dificuldade em se estabelecer os limiares máximos e mínimos de população, com o agravante de que eles tendem a crescer com o passar do tempo. Além disso, esse critério deve ser relativizado no espaço e no tempo, pois “os níveis populacionais que balizam as cidades médias devem pertencer às categorias intermediárias no conjunto total das cidades da região de que fazem parte” (AMORIM FILHO, 2007, p.69).

⁹ Essa forma de planificação “resulta de uma reflexão sobre a procura de uma distribuição mais equilibrada das atividades, das riquezas e dos homens sobre o espaço nacional e regional” (AMORIM FILHO E SERRA, 2001). Suas diretrizes básicas são a descentralização e desconcentração espacial da população e das atividades econômicas.

A partir da década de 1970, a noção de cidades médias em termos populacionais passou a perder espaço para uma concepção baseada na função de intermediação ou conexão dentro do sistema regional ou nacional de cidades (AMORIM FILHO & SERRA, 2001, p.19). As cidades médias passaram a ser caracterizadas como centros dinâmicos, núcleos estratégicos promotores de uma maior articulação entre os centros urbanos de nível superior (metrópoles) e as pequenas cidades e o meio rural.

Na reestruturação produtiva iniciada na década de 70 no Brasil, quando se iniciou um processo de relativa desconcentração das atividades econômicas, particularmente as industriais, as políticas econômicas e o Estado tiveram grande importância (DINIZ, 1993). Ocorreu uma política de valorização do sistema urbano em detrimento da política intraurbana e, para as políticas de descentralização, que buscavam preservar as escalas de produção e as economias de aglomeração, as cidades médias apareceram como uma alternativa interessante, como postos avançados de expansão e difusão do sistema socioeconômico nacional:

“A elevação da participação das cidades médias na distribuição do produto nacional pode ser interpretada como uma possível combinação entre as necessidades de distribuir espacialmente a riqueza nacional e as de buscar níveis de produtividade compatíveis com as exigências de competitividade impostas pela crescente globalização da economia” (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p.18).

Deve-se ressaltar que as políticas governamentais deste período não tiveram o objetivo explícito de diminuir as desigualdades regionais, pois desde cedo foi reconhecida a incompatibilidade da manutenção de um ritmo acelerado de crescimento econômico com as políticas redistributivas de desenvolvimento regional ou, em outras palavras, o conflito entre eficiência econômica e equidade na distribuição regional da riqueza (AMORIM FILHO e SERRA, 2001). Fica evidente neste período a ideia da “desconcentração concentrada”, já que a intenção dos planejadores era claramente “desconcentrar dentro de um certo limite espacial, para não colocar em xeque os níveis de produtividade alcançados nos grandes centros urbanos do país” (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p.14).

Na década de 1980, ocorreu um arrefecimento das políticas de desenvolvimento regional. A crise econômica e a inflação levaram o governo a priorizar as políticas macroeconômicas (com o objetivo de alcançar a estabilidade monetária), a crise fiscal diminuiu a disponibilidade de recursos governamentais e houve uma diminuição dos fluxos migratórios inter-regionais, que tanto contribuíam para o “inchaço” das grandes metrópoles nacionais (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p.21). Segundo Amorim Filho e Serra (2001), o grande crescimento destas cidades a partir de meados do século passado impôs uma função às cidades médias no que diz respeito especificamente às migrações: sua capacidade de absorver parte dos fluxos populacionais oriundos de cidades menores ou da zona rural por meio da oferta de oportunidades de trabalho poderia evitar a ampliação dos problemas sociais das grandes cidades. Este atributo seria uma das razões pelas quais a preocupação com as cidades médias tenha adquirido tanta amplitude nos anos 70, já que o sistema urbano nacional era marcado pela insuficiência e má distribuição espacial de centros urbanos intermediários dinâmicos, o que dificultava uma efetiva interiorização e difusão do desenvolvimento (AMORIM e SERRA, 2001). Segundo Corrêa (2007, p.27),

“No Brasil, a partir de meados da década de 1960, no âmbito do recém-criado sistema de planejamento que pretendia incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais, estabeleceu-se a noção de ‘cidade de porte médio’, barreiras receptoras contra as correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos” (CORRÊA, 2007, p.27).

Araújo et al. (2011, p.74) criticam essa visão das cidades médias como meros núcleos de contenção de demandas e fluxos migratórios com destino às grandes cidades. Esses autores defendem que seja fortalecido seu “papel de apoio, de polo de serviços para as aglomerações menores, auxiliando na melhoria das condições de vida dos cidadãos que residem em outros núcleos urbanos de menor porte ou mesmo em áreas rurais”. Defendem que sua distribuição na rede urbana e seus papéis devem ser avaliados com base em critérios que levem em conta as dinâmicas intrarregionais, a localização dessas cidades e suas especificidades funcionais.

A partir da década de 1990, houve uma retomada do interesse pelas cidades médias, provocada pelas incertezas geradas por três fenômenos relacionados à

reestruturação do sistema urbano nacional, cujos efeitos são ambíguos no que diz respeito à (des)concentração econômica e populacional: o processo de reestruturação produtiva iniciado na década de 1970, a maior abertura comercial do país e o redimensionamento do Estado (através das políticas de privatizações). Amorim Filho e Serra (2001) resumem bem o sentido do revigoramento desse tema:

“O papel articulador e de intermediação, inerente a qualquer cidade média, tendo em vista suas dimensões, sua posição geográfica sempre estratégica e as funções que lhe são próprias, tem sido encarado como fundamental para a implantação, o desenvolvimento e a expansão de eixos e corredores de transportes e comunicações, de redes de todo tipo que possuam uma base espacial e, por fim, de redes muito especiais, tais como as das tecnópolis” (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p.29).

A reemergência das discussões sobre cidades médias ocorre em função da intensificação da dinâmica de crescimento populacional dessa categoria de cidades e na conseqüente diversificação dos papéis e funções exercidas por ela dentro da rede urbana brasileira (ARAÚJO et al., 2011). Desde a década de 70, as cidades médias “aumentaram em número, cresceram em termos de sua participação na população nacional e ampliaram seu leque funcional” (ARAÚJO et al., 2011, p.64).

3.2 A construção de um quadro teórico sobre as cidades médias baseado no REGIC 2007

Neste trabalho, utilizou-se o termo “cidade média” em sua acepção mais contemporânea, ou seja, em seu sentido *funcional*. Não estamos nos referindo a *cidades de porte médio*, e sim àqueles centros urbanos que possuem uma função intermediária dentro da rede urbana nacional. De acordo com Araújo et al. (2011, p.64), “se a questão do porte demográfico é, em maior ou menor escala, algo que não pode ser dispensado no estudo das cidades médias, mais fundamental ainda é esclarecer seu papel na rede urbana”. Essa distinção é muito importante e foi ressaltada por outros autores citados neste texto (ARAÚJO et al., 2011; AMORIM FILHO, 1976; CORRÊA, 2007). Apesar de haver uma correlação entre porte demográfico e certos atributos que caracterizam as cidades como funcionalmente médias, não há garantias de que uma cidade situada em um nível populacional

intermediário em uma região terá as características necessárias para que possa ser considerada como uma cidade média, no sentido proposto¹⁰.

“Uma cidade com 150.000 ou 300.000 habitantes, por exemplo, que seja local de concentração de atividades controladas externamente, cujos capitais sejam externos, não podem (sic) ser caracterizadas como cidades médias, pois não possuem papel direto na gestão das atividades localizadas na cidade ou em sua hinterlândia regional” (CORRÊA, 2007, p. 32).

Para Roberto Lobato Corrêa, as cidades médias seriam caracterizadas por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano, sendo que essa combinação deve ser contextualizada geograficamente (CORRÊA, 2007). Segundo este autor, três elementos devem ser considerados na construção de um quadro teórico sobre as cidades médias: a presença de um elite empreendedora, responsável pelo estabelecimento de uma relativa autonomia econômica e política da cidade, criando interesses locais e regionais e competindo em alguns setores de atividades com os centros urbanos de maior porte; a importância de sua localização relativa e sua conformação como um “foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços” (2007, p.30); presença de intensas interações espaciais, marcadas pela complexidade, multidirecionalidade e multiescalaridade (CORRÊA, 2007, p.29-30).

Com base no quadro teórico exposto acima, Corrêa (2007) propôs uma tipologia para as cidades médias, na qual os centros urbanos de função intermediária se enquadrariam em uma ou mais categorias: a de centro de atividades especializadas, destinadas ao mercado nacional ou internacional, gerando interações espaciais de longas distâncias; a de centro de drenagem e consumo da renda fundiária, que incluiriam os centros urbanos que, por intermédio da propriedade e de uma elite fundiária, controlaria econômica e politicamente um

10 Araújo et al. afirma que os estudos das últimas décadas vem considerando como médias aquelas cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, sendo que nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, devido às características do sistema urbano-regional, municípios com população de 50 mil a 100 mil habitantes também podem desempenhar a função de cidades médias. Também afirma que estudos sobre cidades médias latino-americanas muitas vezes trabalham com populações superiores a este corte (ARAÚJO et al., 2011, p.63).

importante espaço regional e concentrariam atividades varejistas e de prestação de serviços; por último, a categoria de lugar central, caracterizado pela concentração da oferta de bens e serviços para uma determinada região.

A respeito das cidades médias e da sua posição na rede urbana, Corrêa afirma o seguinte:

“Trata-se do que convencionou denominar capital regional, foco do comércio varejista e de serviços diversificados, dotado de amplo alcance espacial máximo (range). Na hierarquia urbana, situa-se entre a metrópole regional, a quem está subordinada, pois a ela recorre para procurar bens e serviços superiores, ou dela advêm os capitais que controlam algumas de suas atividades terciárias, e numerosos centros menores, a quem subordina por meio de suas funções centrais” (CORRÊA, 2007, p. 31).

A terminologia utilizada por Corrêa é similar à utilizada no estudo “Região de Influência das Cidades 2007” ou “REGIC 2007” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), no qual foi baseado o critério de definição de cidades médias desta dissertação¹¹. É importante lembrar que as cidades médias foram selecionadas neste trabalho com base em uma tipologia que classificou os centros urbanos em escala nacional (viabilizando a ampliação deste estudo no futuro com a utilização dos mesmos critérios). Se fosse avaliada apenas a rede urbana mineira, essa mudança de escala certamente induziria a ampliação do número de cidades nessa categoria¹². Amorim Filho (1976) chama atenção para o fato de que “a noção de ‘cidade média’ não deve ser confundida necessariamente com a noção de ‘centro de polarização regional ou microrregional’. A coincidência não ocorre sempre” (1976, p.9).

A pesquisa “Região de Influência das Cidades 2007” ou “REGIC 2007” (IBGE, 2008) é um quadro de referência do sistema urbano brasileiro, onde os centros

¹¹ Andrade e Serra (1998), de forma similar, utilizaram o REGIC de 1978 com o objetivo de identificar e compreender a dinâmica demográfica das cidades médias brasileiras de 1970, cruzando informações relativas ao tamanho populacional com a posição no sistema urbano. Neste trabalho, os autores ressaltam a forte identificação entre as cidades de porte médio e a posição de Capital Regional no sistema urbano (ANDRADE e SERRA, 1998, p.23).

¹² Em um estudo denominado “Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais”, AMORIM FILHO, BUENO e ABREU (1982) chegaram a listar e fazer uma classificação hierárquica de 102 cidades médias em Minas Gerais.

urbanos aparecem classificados e hierarquizados segundo seus níveis de centralidade. É o produto mais recente de uma tradicional linha de pesquisa desenvolvida pelo IBGE sobre centralidade e hierarquia da rede urbana brasileira, cujo primeiro estudo, denominado “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas”, é de 1968 (os primeiros estudos tiveram início em 1966). O REGIC 2007 foi elaborado com o objetivo de “subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem” (IBGE, 2008). Segue a mesma concepção utilizada nos primeiros estudos, que resultaram na “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas”, de 1972: primeiramente é estabelecida uma classificação dos centros e, em seguida, são delimitadas suas áreas de atuação ou influência.

O REGIC 2007 abordou a rede urbana de duas formas distintas: como um sistema de localidades centrais que comandam suas hinterlândias e como um sistema de cidades articuladas em rede (IBGE, 2008, p.18). A hierarquia dos centros urbanos e suas regiões de influência foram definidas a partir de uma série de critérios. Vale ressaltar que o nível na hierarquia é relativo à posição no território¹³ e que para as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto da Área de Concentração da População – ACP ou de suas sub-áreas¹⁴ (IBGE, 2008). Na edição do REGIC 2007, privilegiou-se a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e Judiciário no nível federal, de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços (REGIC 2007, IBGE 2008).

¹³ “(...) diferenças nos valores obtidos para centros em diferentes regiões não necessariamente implicam distanciamento na hierarquia, pois a avaliação do papel dos centros dá-se em função de sua posição em seu próprio espaço. Assim, centros localizados em regiões menos densamente ocupadas, em termos demográficos ou econômicos, ainda que apresentem indicativos de centralidade mais fracos do que os de centros localizados em outras regiões, podem assumir o mesmo nível na hierarquia”. (IBGE, 2008, p.11)

¹⁴ “As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população” (IBGE, 2008, p.11). A partir de 336 municípios, foram constituídas 40 ACPs, sendo 4 em Minas Gerais: Belo Horizonte, Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo, Juiz de Fora e Uberlândia.

Considerou-se como centro de gestão do território aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas (CORRÊA, 1995, p.83 apud IBGE, 2008). Essa abordagem foi feita com o intuito de se identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e de onde é exercido o comando das redes urbanas (IBGE, 2008, p.18).

A avaliação dos níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica foi feita utilizando informações secundárias e registros administrativos de órgãos estatais e empresas privadas, além de estudos complementares (também utilizando dados secundários) enfocando diferentes equipamentos e serviços, como atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo. Esses estudos complementares foram realizados com o intuito de qualificar melhor a centralidade dos núcleos identificados e para garantir a inclusão de centros especializados não selecionados pelos critérios relacionados mais estritamente à função de gestão do território.

Enquanto a investigação dos centros urbanos de maior nível foi feita a partir de aspectos relacionados à gestão (federal e empresarial) e dotação de bens e serviços, a identificação dos níveis inferiores e a delimitação das áreas de influência foram feitas a partir da investigação das ligações diretas dos centros menores na busca por bens e serviços, com o objetivo de esclarecer a articulação das redes no território nacional (IBGE, 2008, p.18). Para os centros definidos como “centros de gestão do território”, as ligações foram estudadas com base em dados secundários e, para as demais cidades, foi feita uma pesquisa direta, cujo objetivo era levantar informações sobre uma ampla gama de relacionamentos¹⁵.

¹⁵ “Até o terceiro nível da hierarquia, os centros têm atividade de gestão relevante; os padrões gerais de centralidade e de relacionamentos derivados das diversas informações pesquisadas pelo questionário são recorrentes; as variações ocorrem mais frequentemente em relação aos centros de menor alcance, os centros de zona, no quarto nível, e os locais, no quinto” (IBGE, 2008, p.18).

A última etapa consistiu na hierarquização dos centros urbanos através da classificação dos centros de gestão do território, da intensidade de relacionamentos, da dimensão da região de influência de cada centro e as diferenciações regionais. Vale ressaltar a existência de algumas divergências do conjunto de centros de gestão do território em relação ao conjunto de centros urbanos de maior centralidade, pois foram identificados alguns casos de cidades que exerciam um efeito polarizador sobre outras, mas que não exerciam a função de gestão do território, sendo verificado também o contrário (REGIC 2007, IBGE 2008).

As cidades foram classificadas em cinco níveis hierárquicos, cada um subdividido em dois ou três subníveis:

1. *Metrópoles*, subdivididas em Grande metrópole nacional (São Paulo), Metrópoles nacionais (Rio de Janeiro e Brasília) e as Metrópoles propriamente ditas (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre);
2. *Capitais regionais*, subdivididas em Capital Regional A, B e C.
3. *Centro sub-regional*, subdivididos em Centro regional de nível A e nível B.
4. *Centro de zona*, subdivididos em Centro de zona A e B.
5. *Centro local*, categoria sem subdivisões.

O segundo nível, correspondente à categoria “Capitais regionais”, é de particular relevância para os propósitos deste trabalho, pois é o que melhor enquadra os centros urbanos com características próprias das cidades médias, da forma como foram descritas anteriormente. Nesse nível da hierarquia, cuja área de influência é de âmbito regional, estão incluídos 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com os níveis superiores da rede urbana. A primeira subdivisão, Capital regional A, que não inclui nenhuma cidade do estado de Minas Gerais, corresponde às capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e a cidade de Campinas (SP), totalizando 11 centros (com mediana de 955 mil

habitantes)¹⁶. A segunda subdivisão, Capital Regional B, mais presente no Centro-Sul do país, inclui 20 cidades no total (sendo 3 em Minas Gerais) e possui mediana de 435 mil habitantes. A subdivisão Capital Regional C, mais comum nas demais regiões do país, é constituída por 39 cidades (7 em Minas Gerais, incluindo uma ACP composta por 3 municípios) e possui uma mediana de 250 mil habitantes (IBGE, 2008).

A rede urbana de Belo Horizonte, a principal do estado de Minas Gerais, constitui uma das 12 redes urbanas de primeiro nível apontadas pelo REGIC 2007. Nestas redes, a principal ligação externa de suas metrópoles se dá com as Metrópoles Nacionais, ou seja, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A rede urbana de Belo Horizonte continha 9,1% da população em 2007 (segundo a Contagem da População 2007, do IBGE) e 7,5% do PIB brasileiro no ano de 2005, sendo que a metrópole concentra 30,5% da população e 40,4% do PIB da rede. A área de influência desse centro correspondia ao estado de Minas Gerais, exceto pelo sul do estado, ligada a São Paulo e as áreas de influência compartilhada: a Zona da Mata, com o Rio de Janeiro, e parte de Triângulo Mineiro, com São Paulo.

Fazem parte da rede belo horizontina¹⁷ as Capitais Regionais B Juiz de Fora (também ligada ao Rio de Janeiro) e Montes Claros; as Capitais Regionais C

¹⁶ É importante ressaltar que esta primeira categoria não inclui nenhuma cidade mineira e não está sendo abordada nesta dissertação como representativa das cidades médias. Sua mediana de população, duas vezes maior que a categoria subsequente (Capital regional B), é extremamente alta para que seja assim considerada. Um motivo adicional é o fato de essa categoria incluir as capitais estaduais que não foram classificadas no nível de metrópoles.

¹⁷ Centros identificados na rede urbana (de primeiro nível) de Belo Horizonte: Capitais Regionais B: Juiz de Fora e Montes Claros (MG); Capitais Regionais C: Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo, Teófilo Otoni, Uberaba e Varginha (MG); Centros Subregionais A: Barbacena, Lavras, Manhuaçu, Muriaé, Passos, Patos de Minas, Ponte Nova e Ubá (MG); Centros Subregionais B: Caratinga, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Janaúba, São João del Rei, São Lourenço e Viçosa (MG); Centros de Zona A: Além Paraíba, Almenara, Araçuaí, Araxá, Campo Belo, Capelinha, Carangola, Caxambu, Curvelo, Diamantina, Formiga, Frutal, Guanhães, Guaxupé, Itabira, Januária, João Monlevade, Pará de Minas, Patrocínio, Pirapora, Salinas, São Sebastião do Paraíso e Três Corações (MG); Centros de Zona B: Abaeté, Abre Campo, Águas Formosas, Aimorés, Arcos, Baependi, Bambuí, Bicas, Boa Esperança, Bom Jardim de Minas, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Coluna, Congonhas, Cruzília, Dolores do Indaiá, Entre Rios de Minas, Ipanema, Itacarambi, Itamonte, Itaúna, Iturama, Joáima, João Pinheiro, Lagoa da Prata, Lambari, Leopoldina, Malacacheta, Manga, Mantena, Nanuque, Oliveira, Paracatu, Peçanha, Pitangui, Piumhi, Porteirinha, Resplendor, Rio Pomba, Santa Bárbara, Santa Maria do Suaçuí, Santos Dumont, São Francisco, São Gotardo, São João Evangelista, São João Nepomuceno, Serro, Taiobeiras, Três Pontas, Turmalina, Várzea da Palma, Vazante, Virginópolis e Visconde do Rio Branco (MG). (IBGE, 2008, p.94).

Divinópolis, Governador Valadares, a ACP Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo, Teófilo Otoni, Varginha e Uberaba, também ligada a São Paulo (IBGE, 2008, p.14). Além dessas cidades, foram classificadas como Capitais Regionais em Minas Gerais as cidades de Pouso Alegre (Capital Regional C), no sul do estado, e Uberlândia (Capital Regional B), no Triângulo Mineiro, totalizando 10 Capitais Regionais em Minas Gerais (que incluem 12 municípios, já que uma delas é uma ACP que agrega 3 municípios)¹⁸.

Através da comparação dos resultados do REGIC 2007 com os trabalhos anteriores realizados pelo IBGE ao longo de quatro décadas, verificou-se uma tendência estrutural à estabilidade da rede urbana, principalmente nos níveis hierárquicos superiores que, de modo geral, mantiveram-se os mesmos (IBGE, 2008, p.17). As principais alterações são decorrentes do processo de ocupação do território no período e normalmente referem-se aos estratos inferiores da hierarquia urbana. Segundo o REGIC 2007 (IBGE, 2008, p.17), nas áreas de ocupação mais antiga, como é o caso de Minas Gerais, o quadro é mais estável. Algumas cidades passaram a exercer uma centralidade maior ou menor, provavelmente em função de mudanças nas redes de transportes e comunicações. Por exemplo, a ACP de Ipatinga¹⁹, que em 1966 constava no terceiro nível, de Centros sub-regionais, foi classificada no segundo nível no REGIC 2007, e Muriaé (MG), que apareceu no segundo nível da classificação em 1966, foi rebaixado ao terceiro nível em 2007.

“As principais mudanças no período devem-se ao adensamento, ou mesmo à emergência, de redes em territórios de ocupação anteriormente rarefeita e ao fortalecimento do papel das capitais estaduais, um processo já sinalizado no estudo de 1978, que

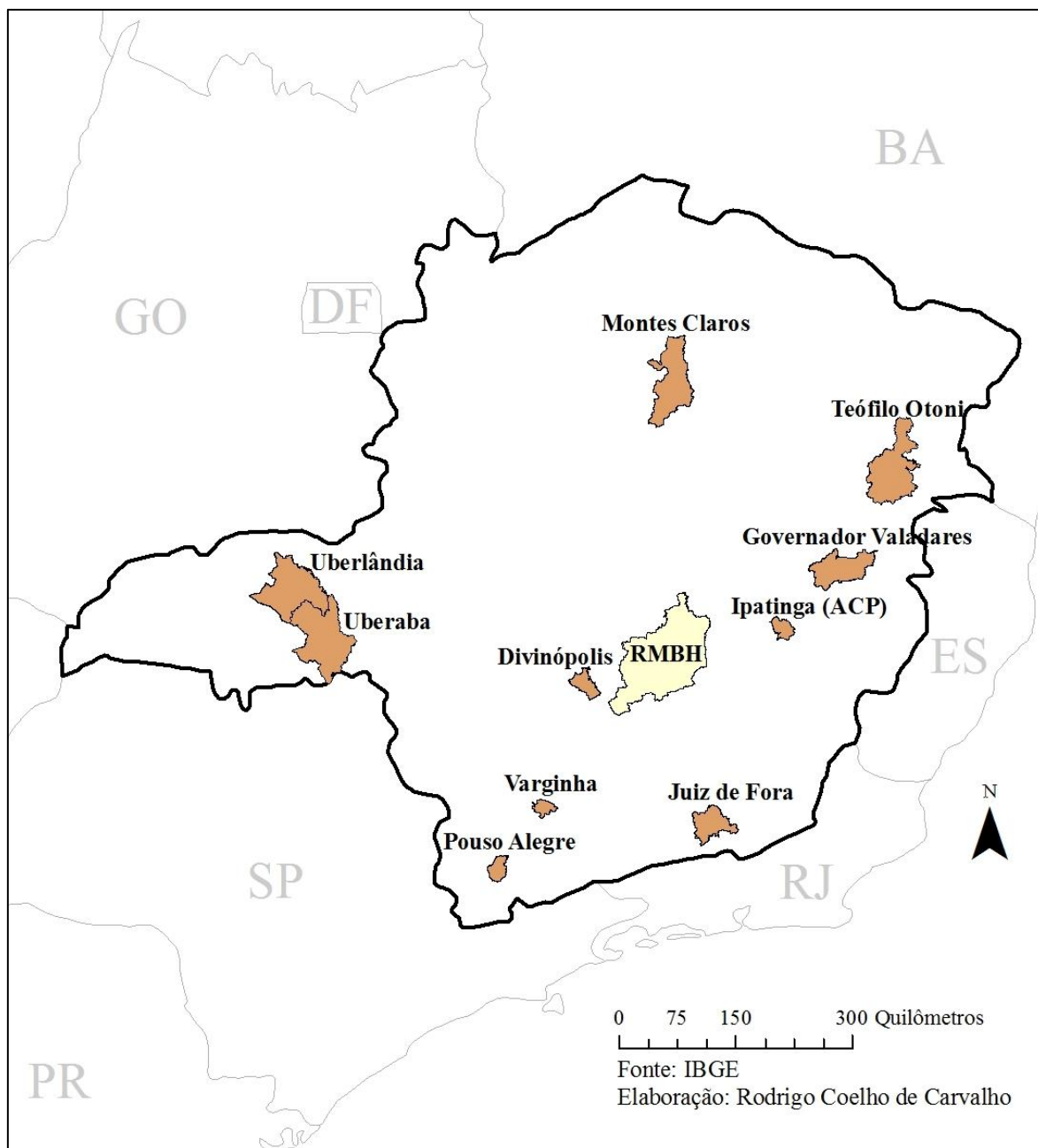
¹⁸ No trabalho intitulado “Migração e desconcentração demográfica nas principais áreas de atração populacional de MG”, MATOS (1998), com base em um estudo da Fundação João Pinheiro (FJP, 1988), identificou 12 “localidades polo” ou “polos regionais” no estado, incluindo 9 das 10 capitais regionais mencionadas, o que indica um grau de concordância com os critérios aqui estipulados (esse estudo deixou de incluir os municípios que formam a ACP de Ipatinga e incluiu as cidades de Barbacena, Poços de Caldas, além de considerar o município de Pouso Alegre em conjunto com Itajubá).

¹⁹ A ACP Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo, a partir daqui, será identificada apenas pelo nome de seu maior município, ou seja, como “ACP de Ipatinga”. Este conjunto de municípios também é conhecido como Aglomerado Urbano do Vale do Aço (COSTA e COSTA, 2000) e, pelas suas relações de interdependência funcional e complementariedade, serão tratados em conjunto ao longo de todo este trabalho..

tende a fazer com que as redes acompanhem os limites estaduais. Além disso, o surgimento de novos centros de nível intermediário provoca subdivisão das áreas de influência dos grandes centros, no período entre 1966 e 2007” (IBGE, 2008, p.17).

Nas redes urbanas mais consolidadas as transformações são menos relevantes e nelas destaca-se, de forma geral, o crescente comando das capitais estaduais. Em Minas Gerais, a rede de Uberaba passa a ter uma dupla vinculação com São Paulo e Belo Horizonte. Da mesma forma, Juiz de Fora passa a se subordinar duplamente ao Rio de Janeiro e a Belo Horizonte, que assumiu as redes de Varginha e Passos (anteriormente subordinadas a São Paulo) e de São Lourenço e Caxambu (anteriormente subordinadas ao Rio de Janeiro)

O mapa da figura 1 mostra a localização das cidades médias de Minas Gerais, objeto deste estudo. Uma rápida observação já é suficiente para perceber que a rede urbana do estado de Minas Gerais é bastante assimétrica e pouco articulada em algumas regiões, principalmente no norte do estado. Enquanto a porção sul de Minas Gerais possui um grande número de cidades médias, nós articuladores da rede urbana, a porção norte é bastante carente de centros urbanos de níveis intermediários.

Figura 1 – Localização dos municípios das cidades médias em Minas Gerais.

4 FONTES DE DADOS, REVISÃO CONCEITUAL E METODOLOGIA

4.1 O conceito de migração e as informações dos censos demográficos brasileiros sobre migrações internas

O termo “migração”, uma das modalidades possíveis da mobilidade populacional, refere-se à mudança de residência habitual entre duas unidades geográficas distintas e em um período de tempo estabelecido. A partir de dados censitários, são contabilizados como migrantes apenas aqueles que sobreviveram e não reemigraram até o final do intervalo determinado (UNITED NATIONS, 1970). O conceito de migrante, que contém uma dimensão espacial e uma temporal, varia de acordo com o tipo de quesito utilizado e sua adequação depende dos objetivos dos pesquisadores, pois cada um tem diferentes possibilidades e limitações.

A principal fonte de dados sobre as migrações no Brasil é o censo demográfico²⁰. Poucos censos no mundo são tão ricos em informações e têm tantos quesitos referentes aos fluxos populacionais internos como o brasileiro. Desde a década de 1980, ocorreram grandes avanços nesse sentido. O Censo Demográfico de 1980, em relação ao anterior, apresentou inovações, ao perguntar se a pessoa havia efetuado uma migração intramunicipal entre os meios rural e urbano e o nome do município de residência anterior, para todos aqueles que viviam a menos de 10 anos no município. Esta última pergunta permitiu um maior detalhamento nas investigações, já que, no Censo de 1970 perguntava-se apenas sobre a Unidade da Federação da última residência (e somente aos não naturais do município). No Censo de 1991, foi incorporado um novo e importante quesito, relativo ao nome do município e UF de residência em 1 de setembro de 1986, ou

20 A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD - é outra fonte de informações sobre migrações internas no Brasil. Entretanto, por se tratar de uma pesquisa cujo tamanho da amostra é bem inferior ao do Censo e por não apresentar informações em nível municipal, trata-se de uma fonte bastante limitada. A análise desses dados exige muita cautela, pois a pequena cobertura amostral pode induzir a graves erros de estimação e interpretação.

seja, exatamente 5 anos antes da data de referência do censo (quesito de “data fixa”, utilizado neste estudo).

Com a manutenção das perguntas referentes à migração dos censos anteriores, o Censo de 1991 já continha todos os quesitos básicos referentes às migrações internas recomendados pelo Manual VI da ONU (UNITED NATIONS, 1970), um documento de referência no que diz respeito a métodos de estimação das migrações internas: lugar de nascimento, tempo de residência, lugar de última residência (sendo que esses dois últimos, combinados, formam o quesito denominado de “última etapa”) e o lugar de residência em uma data fixa anterior, no caso, 5 anos antes do censo (RIGOTTI, 2010). No Censo de 2000, infelizmente, houve um retrocesso, já que se deixou de inquirir sobre o local de última residência no nível municipal (na informação de “última etapa”), restando apenas a informação relativa à UF de última residência. No Censo de 2010 esse problema foi solucionado e o quesito foi reincorporado nos mesmos moldes do Censo de 1991.

É importante ressaltar que os quesitos sobre migração dos censos demográficos brasileiros constam apenas no questionário amostral, ou seja, não se aplicam a todos os domicílios. Isso exige certos cuidados na análise, sobretudo em áreas muito desagregadas espacialmente.

4.2 Os conceitos de saldo migratório, migrante “data fixa” e taxa líquida de migração

O saldo migratório refere-se à diferença entre o volume de imigrantes e emigrantes de “data fixa” em uma unidade espacial, de um período determinado. Mede a contribuição das migrações ao estoque populacional do final do período, descontados os efeitos da mortalidade e reemigração. Trata-se de um resultado líquido, englobando os efeitos da imigração (positivos) e da emigração (negativos), ou seja, um saldo líquido nulo ou pequeno não significa a ausência ou pequena intensidade dos fluxos migratórios, pois os números de emigrantes e imigrantes podem ser volumosos, porém semelhantes. Considera os chamados “efeitos diretos da migração”, que são os migrantes e os seus filhos nascidos no

local de origem, que sobreviveram e não empreenderam um novo movimento migratório e os “efeitos indiretos”, que se referem “aos filhos de migrantes que nasceram na região de destino no período considerado, não morreram e dela não saíram, bem como aos filhos de emigrantes que nasceram no lugar de destino, não morreram e não retornaram à região estudada” (CARVALHO e RIGOTTI, p.8, 1998).

Como foi dito anteriormente, a definição de migrante (ou seja, de imigrante e emigrante, dependendo da referência espacial) varia de acordo com o tipo de quesito, sendo que os dois mais utilizados são os denominados de “última etapa”²¹ e de “data fixa”. Segundo o quesito de “data fixa”, o único utilizado nesta dissertação, migrante é todo indivíduo que residia em um município diferente do que foi recenseado 5 anos antes da data de referência do censo (contabilizando-se apenas os sobreviventes e os que não reemigraram). Ele contém, sozinho, uma dimensão temporal e uma espacial e devido à sua simplicidade e especificidade, muitas vezes é considerado mais útil do que o lugar de nascimento ou lugar de última residência, principalmente quando estes dois últimos não são acompanhados pela questão sobre duração de residência (RIGOTTI, p.17, 1999).

O conceito de migrante implícito no quesito de “data fixa” é semelhante aos conceitos de imigrantes e emigrantes implícitos no cálculo dos saldos migratórios obtidos por técnica indireta (CARVALHO e RIGOTTI, 1998). Neste caso, a estimação é feita por resíduo, ou seja, calcula-se a diferença entre a população efetivamente observada e a população esperada ao final do período estipulado, determinada a partir de funções de mortalidade, “supondo-se ausência de erros na declaração de idade, perfeita cobertura censitária e uso de funções de mortalidade e fecundidade adequadas” (CARVALHO, 1982 apud CARVALHO e RIGOTTI, 1998). Porém, o saldo migratório calculado diretamente a partir dos

²¹ O quesito “última etapa” consiste na combinação das perguntas “tempo de residência” com o “local de última residência”, integrando assim uma dimensão temporal e uma espacial relativa aos fluxos migratórios. Segundo este quesito, migrante é todo indivíduo que residiu em uma unidade espacial diferente daquela em que foi recenseado nos 10 anos anteriores à data de referência do censo, independente do lugar de residência na data do censo anterior, que inclusive poderia ser o local de residência atual (CARVALHO e RIGOTTI, 1998).

dados de migrantes “data fixa” possui grandes vantagens: refere-se a um intervalo de tempo menor que o período intercensitário; são cálculos, e não estimativas; produzem dados desagregados para imigrantes e emigrantes e os saldos são calculados para pares de unidades espaciais, e não para uma unidade espacial e o resto do mundo (CARVALHO e MACHADO, 1992 apud RIGOTTI, 1999).

A Taxa Líquida de Migração (TLM), da forma como foi adotada neste trabalho, refere-se ao quociente entre o saldo migratório e a população observada no final do período. No caso de a TLM ser positiva, ela indica a proporção da população que foi incrementada devido aos fluxos imigratórios. No caso de a TLM ser negativa, ela indica a proporção em que a população observada aumentaria, se porventura se tivesse se mantido fechada durante o período em questão. Apesar da simplicidade da definição, esse indicador apresenta alguns problemas e incita discussões entre os pesquisadores. Em primeiro lugar, porque não se trata de uma taxa propriamente dita. A população no denominador não corresponde exatamente à população sujeita ao risco de um evento, no caso, o risco de migrar. No numerador (SM) estão implícitos, além dos emigrantes, os imigrantes, que não constavam na unidade espacial de análise no momento inicial. Para Rogers (1989 apud RIGOTTI, p.33, 1999), a interpretação da TLM é ambígua, já que confunde mudanças na propensão de migrar com mudanças nos estoques populacionais. Também é comum usar no denominador a população esperada, fechada, principalmente em projeções populacionais, o que gera uma interpretação distinta do primeiro caso²². Apesar desses problemas, medidas sintéticas como a Taxa Líquida de Migração, a Taxa Bruta de Imigração e a Taxa Bruta de Emigração podem servir como ferramentas analíticas muito úteis, pois dão uma medida do impacto da migração sobre a população receptora e também permitem a análise da composição da população em relação ao status migratório (UNITED NATIONS, 1970).

²² Quando o denominador da TLM é a população esperada (fechada), ela indica a proporção da população resultante do crescimento natural que foi acrescida (quando positiva) ou reduzida (quando negativa) ao fim do período, devido às migrações.

4.3 Procedimentos metodológicos

Para obter o número de imigrantes e emigrantes dos municípios mineiros²³, assim como sua composição por idade e sexo, foram utilizados os microdados da amostra²⁴ dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, disponibilizados no site do IBGE (<http://www.ibge.gov.br>). Para obter a população e a composição por sexo e idade dos municípios, ou seja, para lidar com os dados do universo de cada censo, foi utilizado o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), um banco de dados agregados, também disponível no site do IBGE (<http://www.sidra.ibge.gov.br>).

Antes de trabalhar diretamente com os dados de migração, para fins comparativos, foi calculada a taxa média anual de crescimento geométrico (TCG ou simplesmente “r”) para todos os municípios de Minas Gerais, para o estado como um todo e para o Brasil a partir da seguinte fórmula (SHRYOCK & SIEGEL, 1980):

$$r = \ln\left(\frac{P_n}{P_0}\right) / t, \text{ onde:}$$

r = Taxa de Crescimento Geométrico

P_n = população ao final do período

P_0 = população no início do período

t: intervalo (número de anos) entre o início e o final do período

O total de imigrantes e emigrantes nos quinquênios imediatamente anteriores às datas de referência de cada censo foi obtido através do cruzamento dos quesitos de “data fixa” e do “local de residência atual”, tomando como referência as unidades espaciais de análise apropriadas. No caso das cidades médias, esses dados foram levantados com um maior grau de detalhamento, com a desagregação dos migrantes por sexo e idade.

²³ Os dados apresentados como referentes às cidades médias neste trabalho na verdade referem-se a *municípios* cujas *sedes* foram classificadas como cidades médias. Trata-se de uma limitação metodológica intransponível, pois o menor nível de agregação espacial dos dados de migração dos censos demográficos são os municípios.

²⁴ Nos Censos de 1991, 2000 e 2010, o questionário amostral foi aplicado à cerca de 10% da população

Pela própria natureza do quesito de “data fixa”, apenas são captados os migrantes com 5 ou mais anos de idade. Para resolver essa limitação e suprir a inexistência dessas informações, foi utilizada a metodologia adotada por LEE (1957) e recomendada por Carvalho e Garcia (2002), que consiste em multiplicar a relação crianças de 0 a 4 anos de idade divididas pelas mulheres em idade reprodutiva pelo saldo migratório da população feminina em idade reprodutiva (considerada aqui como o período entre 15 e 49 anos). Com o objetivo de obter o número de crianças imigrantes e emigrantes menores de 5 anos de forma desagregada, esse procedimento foi adaptado: multiplicou-se a relação crianças de 0 a 4 anos de idade divididas pelas mulheres em idade reprodutiva (do município de destino) pelas mulheres imigrantes e emigrantes em idade reprodutiva separadamente, de forma a estimar os grupos de 0 a 4 anos de idade correspondentes, pressupondo-se que não há um diferencial na fecundidade de migrantes e não migrantes e entre os imigrantes e emigrantes das cidades médias.

A separação entre indivíduos do sexo masculino e feminino dos imigrantes e emigrantes menores de 5 anos foi feita utilizando-se a razão de sexo, que corresponde ao total de homens sobre mulheres em determinada população (esse quociente normalmente é multiplicado por 100). Quando os valores da RS são maiores do que 100, há uma predominância do sexo masculino e, quando são menores do que 100, há uma predominância do sexo feminino. O valor utilizado foi 105, que corresponde à razão de sexo ao nascer de Minas Gerais no ano de 2000, segundo o Sistema de Informação sobre os Nascidos Vivos (SINASC).

Finalmente, com o saldo migratório e o volume de imigrantes e emigrantes do decênio, as taxas líquidas de migração dos períodos intercensitários foram calculadas, usando no denominador uma base comum: a população no fim do período. Essa taxa, quando positiva, expressa a contribuição proporcional das migrações no total populacional. Quando negativa, expressa em que proporção aumentaria a população, caso esta fosse uma população fechada.

Para avaliar os impactos das migrações no diferencial por sexo das cidades médias, levando em consideração que é comum haver uma seletividade nesse

sentido entre os migrantes, utilizou-se novamente a razão de sexo. Após calcular as RS das populações das cidades médias em 1991, 2000 e 2010, e de posse dos saldos migratórios desagregados por sexo, foi possível mensurar o impacto das migrações no diferencial por sexo das cidades médias de Minas Gerais nos quinquênios imediatamente anteriores aos censos. Para isso, observou-se a diferença entre a razão de sexo das cidades médias em 1991, 2000 e 2010 com os valores dessas mesmas populações desconsiderando as migrações ocorridas nos quinquênios anteriores aos censos, ou seja, agregando os emigrantes e subtraindo os imigrantes de cada sexo, em cada população.

Para verificar o impacto das migrações na estrutura etária das cidades médias, utilizou-se uma medida síntese – a idade mediana – para avaliar quanto a estrutura etária foi rejuvenescida ou envelhecida em função das migrações nas últimas décadas. A mediana define o ponto em que uma distribuição acumulada atinge 50%. Quando aplicada à população, indica a idade que divide a metade superior (mais velha) e inferior (mais jovem) dos indivíduos que a compõem. Assim, esse indicador permite caracterizar uma população como mais jovem ou mais idosa e sua variação no tempo permite ver a velocidade das mudanças que se operam na distribuição etária (WONG, 2004). Neste trabalho, foi calculada a idade mediana da população total (considerando os Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010) e dos imigrantes e emigrantes das cidades médias dos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010²⁵. Considerando o perfil etário das populações, dos imigrantes, dos emigrantes, os saldos migratórios e as taxas líquidas de migração, foi possível avaliar o impacto das migrações na estrutura etária em cada uma das cidades médias.

Outra forma de se analisar a composição etária de uma população, também utilizada nesta dissertação, é através do uso da Razão de Dependência (RD), que indica a relação entre população ativa e o resto da população (WONG, 2004):

$$RD_t = [(P_{0-14} + P_{65+})/P_{15-64}] * 100, \text{ onde:}$$

²⁵ No cálculo da idade mediana dos migrantes foram consideradas as crianças de 0 a 4 anos completos de idade, estimadas através da metodologia adotada por LEE (1957) e recomendada por Carvalho e Garcia (2002), como descrito anteriormente nesta seção (por uma limitação inerente ao quesito de data fixa, os migrantes desta faixa etária não são captados).

RDt = Razão de dependência total

P0-14 = População jovem, composta pelos menores de 15 anos

P65+ = População idosa, composta pelos indivíduos com 65 anos ou mais

P15-64 = População em idade ativa (PIA)

Este indicador é frequentemente utilizado como uma aproximação do grau de dependência econômica da população (WONG, 2004) e pode ser desagregado em Razão de Dependência Jovem (proporção de indivíduos menores de 15 anos sobre a população total) e Razão de Dependência de Idosos (proporção de indivíduos maiores de 65 anos sobre a população total). Esta distinção é importante, uma vez que a demanda, com relação a aspectos sociais, econômicos, biológicos, etc. é muito diferente em relação a jovens ou idosos (WONG, p.38, 2004). Através dessas informações, a estrutura etária das cidades médias de Minas Gerais em 1980, 1991, 2000 e 2010 foi avaliada. Levando em consideração que as cidades médias são caracterizadas pelo dinamismo e vigor econômico, é razoável esperar que elas apresentem uma menor razão de dependência total.

Com o objetivo de comparar os saldos migratórios e taxas líquidas de migração das cidades médias com os outros municípios do estado e visualizar e avaliar a inserção dessas cidades no contexto regional, foram criados mapas temáticos. A visualização das variáveis mencionadas nos mapas foi extremamente útil para a identificação de padrões e *clusters* espaciais. As classes foram determinadas manualmente, a partir da análise da distribuição dos dados em histogramas. A classificação utilizada nos mapas foi a mesma em todos os períodos abordados, para viabilizar a comparação dos valores ao longo do tempo.

5 AS MIGRAÇÕES NAS CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS E SEUS IMPACTOS DEMOGRÁFICOS

5.1 Os efeitos das migrações no crescimento populacional das cidades médias de Minas Gerais

A tabela 1 mostra a população e as taxas médias anuais de crescimento geométrico dos municípios das cidades médias mineiras entre 1980 e 2010. Em relação ao tamanho populacional, no início deste período, a mediana de população das cidades médias foi de 186710 e a média foi de 176617 pessoas. No final, em 2010, a mediana de população das cidades médias foi de 283883 e a média foi de 308614 pessoas. Os municípios mais populosos do conjunto foram Uberlândia, Juiz de Fora e a ACP de Ipatinga. Uberlândia, que ocupava o terceiro lugar em 1980, ultrapassou os dois últimos a partir do ano 2000, como mostra o gráfico da figura 2. Foi o município que apresentou o maior incremento populacional em termos absolutos e relativos, mais que dobrando sua população no período considerado. Os municípios que apresentaram a menor população, no início do período foram Pouso Alegre, Varginha e Divinópolis. No final, em 2010, Varginha, Pouso Alegre e Teófilo Otoni foram os menos populosos (a população de Divinópolis ultrapassou a de Teófilo Otoni no Censo de 1991).

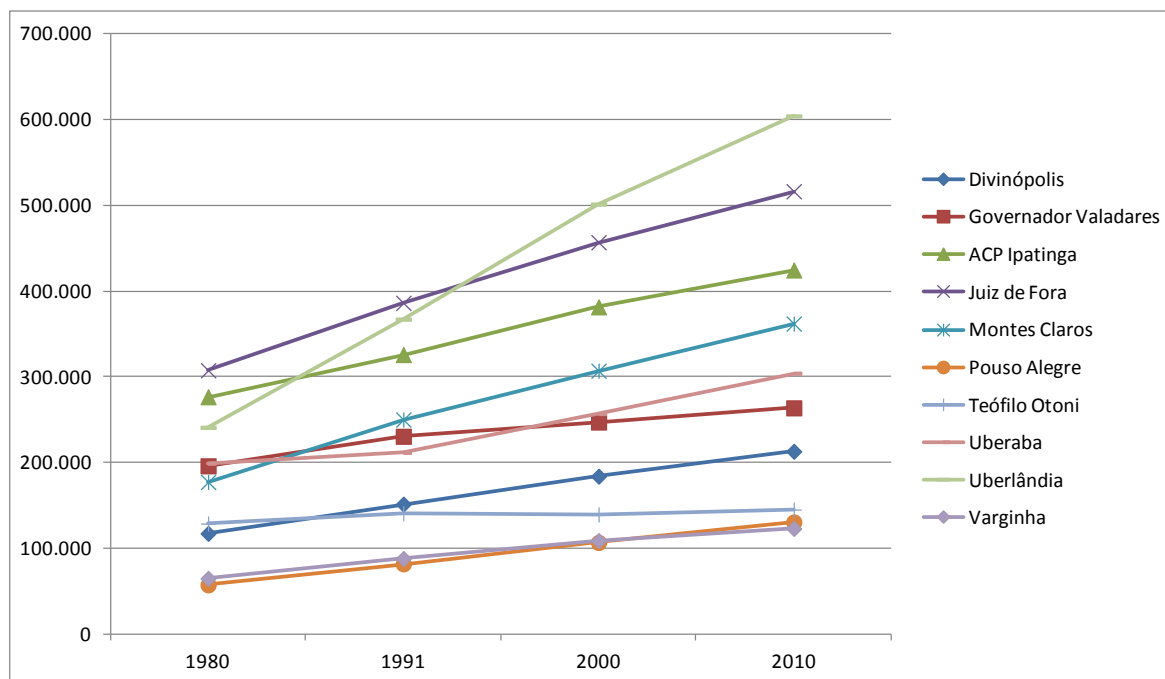
É importante fazer uma ressalva em relação a duas das cidades médias: no ano de 1997, o município de Novo Oriente de Minas emancipou-se de Teófilo Otoni e o município de Delta emancipou-se de Uberaba. Para utilizar a mesma base populacional, para fins comparativos, as populações dos municípios emancipados foram agregadas às populações dos municípios de origem em 2000 e 2010 e esses valores foram utilizados no cálculo das taxas médias anuais de crescimento, dos saldos migratórios e das taxas líquidas de migração.

Tabela 1 - População e Taxas Médias Anuais de Crescimento Geométrico do Brasil, Minas Gerais e das cidades médias de Minas Gerais de 1980 a 2010

	População				Taxa Média Anual de Crescimento		
	1980	1991	2000	2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Brasil	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799	1,91	1,62	1,16
Minas Gerais	13.380.105	15.743.152	17.891.494	19.597.330	1,48	1,42	0,91
Cidades médias	1.766.173	2.233.426	2.674.724	3.067.714	2,13	2,00	1,37
Divinópolis	117.333	151.462	183.962	213.016	2,32	2,16	1,47
Governador Valadares	196.117	230.524	247.131	263.689	1,47	0,77	0,65
ACP Ipatinga	276.620	325.806	381.425	424.405	1,49	1,75	1,07
Juiz de Fora	307.534	385.996	456.796	516.247	2,07	1,87	1,22
Montes Claros	177.302	250.062	306.947	361.915	3,13	2,28	1,65
Pouso Alegre	57.362	81.836	106.776	130.615	3,23	2,96	2,02
Teófilo Otoni	128.826	140.833	139.398	145.084	0,81	-0,11	0,40
Uberaba	199.208	211.824	257.116	304.077	0,56	2,15	1,68
Uberlândia	240.967	367.061	501.214	604.013	3,83	3,46	1,87
Varginha	64.904	88.022	108.998	123.081	2,77	2,37	1,22

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Figura 2 – População dos municípios das cidades médias de Minas Gerais: 1980, 1991, 2000 e 2010



Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

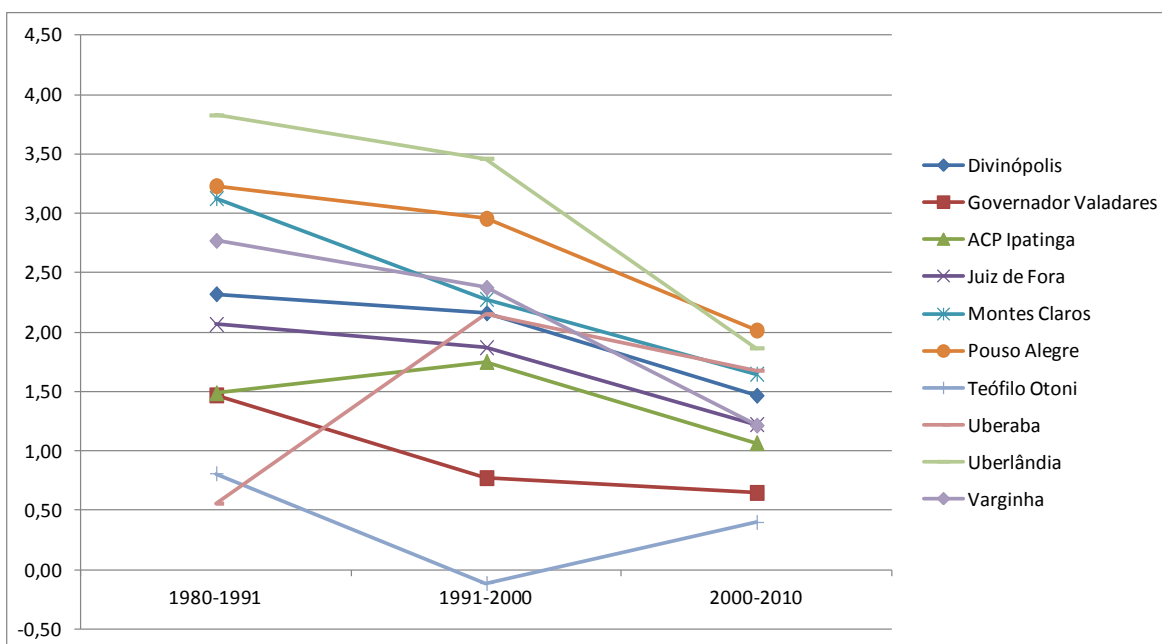
Em relação à taxa média anual de crescimento geométrico, a tabela 1 e o gráfico da figura 3 mostram uma queda geral do primeiro ao último período intercensitário no Brasil, em Minas Gerais e nas cidades médias, condizente com o declínio das taxas de fecundidade brasileiras iniciado no fim da década de 1960. Entretanto, o conjunto das cidades médias, além de apresentar um declínio um pouco menos

acentuado²⁶, apresentou taxas superiores às de Minas Gerais e às do Brasil em todos os períodos. Pelo fenômeno conhecido como “inércia do crescimento populacional” é natural que a população, mesmo com taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição, continue a crescer por um tempo²⁷. Porém, o crescimento diferencial das cidades médias em comparação com o estado de Minas Gerais e com o país indica que a migração deve ter tido um efeito significativo no seu crescimento populacional.

²⁶ Do primeiro período analisado (1980-1991) ao último (2000-2010) as cidades médias apresentaram uma queda de 35,8% enquanto o Brasil e Minas Gerais apresentaram, respectivamente, um declínio de 39% e 38,4%.

²⁷ A taxa de crescimento de uma população fechada depende não somente dos níveis correntes de fecundidade e mortalidade, mas também da distribuição etária da população, resultante da fecundidade e mortalidade do passado. “Quando uma população experimenta durante décadas níveis de fecundidade altos e razoavelmente estáveis, como foi o caso brasileiro até o final dos anos sessenta, estrutura-se uma distribuição etária relativa basicamente constante e muito jovem. Esta distribuição etária, por si só, é favorável a um alto crescimento demográfico. Isto porque contém, de um lado, grande proporção de jovens, o que deprime a TBM, e, de outro, alto percentual de mulheres no período reprodutivo e, dentro deste, mais concentradas nas idades mais férteis, o que favorece maiores TBN. Quando, em curto espaço de tempo, há uma significativa queda de fecundidade, como sucedeu no Brasil entre o final da década de sessenta e 1990, passam a conviver uma função de fecundidade de nível bem mais baixo e uma distribuição etária construída, através do tempo, por funções de fecundidade de níveis bem mais altos. Esta contradição faz com que a TBN decresça bem menos do que seria de se esperar pela simples análise da evolução da fecundidade corrente. No entanto, o declínio da TBN, no princípio menor do que o da fecundidade, faz com que comece a se estreitar a base da pirâmide etária, fenômeno este que, com o passar do tempo, tem repercussões sobre toda a distribuição da população pelos diversos grupos etários” (CARVALHO, 2004, p.8-9).

Figura 3 – Taxa média anual de crescimento geométrico das cidades médias de Minas Gerais no período 1980-2010



Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Figura 4 - Taxas Médias Anuais de Crescimento Geométrico do Brasil, Minas Gerais e do conjunto das cidades médias mineiras de 1980 a 2010



Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Entre as cidades médias, apenas Governador Valadares e Teófilo Otoni apresentaram taxas de crescimento inferiores às de Minas Gerais em todos os períodos, sendo Teófilo Otoni a única que apresentou uma taxa negativa (de 1991 a 2000) nesse intervalo de tempo. Considerando a média de crescimento dos três períodos, os municípios que apresentaram o maior crescimento foram Uberlândia, Pouso Alegre e Montes Claros. Os que apresentaram o menor crescimento foram Teófilo Otoni, Governador Valadares e Uberaba (praticamente equiparado à ACP de Ipatinga)²⁸.

É legítimo questionar se cidades que apresentam taxas de crescimento inferiores às taxas nacionais e estaduais podem ser classificadas como médias ou como polos regionais, mas, a julgar pela posição que ocupam na hierarquia urbana segundo os critérios de definição do REGIC, pode-se supor que seu vigor e dinamismo na rede urbana atualmente refletem-se em aspectos diferentes do crescimento populacional. Segundo MATOS (p.716, 1998), “Teófilo Otoni e Governador Valadares, não obstante o declínio populacional que vêm experimentando, continuam a desempenhar a função polarizadora sobre muitos municípios localizados em áreas deprimidas a leste e nordeste”. Outra possibilidade seria supor que o papel dessas cidades está se alterando na rede urbana que, apesar de possuir uma forte tendência à estabilidade (IBGE, p.17, 2008), não é estática.

²⁸ Como os municípios emancipados a partir de Teófilo Otoni e Uberaba são de porte muito pequeno, o viés provocado nas taxas médias anuais de crescimento geométrico foi pouco significativo e sua desconsideração não alteraria a posição relativa desses municípios em relação aos outros. Em Teófilo Otoni, onde o impacto foi maior, se não tivesse ocorrido a emancipação de Novo Oriente de Minas (cuja população em 2000 era de 9.974 pessoas, correspondendo a 7,71% da população do município de origem no mesmo ano e, em 2010, de 10.339 pessoas, correspondendo a 7,67% da população do município de origem no mesmo ano), sua taxa de crescimento no período 1991-2000 passaria de -0,94% para -0,11% ao ano (como consta na tabela). No período 2000-2010, pelo fato de os municípios de Teófilo Otoni e Novo Oriente de Minas terem crescido exatamente na mesma proporção (0,40%), a emancipação deste não faria nenhuma diferença na taxa de crescimento do primeiro. No caso de Uberaba, se a emancipação do município de Delta não tivesse ocorrido (cuja população em 2000 era de 5.065 pessoas, correspondendo a 2,01% da população do município de origem no mesmo ano e, em 2010, de 8.089 pessoas, correspondendo a 2,73% da população do município de origem no mesmo ano), sua taxa de crescimento no período 1991-2000 passaria de 1,93% para 2,15% ao ano (como consta na tabela). No período 2000-2010, a diferença seria praticamente nula, de apenas 0,07% (passaria de 1,61% para 1,67%).

A tabela 2 apresenta os saldos migratórios e as taxas líquidas de migração das cidades médias mineiras nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. Nos três períodos considerados, o conjunto das cidades médias apresentou saldos migratórios positivos. Levando em consideração que o denominador da TLM foi a população observada no final do período, podemos concluir que, se não tivessem ocorrido migrações nos quinquênios analisados, a população do conjunto das cidades médias seria 2,47% menor em 1991, 2,12% menor em 2000 e 1,03% menor em 2010. Apesar dos valores positivos, observa-se que o saldo migratório do conjunto das cidades médias caiu quase pela metade no último quinquênio, reduzindo drasticamente o impacto proporcional das migrações na população desses municípios.

Tabela 2 – Saldos migratórios e taxas líquidas de migração das cidades médias mineiras nos períodos 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

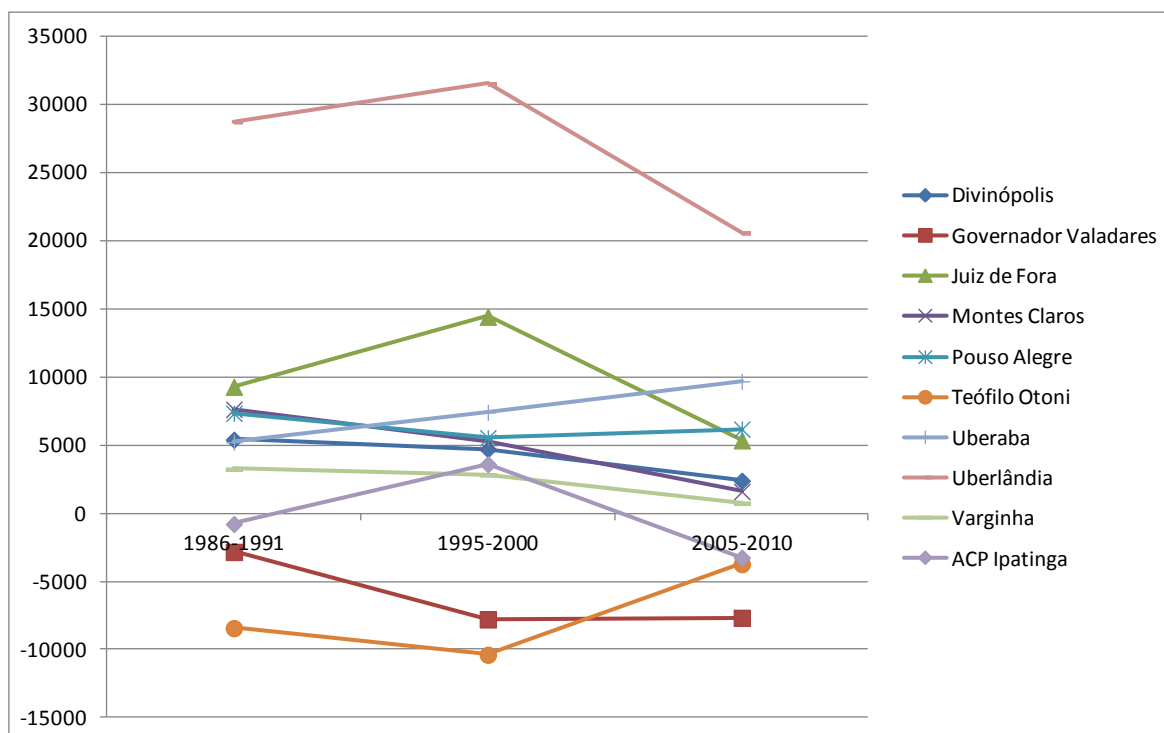
Municípios	Saldo Migratório			Taxa Líquida de Migração		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Divinópolis	5.405	4.710	2.397	3,57	2,56	1,13
Governador Valadares	-2.828	-7.776	-7.663	-1,23	-3,15	-2,91
Juiz de Fora	9.296	14.434	5.362	2,41	3,16	1,04
Montes Claros	7.633	5.223	1.607	3,05	1,70	0,44
Pouso Alegre	7.342	5.548	6.184	8,97	5,20	4,73
Teófilo Otoni	-8.418	-10.372	-3.721	-6,47	-7,44	-2,56
Uberaba	5.224	7.410	9.684	2,50	2,88	3,18
Uberlândia	28.734	31.507	20.573	7,83	6,29	3,41
Varginha	3.244	2.823	745	3,69	2,59	0,61
Ipatinga (ACP)	-779	3.606	-3.245	-0,24	0,95	-0,76
TOTAL	54.853	57.113	31.923	2,47	2,12	1,03

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O gráfico 5 mostra que Governador Valadares e Teófilo Otoni foram os dois únicos municípios que apresentaram saldos migratórios negativos nos três quinquênios. Com exceção da ACP de Ipatinga, que teve um saldo migratório levemente negativo no primeiro quinquênio, um saldo positivo no segundo e novamente um saldo negativo no terceiro quinquênio, todos os outros municípios apresentaram valores positivos nos três períodos considerados. Uberlândia experimentou um grande incremento populacional em função das migrações, bastante superior aos das outras cidades médias, apesar da acentuada queda do saldo migratório observada entre 1995-2000 e 2005-2010. Os municípios

evidenciaram tendências divergentes em relação aos saldos migratórios entre os quinquênios, principalmente do primeiro ao segundo: a ACP de Ipatinga, Uberaba, Juiz de Fora e Uberlândia tiveram um crescimento nos seus saldos migratórios, enquanto os demais municípios apresentaram uma queda. Do segundo ao terceiro quinquênios, apenas Pouso Alegre e Uberaba apresentaram crescimento em seus saldos migratórios – todos os outros apresentaram uma queda.

Figura 5 – Saldos migratórios das cidades médias mineiras nos períodos 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Os mapas das figuras 6, 7 e 8 permitem a visualização dos saldos migratórios das cidades médias no espaço, possibilitando avaliar a situação de cada uma no contexto regional. Os valores foram divididos em classes iguais para os três quinquênios, para viabilizar a comparação entre eles, e os municípios com população inferior à 10 mil habitantes não foram representados nos mapas, pelo fato de estarem sub-representados na amostra do censo. A aplicação dos fatores de peso pode provocar uma superestimação dos fluxos migratórios nestes municípios, sobretudo nos que concerne à emigração.

Figura 6 – Saldo Migratório dos municípios de Minas Gerais entre 1986 e 1991

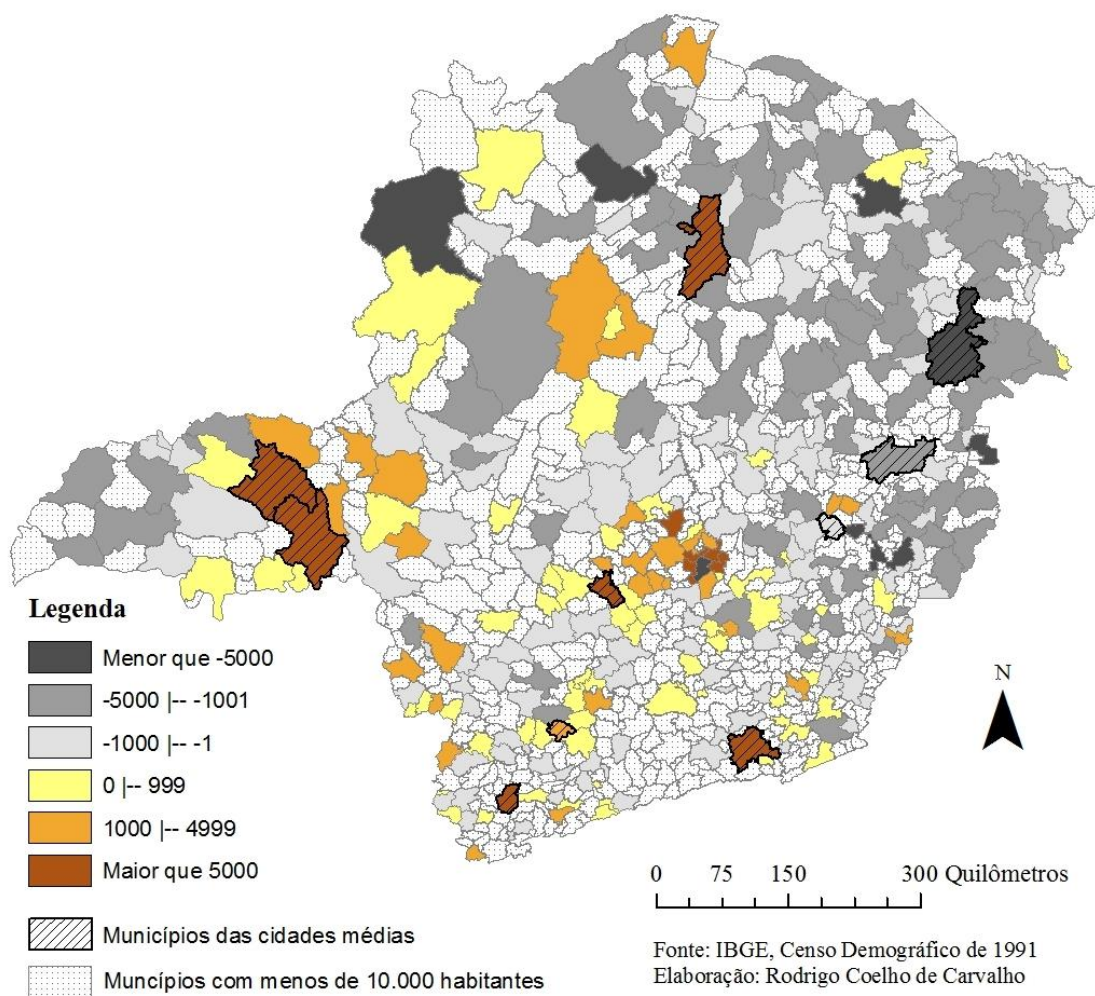


Figura 7 - Saldo Migratório dos municípios de Minas Gerais entre 1995 e 2000

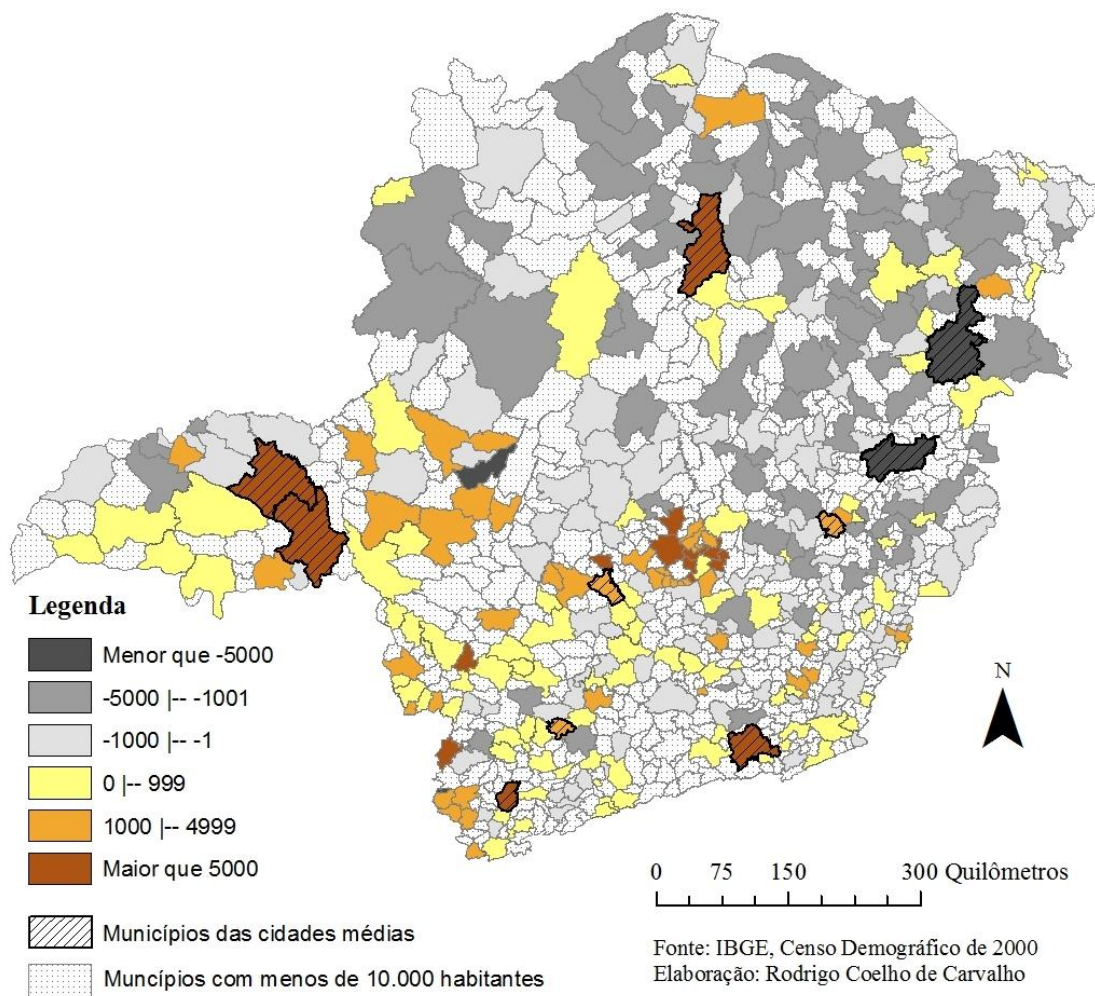
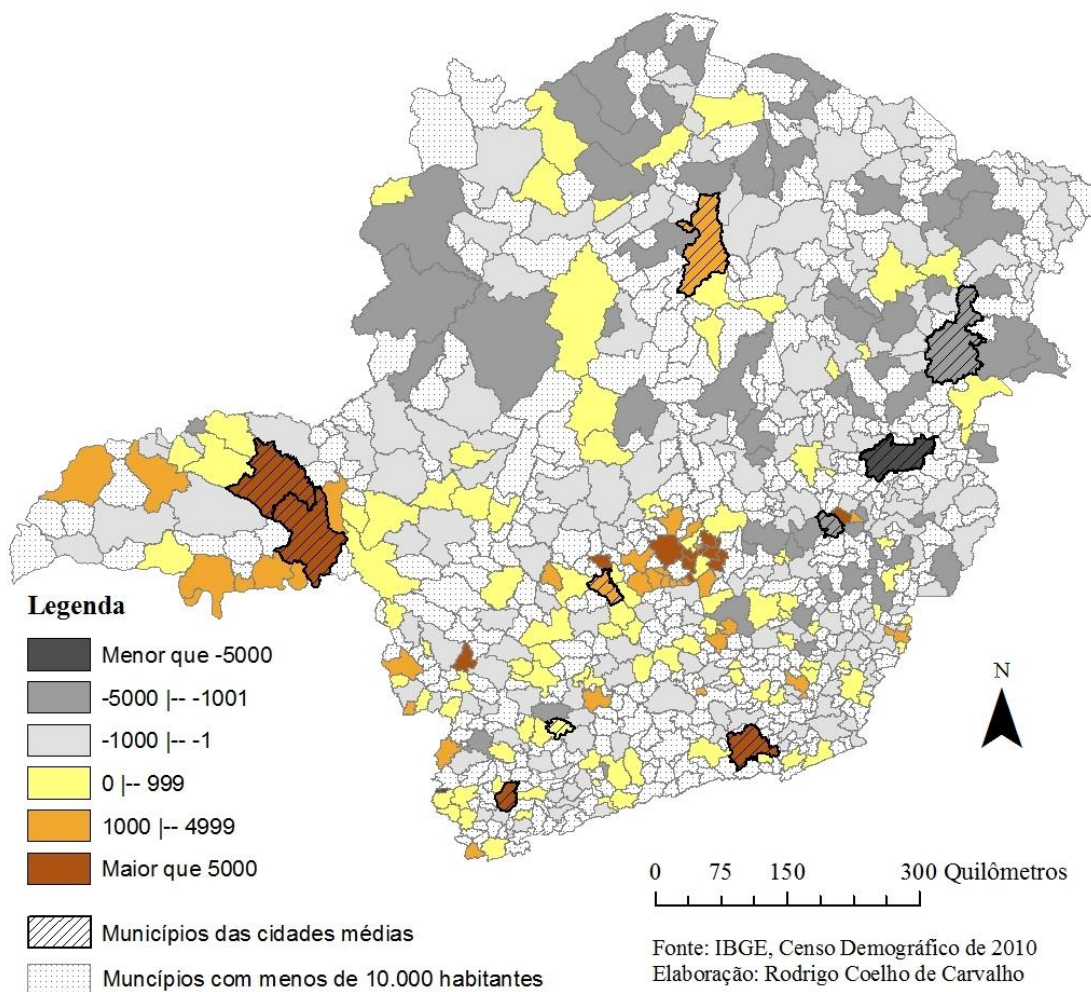


Figura 8 - Saldo Migratório dos municípios de Minas Gerais entre 2005 e 2010



Os mapas deixam claro que as cidades médias tendem a possuir valores discrepantes dos municípios vizinhos. Na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Uberlândia e Uberaba destacam-se bastante pelos seus altos saldos migratórios positivos. Nos três quinquênios, foram os dois municípios que mais receberam migrantes da região. Juiz de Fora, na Zona da Mata, e Montes Claros, no norte de Minas Gerais, destacam-se pelo mesmo motivo. Sobre estes dois municípios, MATOS (p.715, 1998) afirma o seguinte:

“Na zona da mata, Juiz de Fora mantém uma posição de destaque no Estado e em toda a região, polarizando e atraindo populações de vários municípios semi-estagnados dessa sub-região. Ao norte, Montes Claros ressalta-se como centro intermediário que polariza uma grande extensão territorial do Estado, recebendo afluxos populacionais bastante expressivos”.

A posição de destaque de Montes Claros é ressaltada pelo fato de a porção norte do estado (incluindo o Noroeste, o Norte e os Vales do Jequitinhonha e Mucuri) conter os municípios que mais expulsam população no território mineiro, reflexo de seu baixo nível de desenvolvimento econômico. No Vale do Rio Doce, a maioria dos municípios também possui saldos negativos. Isso deve ser considerado na avaliação da situação da ACP de Ipatinga, localizada nesta região. No quinquênio 1986-1991, apesar de ter apresentado um saldo negativo, foi um dos que menos expulsou população, comparativamente aos outros municípios da região. No quinquênio 1995-2000, reverteu essa situação e absorveu um contingente populacional significativo, destacando-se dos demais. No quinquênio 2005-2010 experimentou uma alta perda populacional, proporcional aos ganhos do quinquênio 1995-2000.

Governador Valadares (também localizado no Vale do Rio Doce) e Teófilo Otoni foram os municípios que revelaram o padrão mais atípico. Também se destacam no contexto regional, mas pelo motivo contrário ao da maioria das outras cidades médias: estes municípios possuem saldos migratórios altamente negativos. Nos dois primeiros quinquênios, Teófilo Otoni foi o município que mais expulsou população na região do Vale do Mucuri. Na região do Vale do Rio Doce, Governador Valadares também perdeu um volumoso contingente populacional em função das emigrações, sobretudo nos dois últimos quinquênios.

Na região sul e no sudoeste de Minas Gerais, Pouso Alegre teve os mais altos saldos migratórios da região. Varginha também apresentou saldos significativamente positivos e superiores aos dos municípios do entorno nos dois primeiros quinquênios e uma redução acentuada no último. Divinópolis, com exceção do primeiro quinquênio, quando recebeu um grande afluxo de imigrantes, não apresentou, apesar dos saldos positivos, um contraste tão marcante com os municípios próximos, embora sua proximidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte deva ser considerada.

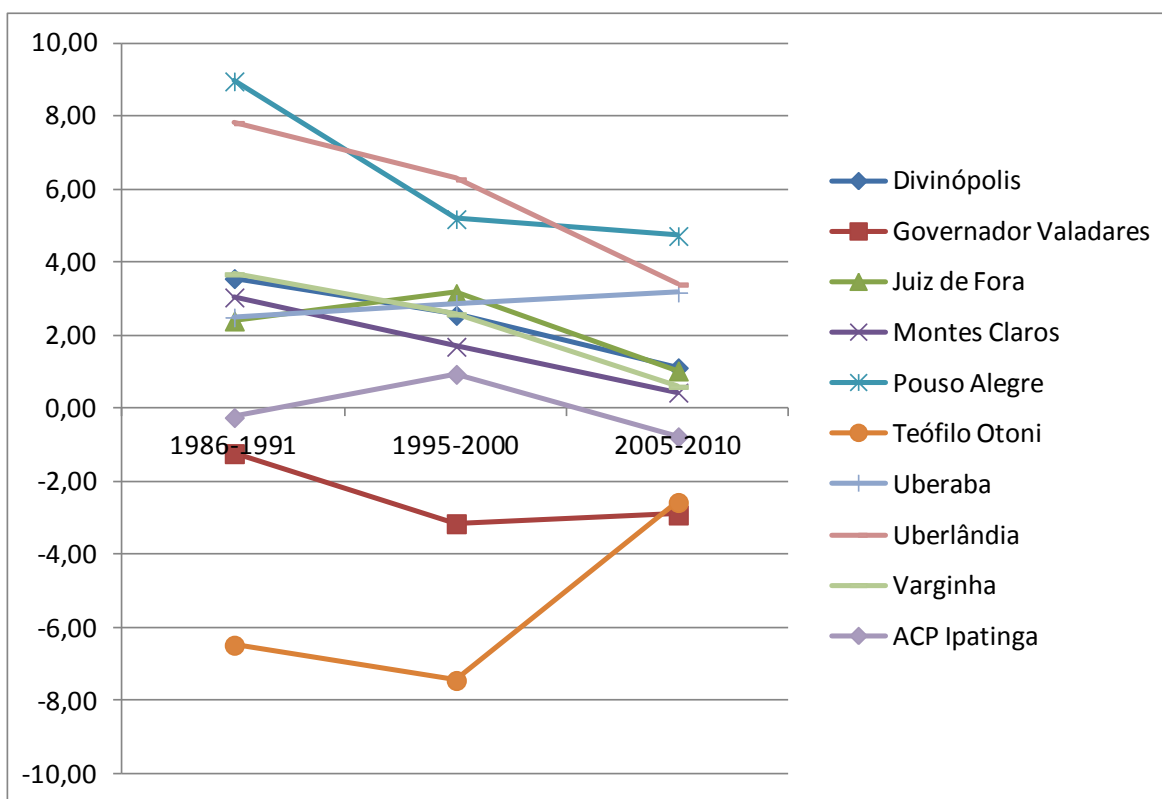
Os mapas sugerem que há certa constância ao longo do tempo no que diz respeito ao padrão espacial dos saldos migratórios. Sejam como expulsores ou receptores de população, as cidades médias, como um todo, mantiveram uma posição relativa mais ou menos estável em relação à região em que estão

inseridas e em relação aos municípios mais próximos, nos três quinquênios avaliados. Entretanto, como os saldos migratórios são fortemente condicionados pelo volume populacional, é importante fazer uma avaliação do impacto proporcional das migrações, que será realizada a seguir, a partir das taxas líquidas de migração.

O gráfico da figura 9 mostra tendências divergentes de aumento e diminuição das taxas líquidas de migração do primeiro ao segundo quinquênio e uma tendência generalizada de queda da TLM do segundo ao terceiro quinquênio nos municípios que apresentaram valores positivos. Destes, o único município que teve um aumento em seus valores foi Uberaba. Os municípios de Governador Valadares e Teófilo Otoni, que já possuíam valores negativos no quinquênio 1986-1991, apresentaram valores ainda mais baixos no quinquênio 1995-2000. No quinquênio 2005-2010, estes municípios, apesar de ainda possuírem uma TLM negativa, proporcionalmente, passaram a perder menos população que nos quinquênios anteriores. Teófilo Otoni, que possuía a TLM mais baixa entre as cidades médias no quinquênio 1995-2000, teve uma notável recuperação no quinquênio 2005-2010.

O impacto relativo das migrações no crescimento populacional foi particularmente acentuado nos municípios de Uberlândia e Pouso Alegre, que apresentaram as maiores taxas médias anuais de crescimento geométrico entre as cidades médias abordadas neste trabalho. Isso sugere que as migrações tiveram um papel importante no incremento populacional desses municípios ao longo das três últimas décadas. O oposto ocorre em Teófilo Otoni e Governador Valadares, onde taxas líquidas de migração negativas foram responsáveis por um significativo decréscimo populacional.

Figura 9 – Taxas líquidas de migração das cidades médias mineiras nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

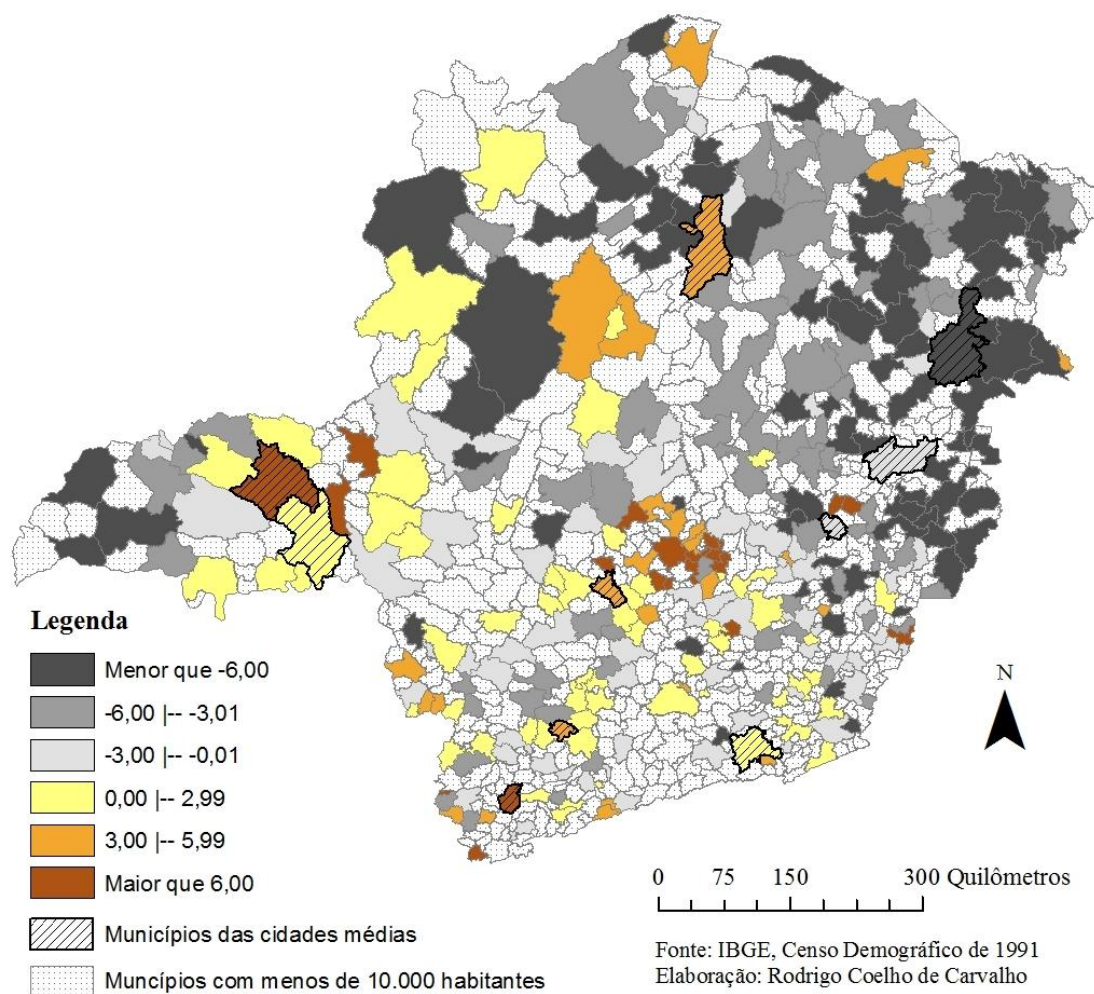
Os mapas das figuras 10, 11 e 12 mostram as taxas líquidas de migração dos municípios de Minas Gerais nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. A avaliação conjunta do saldo migratório e da taxa líquida de migração é muito importante para a realização de uma análise mais robusta, já que, dessa forma, levamos em consideração uma medida absoluta e uma relativa. Assim como foi feito nos mapas dos saldos migratórios, dividimos os valores das taxas líquidas de migração em classes iguais para os três quinquênios, para facilitar a comparação entre eles. Os municípios com população inferior à 10 mil habitantes novamente não foram representados nos mapas, pelos motivos explicitados anteriormente. Com o objetivo de aprofundar a análise e aumentar seu nível de detalhamento, os quinquênios foram analisados separadamente.

Quando levamos em consideração o volume populacional dos municípios, as cidades médias não se destacam tanto como no caso dos saldos migratórios. No mapa da figura 10, que representa as TLMs do 1986-1991, o que mais chama a atenção é o contraste da porção norte e leste do estado com a porção sul. No

primeiro caso, percebe-se um grande número de municípios com altas perdas populacionais decorrentes dos fluxos migratórios. Mesmo as cidades médias de Teófilo Otoni, Governador Valadares e Ipatinga, consideradas polos regionais, não foram capazes de reter a própria população e absorver os migrantes dos municípios próximos, o que leva ao questionamento da generalização tão comum de que as cidades médias seriam necessariamente áreas de absorção de migrantes. Por outro lado, Montes Claros, cercado por municípios que apresentaram volumosas perdas populacionais ocasionadas por emigrações, caracteriza-se como uma importante área de absorção de migrantes na região norte do estado.

No Triângulo Mineiro, Uberlândia e outros municípios a leste destacam-se pela alta TLM. Uberaba, apesar da TLM significativa (2,50%), encontra-se em um patamar inferior. Na porção central e sul do estado, as cidades médias não se sobressaem comparativamente aos municípios da região, apesar dos valores positivos. A exceção é Pouso Alegre, no sul do estado, que apresentou uma alta capacidade de absorção de migrantes: 8,97%, a maior TLM de todas as cidades médias em todos os quinquênios abordados (embora deva ser levado em consideração que Pouso Alegre também é o município menos populoso entre os abordados neste estudo). Divinópolis, apesar de uma TLM significativamente alta, não se sobressai no contexto regional devido aos elevadíssimos valores dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e entorno. Juiz de Fora, apesar do volumoso contingente populacional acrescido pelas imigrações, em função de seu robusto porte populacional, também não apresentou uma TLM significativamente mais elevada que as dos outros municípios da Zona da Mata. Por último, Varginha, apesar de possuir um valor superior aos dos municípios adjacentes, também não se destacou regionalmente.

Figura 10 – Taxa líquida de migração dos municípios de Minas Gerais entre 1986 e 1991



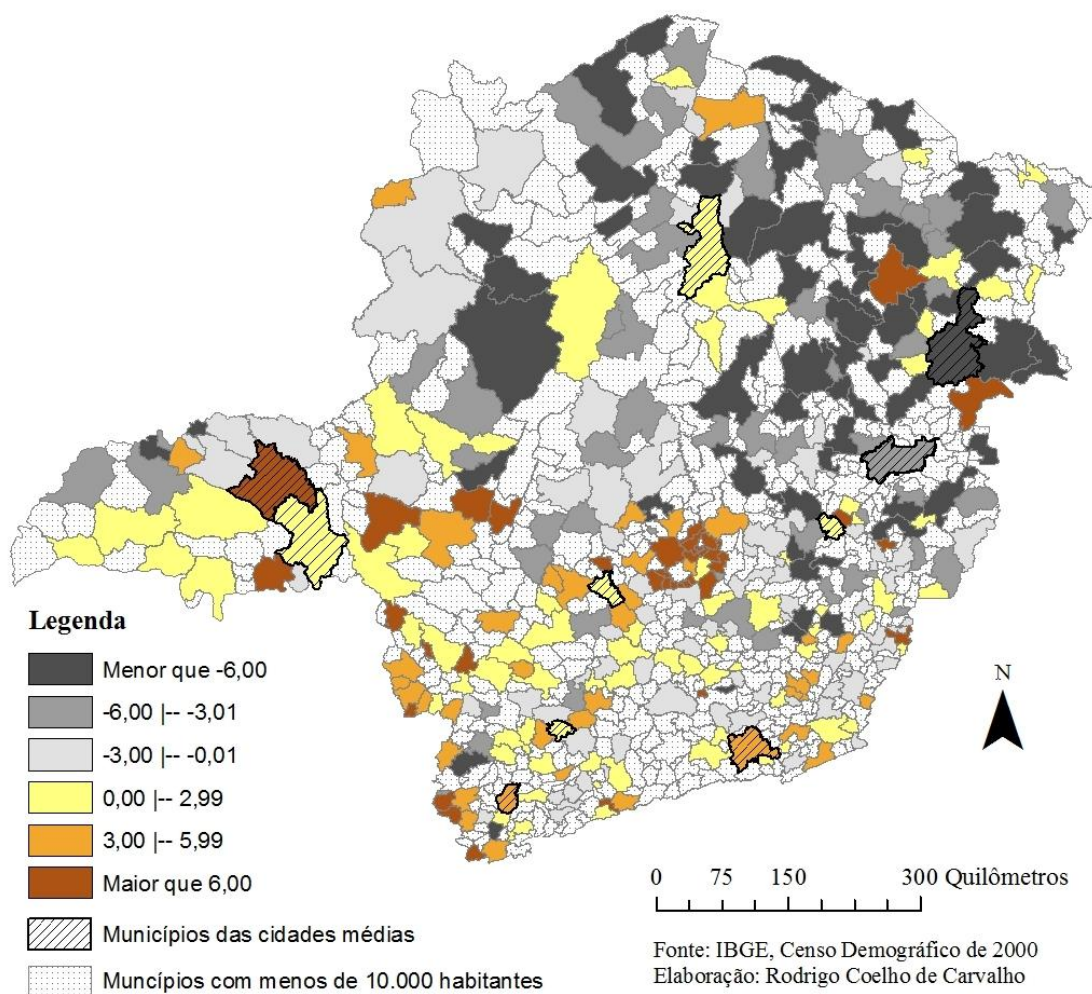
No quinquênio 1995-2000, representado no mapa da figura 11, as porções norte e leste de Minas Gerais mantiveram sua baixa capacidade de absorção e retenção populacional, apesar do aparecimento de diversos municípios com taxas líquidas de migração positivas. Quanto a isso, deve-se levar em consideração o grande número de emancipações ocorridas na década de 1990 no estado, o que impede uma comparação mais precisa e rigorosa. De qualquer forma, com o aparecimento de novas áreas de atração populacional no Norte de Minas, Montes Claros deixou de se sobressair tanto na região.

Na porção leste do estado, nas mesorregiões do Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, Teófilo Otoni e Governador Valadares apresentaram taxas líquidas de migração ainda mais negativas que no quinquênio 1986-1991. O caso de Teófilo

Otoni chama a atenção, pois apresentou neste quinquênio a mais baixa TLM entre as cidades médias em todos os períodos observados. Na ACP de Ipatinga, por outro lado, ocorreu uma inversão de tendências, já que este município apresentou valores positivos.

Na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Uberlândia manteve sua posição de destaque pela sua alta capacidade de absorção de migrantes. Uberaba, apesar de ter o terceiro maior saldo migratório do quinquênio entre as cidades médias, em função do seu tamanho populacional relativamente grande, não se sobressaiu na região como um município de alta TLM. Na porção central e no sul do estado, onde vários municípios passaram da condição de expulsores para a condição de receptores de população, Pouso Alegre, Varginha e Divinópolis não se sobressaíram dos demais em termos regionais e apresentaram uma queda em sua TLM em relação ao quinquênio 1986-1991. Juiz de Fora, na Zona da Mata, por outro lado, apresentou um aumento. Pelo fato de tratar-se de uma das maiores cidades do estado, o impacto dessa mudança não deve ser subestimado (em termos populacionais, Juiz de Fora fica atrás apenas de Uberlândia, entre os municípios analisados).

Figura 11 – Taxa líquida de migração dos municípios de Minas Gerais entre 1995 e 2000



No terceiro e último quinquênio, representado no mapa da figura 12, o predomínio de municípios que perdem população continua nas porções norte e leste do estado. Porém, o número de municípios constituintes das classes de valores mais extremos é sensivelmente reduzido, sobretudo a que possui os menores valores, ou seja, com TLM inferior a - 6%. Isso sugere que, de forma geral, as migrações tiveram um impacto relativo menos significativo na população dos municípios mineiros neste quinquênio. Outro fato que chama a atenção é o grande número de municípios de toda a porção sul do estado (incluindo as mesorregiões Sul, Sudoeste, Oeste de Minas Gerais, Campo das Vertentes e Zona da Mata) que apresentaram uma redução nos valores de suas taxas líquidas de migração.

Vários deixaram a condição de áreas de absorção para tornarem-se áreas de expulsão migratória, ainda que com valores relativamente baixos.

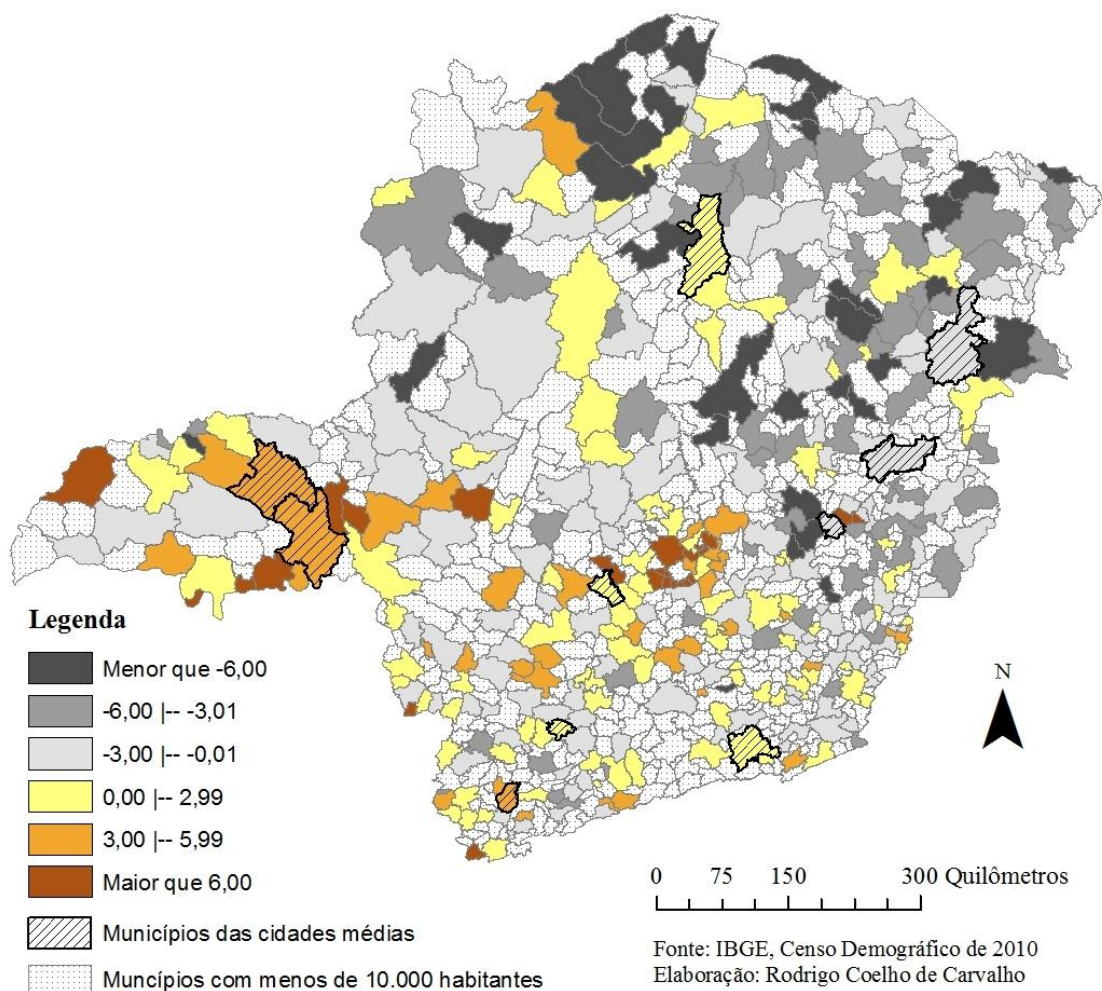
Apesar das mudanças citadas, entre 1995-2000 e 2005-2010, as cidades médias da porção central e sul do estado - Divinópolis, Varginha e Pouso Alegre - mantiveram-se nas mesmas classes, indicando certa estabilidade na sua condição de receptoras de população (apesar de a tabela 2 mostrar uma redução na TLM dos três municípios). Seguindo a tendência geral, na Zona da Mata, Juiz de Fora também apresentou uma sensível redução em sua TLM, mostrando uma perda relativa de sua capacidade de absorção migratória. Uberlândia, no Triângulo Mineiro, embora tenha permanecido com uma alta TLM, sofreu uma forte redução na sua capacidade de absorção e deixou de se destacar como um dos municípios detentores das maiores taxas líquidas de migração da região, ficando no mesmo patamar de Uberaba nesse quinquênio (cuja TLM, sofreu um aumento, passando de 2,88% em 1995-2000 para 3,18% no quinquênio 2005-2010).

No Norte de Minas, apesar de ter perdido um pouco de sua capacidade de atração, Montes Claros manteve-se como uma área de absorção migratória, com a maioria dos municípios adjacentes apresentando valores baixos ou muito baixos. Na porção leste do Estado, Teófilo Otoni e Governador Valadares, que apresentaram taxas líquidas de migração baixíssimas no quinquênio 1995-2000, foram bem menos impactados pelas perdas populacionais decorrentes da migração neste quinquênio. A ACP de Ipatinga, após uma recuperação no quinquênio anterior, quando teve uma TLM positiva, voltou a apresentar valores negativos.

Essa diminuição generalizada da TLM pode ser relacionada às importantes mudanças sofridas na estrutura etária do país, decorrentes da transição demográfica. Já no Censo Demográfico de 1991, Matos (1998) verificou que poucos municípios em Minas Gerais continuavam a atrair população de forma expressiva, “principalmente tendo em vista os números da década de 70” (p.716, 1998). Este autor associou essa diminuição da capacidade de atração da maior parte dos municípios mineiros com aspectos demográficos:

“O número elevado de imigrantes verificados na década de 70 guardava relação estreita com o estoque de população jovem decorrente de uma estrutura etária herdeira de altas taxas de fecundidade e de mortalidade declinante. Com a generalização da queda da fecundidade pelo país a partir de fins dos anos 60, a população passava a crescer em ritmo menor e o efetivo de jovens, ao diminuir, pressionaria menos, em termos relativos, as áreas de recepção de migrantes. Assim, é algo relevante constatar que alguns municípios continuam atraindo contingentes muito expressivos de imigrantes, num momento em que os efeitos generalizados do declínio da fecundidade já afetam o tamanho das populações em idade adulta” (MATOS, p.716, 1998).

Figura 12 – Taxa líquida de migração dos municípios de Minas Gerais entre 2005 e 2010



5.2 Breves considerações sobre origem e destino dos migrantes das cidades médias de Minas Gerais

Os dados indicam que os municípios de origem dos imigrantes e os municípios de destino dos emigrantes das cidades médias de Minas Gerais estão fortemente concentrados no próprio estado e na região Sudeste, como mostram as tabelas 3 e 4. Considerando os municípios em conjunto, observou-se uma grande estabilidade na origem e destino dos fluxos migratórios nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010 e uma forte correspondência nas trocas migratórias. Considerando a média desses três quinquênios, observa-se que 83,04% dos imigrantes tiveram origem no Sudeste e 83,42% dos emigrantes tiveram como destino municípios desta região. A segunda região com o maior número de trocas migratórias com as cidades médias mineiras foi o Centro Oeste, de onde vieram 7,69% dos imigrantes e para onde foram 8,39% dos emigrantes. Em seguida, vem a região Nordeste, com 5,75% dos imigrantes e 3,89% dos emigrantes. Por último, vêm as regiões Norte e Sul do país, com as quais as cidades médias mineiras tiveram uma proporção muito baixa de trocas migratórias: a primeira, com apenas 1,88% dos imigrantes e 2,33% dos emigrantes e a segunda, com 1,56% dos imigrantes e 1,98% dos emigrantes.

Tabela 3 – Origem e destino dos imigrantes e emigrantes das cidades médias de Minas Gerais nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010 (%)

Origem dos Imigrantes						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL*
1986-1991	2,08	4,02	84,37	1,51	7,99	99,98
1995-2000	1,82	4,96	83,29	1,65	8,13	99,86
2005-2010	1,73	8,26	81,46	1,52	6,94	99,91
Destino dos Emigrantes						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
1986-1991	2,60	3,32	85,24	1,06	7,78	100,00
1995-2000	2,23	4,18	83,06	2,04	8,49	100,00
2005-2010	2,14	4,17	81,96	2,84	8,89	100,00

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

* Os valores não totalizam 100% pelo fato de haver uma pequena proporção de imigrantes sem origem especificada.

Analisando mais detalhadamente os imigrantes e emigrantes das cidades médias com origem e destino no Sudeste (tabela 4), observa-se novamente uma grande estabilidade e um alto grau de correspondência nas trocas migratórias. Depois de Minas Gerais, como o principal estado de origem e destino dos migrantes, aparece São Paulo, com uma média de 13,12% do total de imigrantes e 14,94% dos emigrantes. Do Rio de Janeiro vieram 5,45% dos imigrantes, valor bem mais expressivo que o Espírito Santo, de onde vieram apenas 1,98% dos imigrantes. Em compensação, o número de emigrantes que se dirigiu para este estado (5,49%) foi maior do que para o Rio de Janeiro (5,00%), embora os valores tenham sido bem próximos.

Tabela 4 – Distribuição por Unidade da Federação dos migrantes das cidades médias de Minas Gerais que tiveram o Sudeste como origem ou destino (1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010)

	Origem dos Imigrantes				
	MG	ES	RJ	SP	Total
1986-1991	63,18	2,24	5,90	13,05	84,37
1995-2000	61,88	2,18	5,17	14,07	83,29
2005-2010	62,40	1,53	5,29	12,24	81,46

	Destino dos Emigrantes				
	MG	ES	RJ	SP	Total
1986-1991	56,88	7,12	4,43	16,82	85,24
1995-2000	58,78	4,84	5,23	14,20	83,06
2005-2010	58,30	4,51	5,34	13,81	81,96

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Considerando os municípios separadamente, fica evidente que a proximidade espacial é um importante condicionante da origem e destino dos fluxos. Novamente, a conformação de contra correntes migratórias fica bastante clara, uma vez que os municípios que apresentam uma grande proporção de imigrantes provenientes de uma determinada UF tendem a apresentar também uma alta proporção de emigrantes com destino a essa UF, como será explicitado a seguir. Em função da já mencionada estabilidade dos fluxos no espaço e no tempo, utilizou-se a média aritmética da proporção dos imigrantes e dos emigrantes nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010 como medida síntese para indicar as principais UFs de origem e destino dos migrantes, fazendo as devidas

ressalvas onde mudanças relevantes nos padrões migratórios ao longo do tempo foram identificadas.

As cidades médias com os maiores fluxos migratórios intraestaduais, ou seja, que apresentaram as maiores trocas migratórias com municípios do próprio estado de Minas Gerais foram, na ordem, Divinópolis, Montes Claros e a ACP de Ipatinga. Considerando a média dos três quinquênios, 80,26% dos imigrantes de Divinópolis vieram do próprio estado, a maior proporção entre as cidades médias. Houve um crescimento significativo do quinquênio 1986-1991 para o quinquênio 1995-2000, quando a proporção de imigrantes de Divinópolis provenientes de outros municípios de Minas Gerais passou de 75,42% para 82,73%, mantendo-se nesse patamar no quinquênio 2005-2010 (cujo valor foi de 82,63%). Em relação aos emigrantes de Divinópolis, considerando a média dos três quinquênios, 78,62% deles se deslocaram para municípios de Minas Gerais. Essa proporção aumentou ao longo dos quinquênios considerados, mas foi mais estável que no caso dos imigrantes. Fora Minas Gerais, apenas São Paulo apresentou alguma relevância como origem e destino dos migrantes de Divinópolis, com uma média de 7,43% dos imigrantes e 6,74% dos emigrantes, sendo que, do primeiro quinquênio (1986-1991) ao último (2005-2010), São Paulo apresentou uma redução em sua participação relativa, tanto no caso dos imigrantes como dos emigrantes. Todos os outros estados tiveram uma participação proporcional no número de imigrantes e emigrantes inferior a 3%.

Montes Claros foi o segundo município com a maior proporção de fluxos migratórios intraestaduais. Apresentou uma média de 79,17% de imigrantes provenientes de outros municípios mineiros, com pouca variação ao longo dos três quinquênios. Além de Minas Gerais, apenas São Paulo mostrou-se relevante como local de origem, com uma média de 11,05% dos imigrantes nos quinquênios. A participação deste estado como local de destino foi maior, com cerca de um 1/5 dos emigrantes de Montes Claros (passou de 24,39% no quinquênio 1986-1991 a um patamar pouco acima de 18% nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010). Em relação à emigração, em torno de 65,05% de emigrantes tiveram como destino outros municípios do estado, com um aumento do quinquênio 1986-1991 (61,92%) para o quinquênio 1995-2000 (66,70%),

mantendo-se nesse patamar no quinquênio 2005-2010. Todos os outros estados tiveram uma participação nos fluxos migratórios inferior a 2,5%.

A ACP de Ipatinga foi a terceira cidade média com a maior proporção de fluxos migratórios com origem e destino em Minas Gerais. Considerando a média dos três quinquênios, 78,12% dos imigrantes vieram de municípios do próprio estado e 71,56% dos seus emigrantes se deslocaram para outros municípios mineiros. Depois de Governador Valadares, essa foi a cidade média com a maior proporção de emigrantes que tiveram como destino o Espírito Santo (11,23%), superior, inclusive, à proporção de emigrantes que se dirigiram ao estado de São Paulo (7,30%) e Rio de Janeiro (3,15%). A proporção de imigrantes provenientes desses estados foi menor, embora tenham sido relevantes: cerca de 6% dos imigrantes da ACP de Ipatinga tiveram origem no Espírito Santo, 6,44% tiveram origem em São Paulo e apenas 2,60% tiveram origem no Rio de Janeiro. Os demais imigrantes e emigrantes estão distribuídos de forma difusa entre os demais estados, sempre com uma proporção inferior a 2%.

Depois de Minas Gerais, o estado de São Paulo foi o local de origem e destino com a maior proporção de imigrantes e emigrantes das cidades médias mineiras. Os municípios que apresentaram a maior proporção de migrantes relacionados a esta UF foram, na ordem, Pouso Alegre, Uberlândia e Varginha, não por acaso situados próximos a este estado. Considerando a média dos três quinquênios, Pouso Alegre apresentou uma proporção de 33,91% de imigrantes com origem em São Paulo, bem superior à das outras cidades médias e inferior apenas à proporção de imigrantes intraestaduais (54,08%). Observa-se uma forte correspondência desses valores com os relativos à emigração: 54,19% dos emigrantes de Pouso Alegre tiveram o próprio estado de Minas Gerais como destino e 31,80%, São Paulo. Vale ressaltar que houve uma forte queda desta proporção do quinquênio 1986-1991 para o quinquênio 1995-2000, passando de 37,13% para 28,61%, respectivamente (com um leve aumento no quinquênio 2005-2010).

Em Varginha, a proporção de trocas migratórias com São Paulo também foi bastante alta e apresentou uma forte oscilação ao longo dos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. No quinquênio 1986-1991, Minas Gerais e São

Paulo foram o local de origem de 90% dos imigrantes de Varginha, sendo que o primeiro estado apresentou uma proporção de 71,09% e o segundo, de 19,06%. No quinquênio 1995-2000, observou-se uma diminuição na participação de Minas Gerais (com 62,13% dos imigrantes) e um aumento na de São Paulo (com 27,91% dos imigrantes). No quinquênio 2005-2010 ocorreu o contrário: municípios de Minas Gerais foram declarados como local de origem de 76,51% dos imigrantes de Varginha e São Paulo, de apenas 16,09%. No caso da emigração, houve um forte aumento da participação de São Paulo ao longo dos três quinquênios e uma diminuição da participação de Minas Gerais como local de destino. No quinquênio 1986-1991, Minas Gerais foi o destino de 67,97% dos emigrantes e São Paulo de 17,83%. No quinquênio 1995-2000, Minas Gerais foi o destino de 62,58% dos emigrantes e São Paulo de 23,84%. No quinquênio 2005-2010, Minas Gerais foi o destino de 55,04% dos emigrantes e São Paulo de 34,42%. Com exceção desses dois estados, apenas o Rio de Janeiro apresentou valores significativos, com 3,63% dos imigrantes no quinquênio 1986-1991 e 6,40% dos emigrantes de Varginha no mesmo período. Todos os outros estados apresentaram uma participação proporcional como origem ou destino dos migrantes inferior a 3%, considerando a média dos três quinquênios.

Uberlândia, a cidade média com a maior população, o maior saldo migratório e a maior taxa líquida de migração apresentou uma maior diversificação nos locais de origem e destino. As trocas migratórias com municípios do próprio estado só foram maiores do que em Uberaba, município vizinho, também localizado no Triângulo Mineiro. Considerando-se a média dos três quinquênios, 50,12% dos imigrantes de Uberlândia vieram de outros municípios mineiros, enquanto 42,73% dos emigrantes tiveram como destino o próprio estado. O segundo estado com a maior participação nas trocas migratórias com este município foi Goiás, com 16,65% dos imigrantes e 20,61% dos emigrantes. A participação de Goiás como local de origem sofreu uma redução ao longo do tempo, passando de 19,01% no quinquênio 1986-1991 para 13,38% no quinquênio 2005-2010. Como local de destino dos emigrantes, também sofreu uma pequena redução, passando de 22,75% no quinquênio 1986-1991 para 19,42% no quinquênio 2005-2010 (praticamente o mesmo valor do quinquênio 1995-2000). As trocas migratórias de Uberlândia e Uberaba com os outros estados do Centro Oeste e o Distrito Federal

também foram relativamente significativas, superiores à das outras cidades médias (embora com valores abaixo de 5%). Os municípios do estado de São Paulo também foram locais de origem e destino significativos para os migrantes de Uberlândia, com valores bastante estáveis. Uma proporção de 12,54% dos seus imigrantes teve São Paulo como origem e 13,27% dos emigrantes tiveram este estado como local de destino.

Uberaba, que também apresentou um dos maiores saldos migratórios e taxas líquidas de migração nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010, foi a cidade média com a menor proporção de trocas migratórias intraestaduais: 47,42% dos seus imigrantes tiveram como origem municípios do próprio estado e 48,70% dos emigrantes deslocaram-se para outros municípios de Minas Gerais. São Paulo teve uma participação importante como local de origem e destino deste município, embora os valores das proporções de imigrantes e emigrantes tenham diminuído do primeiro ao último quinquênio. No quinquênio 1986-1991, 30,56% dos imigrantes tiveram origem em São Paulo e, no quinquênio 2005-2010, a participação deste estado já havia sido reduzida a 23,89%. No caso da emigração, no quinquênio 1986-1991, São Paulo foi o destino de 29,52% dos emigrantes e, no quinquênio 2005-2010, essa participação foi reduzida a 22,94%. As trocas migratórias deste município com Goiás, apesar de relevantes, apresentaram proporções bastante inferiores a Uberlândia. Considerando a média dos três quinquênios, 6,60% dos imigrantes de Uberaba tiveram origem em Goiás e 8,55% dos emigrantes tiveram este estado como destino. O Distrito Federal segue como o destino preferencial dos emigrantes de Uberaba, com uma proporção de 4,67% (e uma proporção de apenas 2,20% dos imigrantes). Todos os outros estados apresentaram uma proporção inferior a 2%.

Analisando-se os dados, pode-se perceber que a participação do estado de Goiás nas trocas migratórias com Uberlândia e Uberaba é responsável em grande parte pelo peso da região Centro Oeste como local de origem e destino dos migrantes das cidades médias, como foi mostrado na tabela 3. Da mesma forma, as trocas migratórias de Juiz de Fora com os municípios do Rio de Janeiro também aumentaram o peso deste estado como local de origem e destino dos migrantes das cidades médias mineiras. Juiz de Fora apresentou o segundo maior saldo

migratório das cidades médias abordadas neste estudo, com um grande volume de trocas migratórias com outros municípios de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Considerando a média dos três quinquênios, 55,39% dos imigrantes desta cidade média tiveram origem em Minas Gerais, 26% o Rio de Janeiro e 7,58%, São Paulo, com oscilações pequenas ao longo do tempo. No caso das emigrações, observou-se uma variação bem maior entre os quinquênios. Houve uma redução da proporção de emigrantes com destino a municípios mineiros (57,71% no quinquênio 1986-1991 a 48,69% no quinquênio 2005-2010) e um aumento da participação do Rio de Janeiro do quinquênio 1986-1991 ao quinquênio 1995-2000 (quando a proporção de imigrantes passou de 16,29% para 22,64%, mantendo-se nesse patamar no último quinquênio). Entre esses quinquênios, a participação de São Paulo foi reduzida de 11,90% a 8,16%, com um novo aumento no quinquênio 2005-2010, quando a proporção de emigrantes de Juiz de Fora com destino a São Paulo voltou a aumentar para 11,05%. Com exceção do Espírito Santo, que foi o local de destino de 3,55% dos emigrantes (começando com 4,12% no quinquênio 1986-1991 e diminuindo até o patamar de 2,61% no quinquênio 2005-2010), os outros estados tiveram uma participação muito reduzida (abaixo de 2,5%) como locais de origem e destino dos migrantes de Juiz de Fora.

Governador Valadares e Teófilo Otoni, os dois municípios que mais expulsaram população entre as cidades médias (em termos absolutos e relativos), também foram os que apresentaram a maior difusão nos locais de destino, com proporções consideráveis de emigrantes em todos os estados do Sudeste e na Bahia. Como em todas as outras cidades médias, o principal destino dos emigrantes de Governador Valadares foram municípios do próprio estado, que apresentou uma importância crescente neste sentido. Enquanto no quinquênio 1986-1991, 54,43% dos emigrantes desta cidade média tiveram Minas Gerais como destino, no último quinquênio esta proporção aumentou para 61,96%. O segundo principal destino dos emigrantes de Governador Valadares foi o estado do Espírito Santo, com uma média de 16,16%, considerando os três quinquênios (com pequenas oscilações entre os mesmos). O terceiro destino preferencial foi o estado de São Paulo, que teve sua participação reduzida: apresentou uma proporção de 11,59% no quinquênio 1986-1991, 10,77% no quinquênio 1995-

2000 e 6,53% no quinquênio 2005-2010. Considerando a média dos três quinquênios, o Rio de Janeiro apresentou uma proporção de 4,33% dos emigrantes de Governador Valadares e a Bahia uma proporção de 3,37%. Em relação à imigração, a participação dos municípios do estado de Minas Gerais foi muito maior, com uma proporção superior a 70% dos imigrantes de Governador Valadares. Em seguida, vem o Espírito Santo, com 7,69%, São Paulo, com 6,57%, a Bahia, com 3,96% e o Rio de Janeiro, com 3,70% considerando a média dos três quinquênios. Todos os outros estados tiveram uma participação inferior a 2%.

Teófilo Otoni, como Governador Valadares, apresentou saldos migratórios negativos e taxas líquidas de migração negativas, além de uma grande variedade de locais de destino de emigrantes com proporções significativas. A participação de Minas Gerais como local de destino sofreu fortes oscilações entre os quinquênios. No primeiro, a proporção de emigrantes que tinham como destino outros municípios do estado era de 53,90%. No quinquênio 1995-2000, esse valor aumentou para 61,59% e, em seguida, no quinquênio 2005-2010, esta proporção foi de 59,55%. O estado de São Paulo, embora tenha apresentado valores decrescentes, teve uma grande participação na proporção de emigrantes com origem em Teófilo Otoni, com 25,67% no quinquênio 1986-1991, 21,55% no quinquênio 1995-2000 e 17,50% no quinquênio 2005-2010. Em seguida, vem o Espírito Santo, com 6,28%, o Rio de Janeiro, com 5,06% e a Bahia, com 4,66%, considerando a média dos três quinquênios. Todos os outros estados apresentaram uma participação inferior a 1% como local de destino dos emigrantes de Teófilo Otoni. A maior parte dos imigrantes de Teófilo Otoni também teve origem no próprio estado. Considerando a média dos três quinquênios, apresentou uma proporção de 71,65% dos imigrantes, seguido por São Paulo, com 12,57%, Bahia, com 4,72%, Rio de Janeiro, com 3,56% e Espírito Santo, com 2,79%.

5.3 A composição por sexo dos migrantes e o impacto das migrações na razão de sexo das cidades médias de Minas Gerais

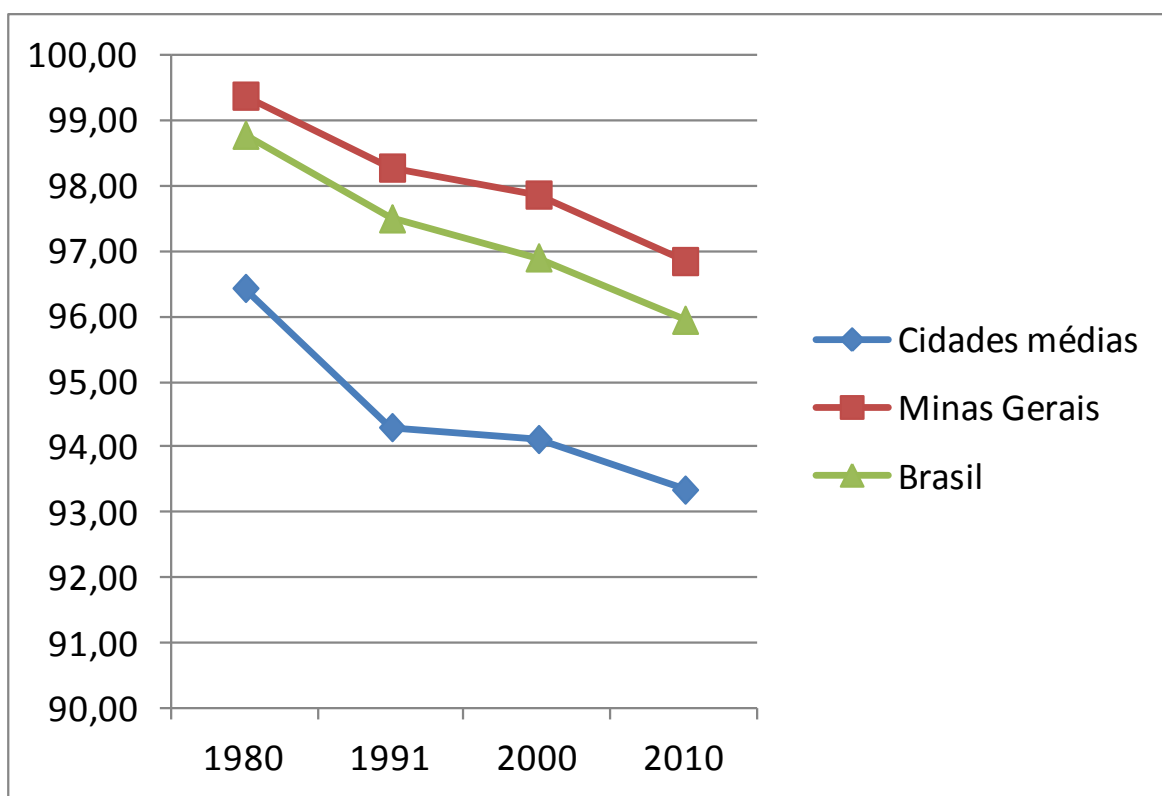
Uma forte tendência apontada pelos dados mostrados na tabela 5 é a queda na razão de sexo, ou seja, o aumento proporcional do número de mulheres no país, no estado e nas cidades médias em estudo. O gráfico da figura 13 mostra que, apesar de esta ser uma tendência geral, os valores da razão de sexo das cidades médias nos quatro anos censitários encontram-se em patamares significativamente inferiores aos do estado e do país. Uma possível causa deste fato são as migrações, pois, se em um local há correntes emigratórias predominantemente masculinas e/ou correntes imigratórias predominantemente femininas, a razão de sexo tende a diminuir.

Tabela 5 – Razão de sexo das cidades médias de Minas Gerais, do estado de Minas Gerais e do Brasil nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010

	RAZÃO DE SEXO			
	1980	1991	2000	2010
Divinópolis	96,82	96,40	95,74	95,09
Governador Valadares	94,07	91,70	91,78	90,46
Juiz de Fora	93,21	91,46	90,82	89,64
Montes Claros	94,43	94,14	93,67	92,85
Pouso Alegre	98,81	97,36	97,51	97,61
Teófilo Otoni	92,75	92,55	92,46	91,73
Uberaba	96,34	93,72	94,11	95,34
Uberlândia	98,40	96,67	96,16	95,41
Varginha	99,28	97,11	97,34	94,98
ACP Ipatinga	102,08	95,80	95,38	93,82
Cidades médias	96,44	94,31	94,12	93,35
Minas Gerais	99,38	98,28	97,87	96,85
Brasil	98,79	97,50	96,91	95,95

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

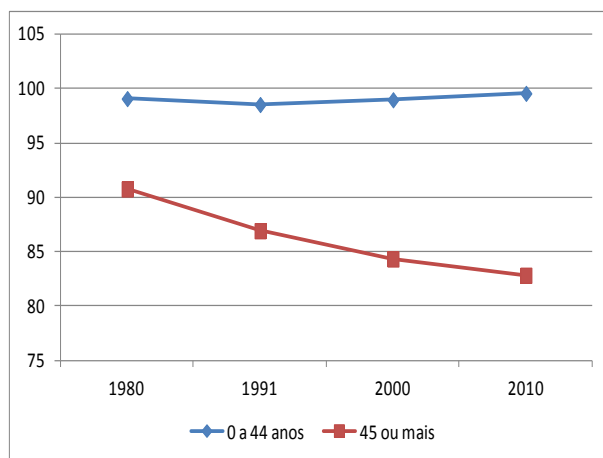
Figura 13 – Razão de sexo do Brasil, Minas Gerais e das cidades médias mineiras de 1980 a 2010



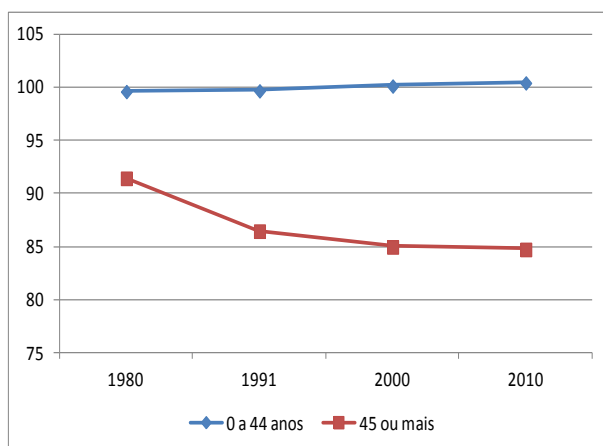
Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Essa redução generalizada da razão de sexo provavelmente se deu por um aumento diferencial na expectativa de vida das mulheres no Brasil, em Minas Gerais e nas cidades médias. A análise da razão de sexo por faixas etárias sugere que o aumento da diferença entre o número de homens e mulheres ocorreu principalmente nas idades mais avançadas. O gráfico da figura 14 mostra a razão de sexo do Brasil, Minas Gerais e das cidades médias mineiras desagregadas em dois grandes grupos etários, de 0 a 44 anos e acima de 45 anos. Enquanto a razão de sexo apresentou uma tendência de aumento no grupo de 0 a 44 anos, no grupo etário referente às pessoas acima de 45 anos a tendência foi o oposto, sobretudo nas cidades médias de Minas Gerais, que apresentou valores inferiores em ambos os grupos etários.

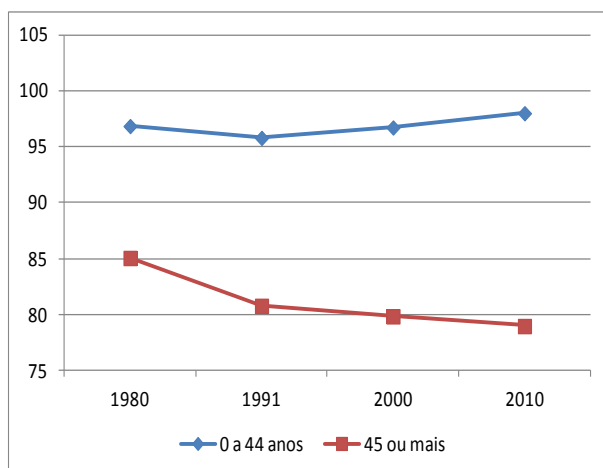
Figura 14 – Razão de sexo do Brasil, Minas Gerais e das cidades médias mineiras, desagregada nos grupos etários de 0 a 44 anos e acima de 45 anos.



RS Brasil



RS Minas Gerais



RS Cidades Médias (conjunto)

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Em relação à composição por sexo dos migrantes, a tabela 6 e as figuras 15 e 16 mostram uma predominância de mulheres, tanto entre os imigrantes quanto entre os emigrantes. As oscilações nos valores não apontam tendências tão claras como no caso da razão de sexo da população. No caso dos imigrantes, observa-

se uma tendência à diminuição da razão de sexo ao longo do tempo, mas com uma grande variabilidade de valores e algumas exceções marcantes. Uberaba e Juiz de Fora, por exemplo, que possuem grande população e volumosos fluxos de imigrantes, apresentaram tendências opostas: enquanto o primeiro apresentou uma forte queda ao longo dos três quinquênios analisados (partindo da razão de sexo mais alta entre os migrantes em todos os quinquênios analisados), Juiz de Fora apresentou uma pequena elevação em seus valores (partindo da razão de sexo mais baixa do quinquênio 1986-1991). A outra exceção foi Varginha, o município que apresentou a maior oscilação de valores, incluindo um aumento da razão de sexo do primeiro ao segundo quinquênio. Teófilo Otoni se destaca no conjunto pelo brusco aumento na proporção de mulheres entre os imigrantes do quinquênio 1986-1991 para o quinquênio 1995-2000. No último quinquênio (2005-2010) chegou a um patamar muito abaixo das outras cidades médias, com uma razão de sexo de apenas 79,89. Considerando as cidades médias em conjunto, observa-se uma forte queda na razão de sexo do quinquênio 1986-1991 para o quinquênio 2005-2010.

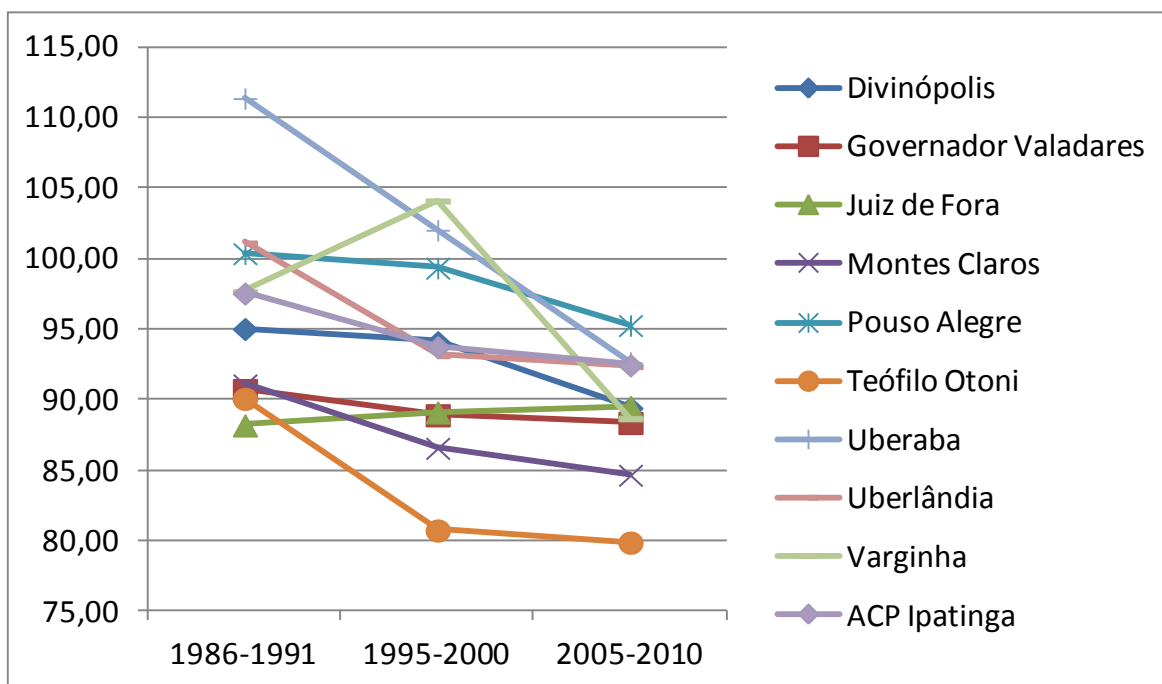
No caso das emigrações, as variações parecem ocorrer de maneira aleatória ao longo do tempo (figura 16). Enquanto a ACP de Ipatinga, Divinópolis e Uberaba apresentaram pequenas oscilações nos valores, Montes Claros, Varginha, Uberlândia e Pouso Alegre apresentaram fortes variações nos três quinquênios analisados. Pode-se pressupor que essas oscilações estejam vinculadas ao perfil dos migrantes de cada localidade, mais do que a mudanças de padrões demográficos e migratórios gerais no Brasil e em Minas Gerais. Considerando as cidades médias em conjunto, a razão de sexo dos emigrantes permaneceu praticamente inalterada do primeiro ao último quinquênio analisado.

Tabela 6 – Razão de sexo dos migrantes das cidades médias de Minas Gerais nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.

	IMIGRANTES			EMIGRANTES		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Divinópolis	95,04	94,11	89,44	96,89	98,90	97,20
Governador Valadares	90,72	88,93	88,38	88,85	91,94	95,76
Juiz de Fora	88,21	89,13	89,53	93,30	94,81	91,69
Montes Claros	91,08	86,59	84,68	98,57	86,36	92,07
Pouso Alegre	100,39	99,37	95,30	103,63	106,56	98,18
Teófilo Otoni	90,10	80,75	79,89	95,29	89,09	89,37
Uberaba	111,39	102,05	92,67	100,18	98,23	98,91
Uberlândia	101,14	93,16	92,39	98,69	106,64	103,75
Varginha	97,69	104,13	88,69	94,77	105,96	104,30
ACP Ipatinga	97,56	93,76	92,47	98,10	95,52	96,33
Cidades médias	96,33	93,20	89,34	96,83	97,40	96,76

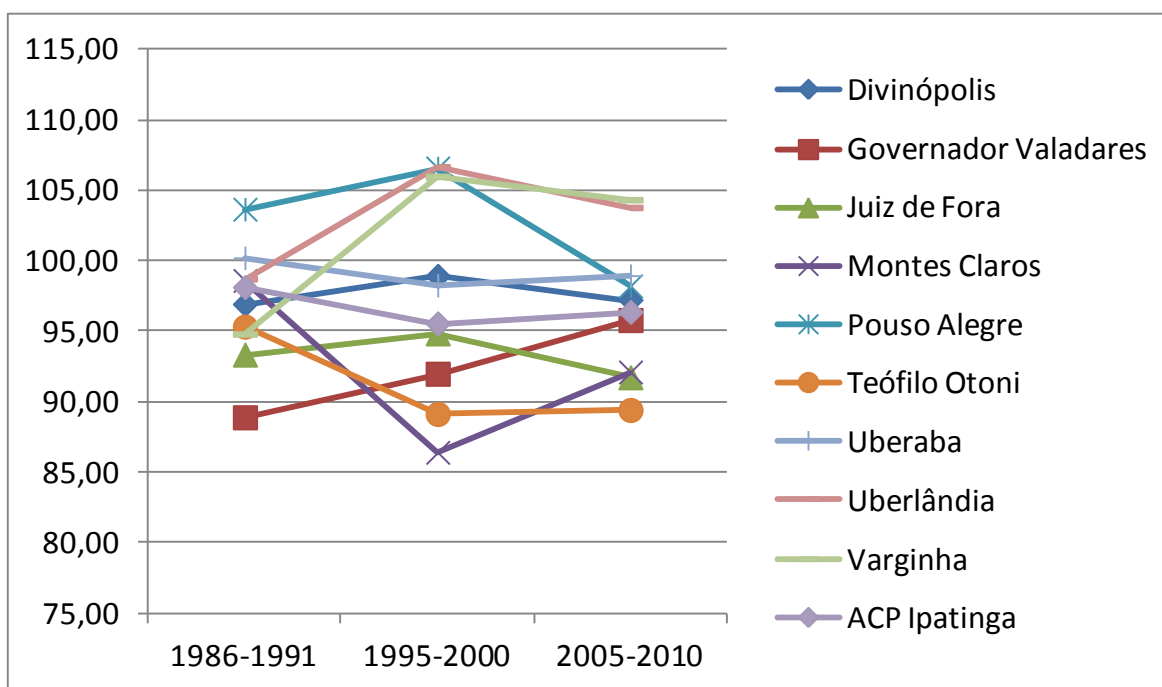
Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 15 – Razão de sexo dos imigrantes das cidades médias de Minas Gerais nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

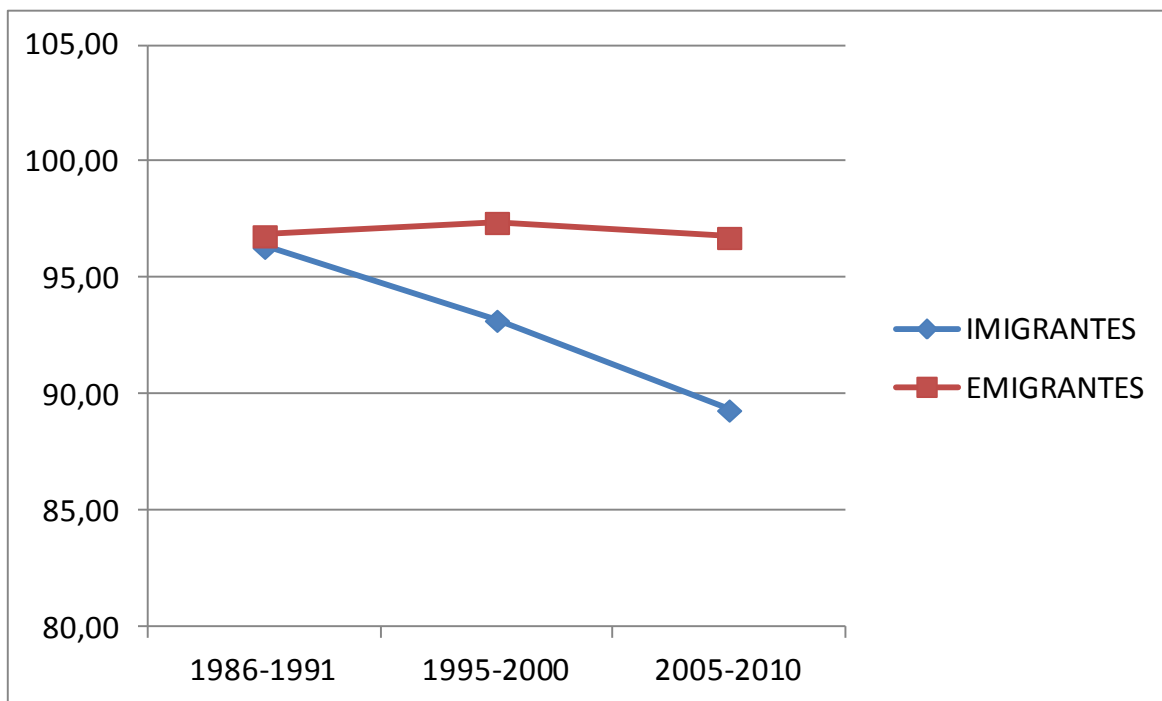
Figura 16 – Razão de sexo dos emigrantes das cidades médias de Minas Gerais nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Comparando-se a razão de sexo dos imigrantes e emigrantes em cada município, observa-se que os emigrantes dessas localidades tendem a possuir uma razão de sexo superior à dos imigrantes (com algumas exceções, concentradas principalmente no primeiro quinquênio). Observando-se as cidades médias em conjunto, é possível perceber inclusive uma tendência ao aumento desse diferencial ao longo do tempo, como mostra a figura 17.

Figura 17 – Razão de sexo dos imigrantes e emigrantes do conjunto das cidades médias nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A tabela 7, que mostra a diferença percentual na razão de sexo provocada pelas migrações nos quinquênios que antecedem os censos deixa claro que os impactos foram pequenos e agiram principalmente no sentido de reduzir a razão de sexo, ou seja, de aumentar a proporção de mulheres na população. Isso condiz com os dados da tabela anterior, já que a proporção de mulheres entre os imigrantes é superior à de homens e a maioria das cidades médias apresentou saldos migratórios positivos.

Os únicos casos em que as migrações foram responsáveis por um aumento na razão de sexo foram Uberaba e Varginha, nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010 e Uberlândia e Governador Valadares, no último quinquênio. O maior impacto foi em Varginha, quando as migrações ocorridas entre 1986 e 1991 provocaram uma redução de 1,57% na razão de sexo deste município. Considerando o conjunto das cidades médias, as migrações no quinquênio 1986-1991 foram responsáveis por uma redução de 0,66% na razão de sexo; no quinquênio 1995-2000, por uma diminuição de 0,30% e no quinquênio 2005-2010, por um aumento quase insignificante, de apenas 0,08%.

Segundo Wong (2004), a razão de sexo para o total da população costuma ser bastante regular e previsível, mesmo na presença de fatores exógenos, enquanto a razão de sexo por idade tem uma oscilação relativamente maior. A autora ressalta que o nível de agregação espacial também é relevante nesse sentido, já que a razão de sexo pode ter um comportamento menos previsível em populações menores (WONG, 2004). Uma análise dos valores da razão de sexo por faixas etárias certamente mostraria um impacto muito maior em determinados grupos, principalmente os mais jovens, onde tendem a se concentrar os migrantes, como será demonstrado no tópico seguinte.

Tabela 7 – Diferença percentual na razão de sexo das cidades médias provocada pelas migrações nos quinquênios que antecedem os censos de 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Divinópolis	-0,67	-0,33	-0,09
Governador Valadares	-0,98	-0,26	0,16
Juiz de Fora	-0,19	-0,39	-0,29
Montes Claros	-1,07	-0,13	-0,51
Pouso Alegre	-0,45	-0,41	-0,03
Teófilo Otoni	-0,55	-0,25	-0,42
Uberaba	-0,51	0,49	1,04
Uberlândia	-1,21	-1,18	0,37
Varginha	-1,57	0,08	0,20
ACP Ipatinga	-0,42	-0,16	-0,08
Cidades médias	-0,66	-0,30	0,08

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

5.4 O perfil etário dos migrantes e o impacto das migrações na estrutura etária das populações

A tabela 8 mostra a idade mediana das cidades médias mineiras, do estado de Minas Gerais e do Brasil nos anos censitários de 1980, 1991, 2000 e 2010. Através da comparação desses valores com as informações relativas aos migrantes das cidades médias mineiras dos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010 foi feita uma avaliação do impacto das migrações nessas

localidades²⁹. Complementarmente, a tabela seguinte (tabela 9), mostra os valores da razão de dependência total (RDt), jovem (RDj) e de idosos (RDi) das mesmas.

Tabela 8 – Idade mediana da população das cidades médias de Minas Gerais, do estado de Minas Gerais e do Brasil nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010

	1980	1991	2000	2010
Divinópolis	20,78	24,73	27,83	32,25
Governador Valadares	19,20	22,43	25,55	30,16
Juiz de Fora	23,65	27,13	29,70	33,34
Montes Claros	18,50	20,87	23,86	28,52
Pouso Alegre	21,75	25,10	27,76	31,40
Teófilo Otoni	18,46	21,55	25,39	30,18
Uberaba	22,52	26,17	28,88	32,36
Uberlândia	21,46	24,50	27,01	30,98
Varginha	21,58	24,55	27,17	31,52
ACP Ipatinga	19,64	22,63	25,66	30,50
Cidades médias	20,75	23,97	26,88	31,12
Minas Gerais	19,98	23,21	26,10	30,78
Brasil	20,19	22,73	25,19	29,45

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Tabela 9 – Razão de dependência total, jovem e de idosos das cidades médias de Minas Gerais, do estado de Minas Gerais e do Brasil nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010

	RD JOVEM				RD DE IDOSOS				RD TOTAL			
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
Divinópolis	57,86	48,45	37,76	27,79	5,44	6,69	8,04	10,39	63,30	55,15	45,80	38,17
Governador Valadares	68,36	55,90	42,87	34,04	5,86	6,89	8,89	12,00	74,21	62,79	51,76	46,04
Juiz de Fora	45,89	42,81	35,68	26,69	7,61	9,19	10,85	12,82	53,50	52,00	46,53	39,52
Montes Claros	72,62	61,96	45,58	33,13	4,72	5,69	6,38	8,71	77,34	67,65	51,96	41,84
Pouso Alegre	54,05	47,04	39,19	29,47	6,76	7,37	8,49	10,33	60,81	54,41	47,67	39,80
Teófilo Otoni	75,86	61,18	45,10	34,79	7,64	8,80	11,45	13,63	83,50	69,98	56,55	48,42
Uberaba	51,05	45,37	35,88	27,31	6,43	8,77	10,16	12,13	57,47	54,14	46,04	39,44
Uberlândia	54,21	47,97	37,97	28,78	4,86	6,03	7,25	9,61	59,07	54,00	45,22	38,39
Varginha	57,20	51,32	38,73	29,38	6,17	7,04	7,98	9,84	63,37	58,36	46,71	39,23
ACP Ipatinga	65,68	55,93	40,38	30,70	3,13	4,73	6,40	9,40	68,81	60,67	46,78	40,10
Cidades médias	59,00	51,11	39,40	29,73	5,72	7,03	8,40	10,73	64,72	58,14	47,81	40,45
Minas Gerais	65,74	55,43	43,39	32,29	6,94	8,13	9,47	11,73	72,67	63,57	52,85	44,02
Brasil	66,20	57,45	45,90	35,14	6,97	7,98	9,06	10,77	73,18	65,43	54,95	45,92

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

²⁹ Para mensurar com exatidão esses impactos, seria necessário obter o saldo migratório do decênio, informação de que não dispomos.

Os dados da tabela 8 mostram um envelhecimento generalizado e muito rápido da população do Brasil, de Minas Gerais e das cidades médias. A idade mediana do estado de Minas Gerais, que na década de 80 era inferior à brasileira e à do conjunto das cidades médias, em um intervalo de apenas 30 anos, apresentou um surpreendente aumento de 54,07%, ultrapassando a do Brasil em 2000. As cidades médias mineiras apresentaram um aumento de 49,96%, um ganho inferior ao do estado e superior ao do Brasil, em termos absolutos e relativos.

Após o início da redução da fecundidade no país, no fim da década de 60, a estrutura etária da população brasileira vem sofrendo profundas alterações, de forma condizente com os postulados da teoria da transição demográfica. Porém, além da diminuição dos níveis da fecundidade e do aumento da expectativa de vida da população, as expressivas perdas migratórias sofridas pelo estado de Minas Gerais desde meados do século passado também podem ter contribuído para o acelerado envelhecimento de sua população³⁰. Como será visto adiante, os migrantes tendem a se concentrar em faixas etárias jovens.

A análise da razão de dependência total, jovem e de idosos também mostra esse rápido envelhecimento populacional. Observa-se uma acentuada queda na RDj, decorrente da diminuição do número de pessoas de até 15 anos em todas as populações, como mostrado na tabela 9. A RDj do conjunto das cidades médias, que reduziu-se à metade no período considerado, apresentou valores inferiores aos de Minas Gerais e do Brasil nos quatro anos censitários. Por outro lado, a RDi, que possui valores bem inferiores a RDj, subiu de forma acentuada no mesmo período, refletindo o aumento da expectativa de vida e o aumento da proporção de idosos na população brasileira.

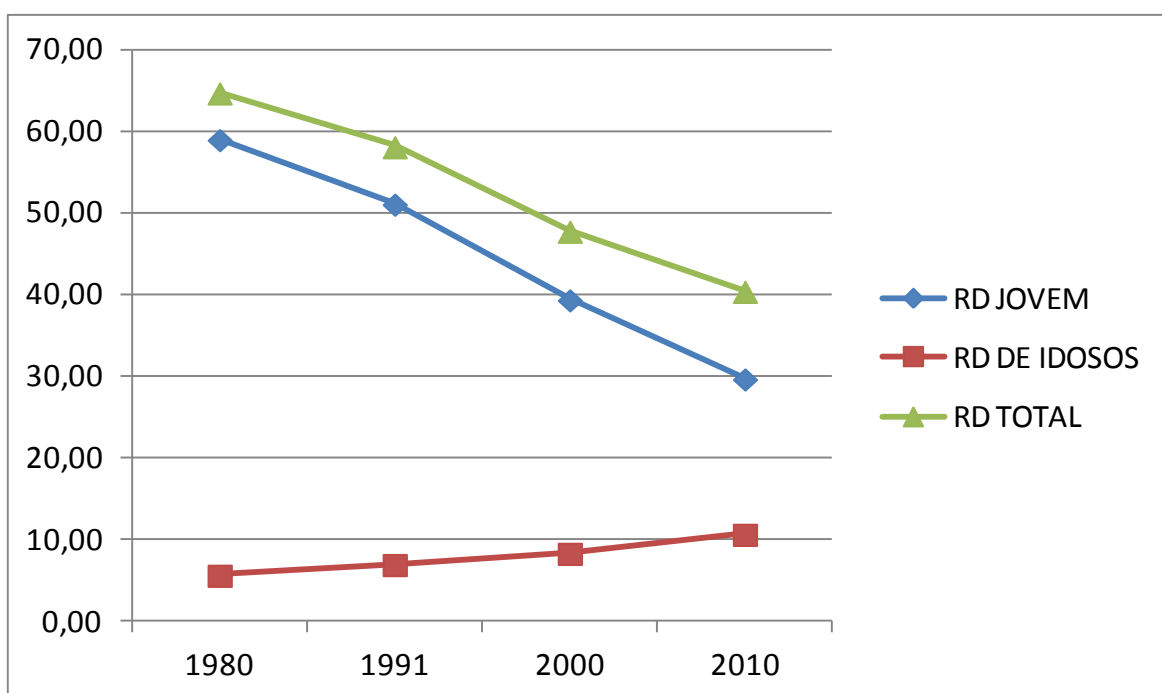
As tendências de redução da RDt, da RDj e o aumento da RDi nas cidades médias mineiras, apontadas na figura 18, embora em diferentes proporções, são compartilhadas pelo estado de Minas Gerais e pelo país. Essa situação é característica da fase da transição demográfica denominada “bônus” ou

³⁰ Como foi dito no primeiro capítulo dessa dissertação, Minas Gerais apresentou um baixo poder de retenção populacional desde meados do século XX. Segundo Martine e Camargo (1984), o estado era uma “área tradicional de emigração”.

“dividendo” demográfico. A redução da razão de dependência, considerada uma *proxy* do grau de dependência econômica de uma população (WONG, 2004), pode ser altamente benéfica para a economia.

Os valores da razão de dependência total das cidades médias no último censo demográfico foram muito próximos, com exceção de Teófilo Otoni e Governador Valadares, que apresentaram valores relativamente altos (acima da média estadual). Como estes municípios apresentaram fortes perdas populacionais nos quinquênios anteriores aos censos, os dados sugerem que estas foram as cidades mais impactadas negativamente pelas migrações, tendo em vista o alto grau de dependência econômica de suas populações.

Figura 18 – Razão de dependência total, jovem e de idosos das cidades médias de Minas Gerais nos anos censitários de 1980, 1991, 2000 e 2010.

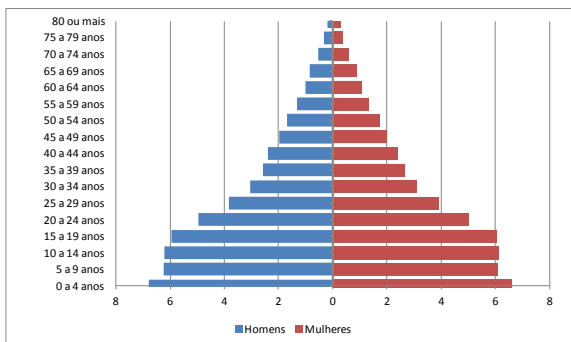


Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

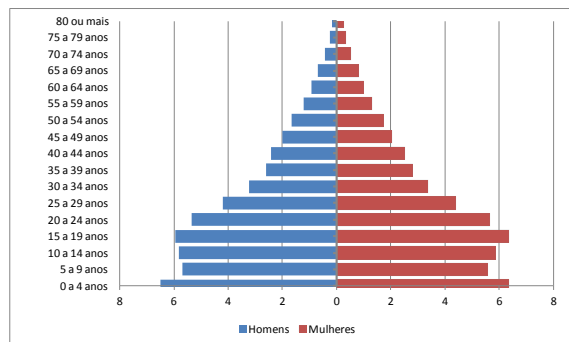
As pirâmides etárias da figura 19 mostram a evolução da estrutura etária de Minas Gerais e de suas cidades médias de forma mais detalhada.

Figura 19 – Pirâmides etárias de Minas Gerais e de suas cidades médias em 1980,1991, 2000 e 2010

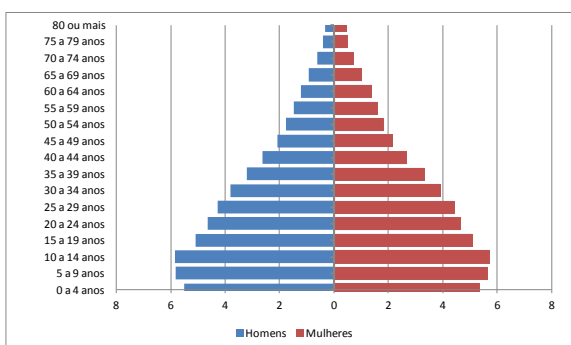
Minas Gerais em 1980



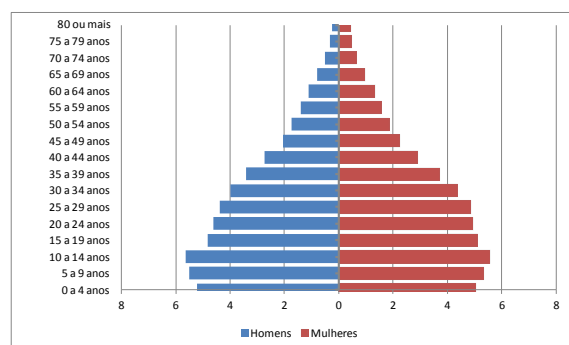
Cidades Médias em 1980



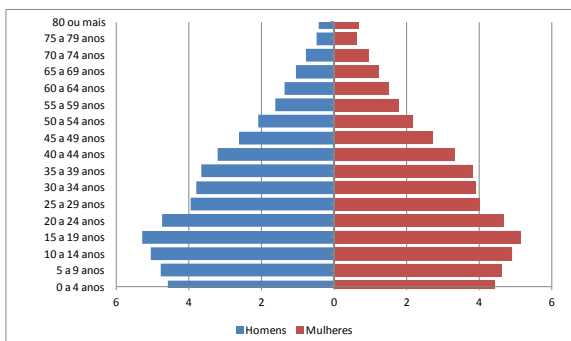
Minas Gerais em 1991



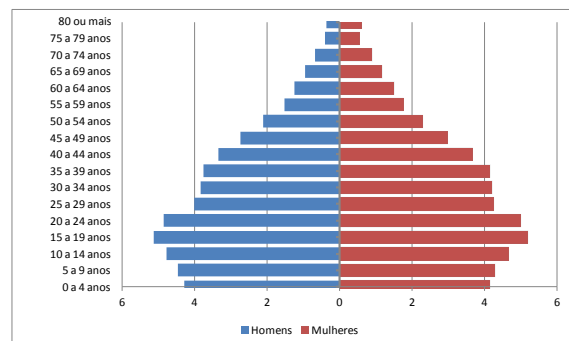
Cidades Médias em 1991



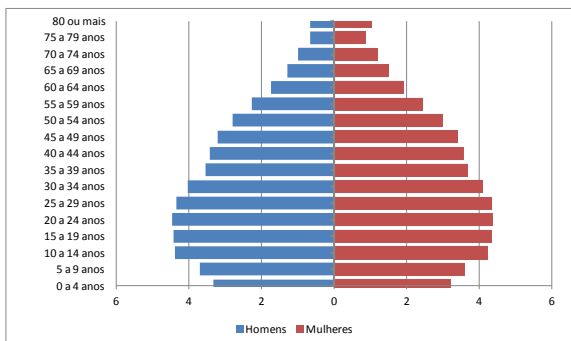
Minas Gerais em 2000



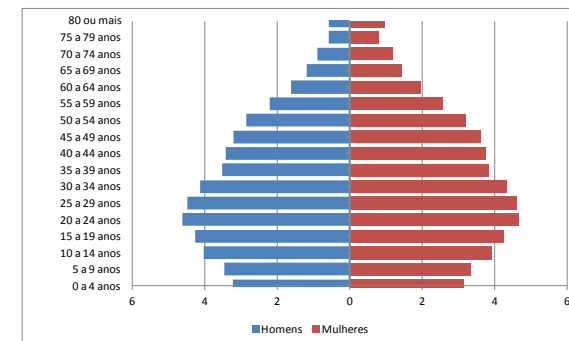
Cidades Médias em 2000



Minas Gerais em 2010



Cidades Médias em 2010



Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

A tabela 10 mostra a idade mediana dos imigrantes e emigrantes das cidades médias de Minas Gerais nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. Observa-se uma tendência sistemática de que os emigrantes sejam mais velhos que os imigrantes nas cidades médias mineiras, sendo as duas únicas exceções Divinópolis e Varginha no quinquênio 1995-2000. Embora haja uma clara tendência de aumento da idade mediana tanto dos imigrantes quanto dos emigrantes (com raras exceções), ela não se deu na mesma proporção que o envelhecimento das populações em estudo, ou seja, os migrantes tendem a se concentrar nas faixas etárias mais jovens.

Tabela 10 – Idade mediana dos imigrantes e emigrantes das cidades médias de Minas Gerais nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

	IMIGRANTES			EMIGRANTES		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Divinópolis	22,32	26,19	25,06	22,87	25,86	27,50
Governador Valadares	19,54	23,23	25,79	20,88	23,93	26,44
Juiz de Fora	22,92	25,34	27,18	24,74	26,83	28,72
Montes Claros	17,85	22,11	24,06	20,02	22,74	25,70
Pouso Alegre	22,57	25,62	26,25	24,09	26,71	28,13
Teófilo Otoni	19,41	22,49	24,64	19,61	22,78	25,08
Uberaba	21,89	25,50	25,37	23,39	26,59	28,51
Uberlândia	21,37	23,39	24,97	23,08	26,12	28,41
Varginha	21,28	25,59	27,52	24,86	24,67	27,44
ACP Ipatinga	21,40	24,05	25,94	21,61	24,38	27,54
Cidades médias	20,96	24,05	25,38	21,83	24,76	27,48

Obs.: O número de migrantes de 0-4 anos, incluídos no cálculo da idade mediana, foi estimado.

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A tabela 11 corrobora a afirmação anterior. Ela mostra a porcentagem dos imigrantes e emigrantes das cidades médias de até 29 anos completos de idade nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. Apesar dos altos percentuais, pode-se observar que, paralelamente ao envelhecimento da população, também ocorreu uma mudança no perfil etário dos migrantes. Com exceção dos imigrantes de Uberaba, Divinópolis e Pouso Alegre do segundo ao terceiro quinquênio, todos os outros municípios apresentaram uma diminuição da proporção de migrantes entre 0 e 29 anos.

Tabela 11 – Porcentagem dos migrantes de 0 a 29 anos de idade nas cidades médias de Minas Gerais nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

	IMIGRANTES			EMIGRANTES		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Divinópolis	69,09	59,03	62,25	71,86	60,35	58,63
Governador Valadares	74,29	64,18	60,55	72,38	65,69	58,52
Juiz de Fora	66,08	59,20	56,15	67,73	58,89	55,33
Montes Claros	76,09	67,05	66,90	78,14	71,23	65,54
Pouso Alegre	66,25	59,47	60,43	68,40	59,29	55,90
Teófilo Otoni	75,03	65,87	65,17	77,74	70,08	63,86
Uberaba	66,59	58,04	62,46	68,17	60,04	55,35
Uberlândia	70,63	64,99	62,78	69,66	59,37	54,66
Varginha	71,49	60,47	56,88	65,54	62,20	56,97
ACP Ipatinga	64,73	55,27	52,04	61,14	52,86	49,75
Cidades médias	71,23	62,77	61,76	71,77	63,33	58,09

Obs.: Os migrantes de 0-4 anos foram estimados.

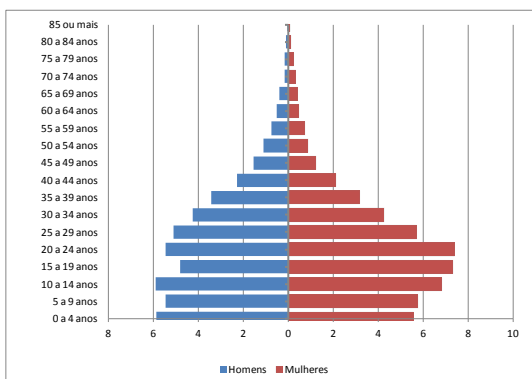
Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A figura 20 mostra a estrutura etária, nos anos censitários, dos imigrantes e emigrantes das cidades médias dos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. A assimetria dessas pirâmides e a concentração em determinadas faixas etárias mostra claramente que há uma seletividade por idade e sexo nas migrações. Comparando-se a figura 20 com a figura 19, fica evidente um grande contraste entre a população total e a migrante. Deve-se sempre levar em consideração que os dados de migração dos censos demográficos são amostrais e, portanto, sujeitos a distorções.

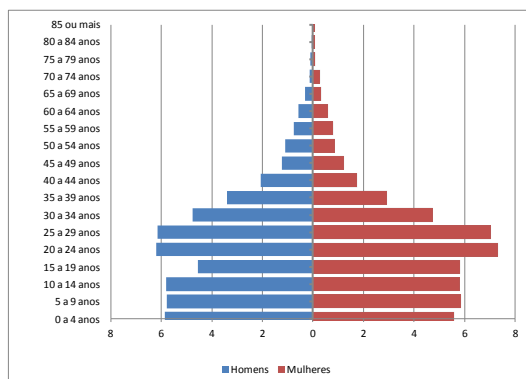
O impacto das migrações na composição etária populacional dependerá do volume, da proporção e do perfil etário dos imigrantes e emigrantes de cada município. Como as cidades médias abordadas neste estudo apresentam perfis bastante heterogêneos, foi feita uma análise mais detalhada dos efeitos das migrações na composição etária de cada uma delas.

Figura 20 – Pirâmides etárias em 1991, 2000 e 2010 dos imigrantes e emigrantes das cidades médias de Minas Gerais nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010

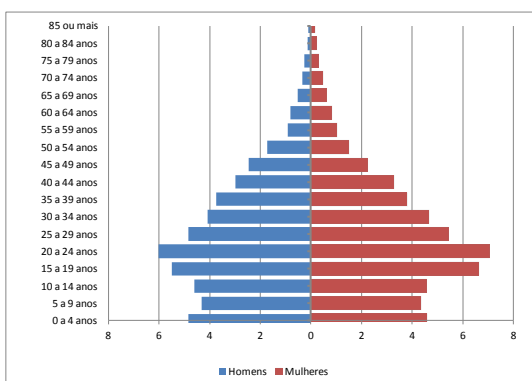
Imigrantes 1986-1991



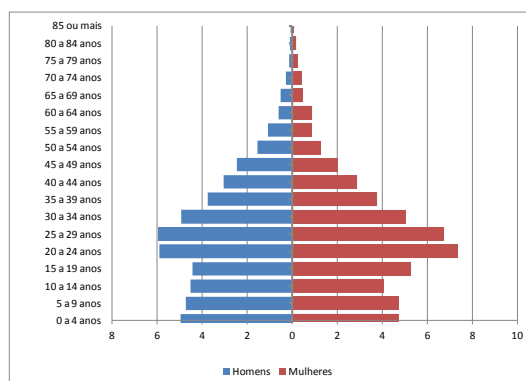
Emigrantes 1986-1991



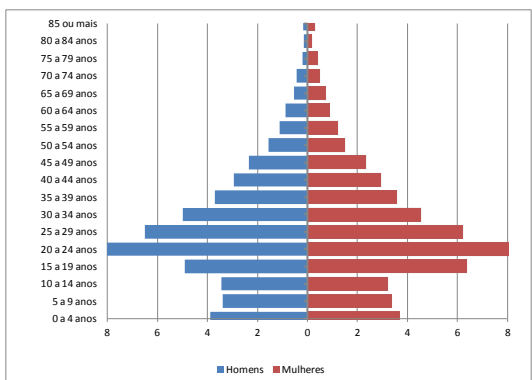
Imigrantes 1995-2000



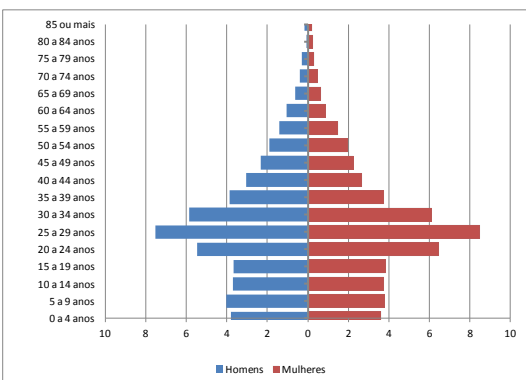
Emigrantes 1995-2000



Imigrantes 2005-2010



Emigrantes 2005-2010



Obs.: Os migrantes de 0-4 anos foram estimados.

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Uberlândia é a cidade média mais populosa entre as estudadas, segundo o Censo Demográfico de 2010 e foi, de longe, a que apresentou o maior crescimento populacional em termos absolutos neste período (de 2000 a 2010, apenas Pouso Alegre apresentou uma taxa média anual de crescimento superior à deste município). Em 1980, era a terceira mais populosa entre as cidades

médias. Em 1991, havia ultrapassado a população da ACP de Ipatinga e, em 2000, quando ultrapassou a população de Juiz de Fora, já havia mais que dobrado sua população. Em 2010, possuía uma população de 604.013, mais de 150% superior à de 1980, com um incremento de 363.046 pessoas.

Os dados indicam que as migrações tiveram um papel crucial no crescimento de Uberlândia. Esta cidade apresentou saldos migratórios muito superiores aos das outras cidades médias nos três quinquênios analisados. Em relação às taxas líquidas de migração, apenas Pouso Alegre, com um volume populacional muito inferior ao de Uberlândia, teve valores superiores no primeiro e terceiro quinquênio analisados. Em Uberlândia, 7,83% da população em 1991, 6,29% em 2000 e 3,41% em 2010 foram consequência dos fluxos migratórios do município nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010, respectivamente.

A idade mediana dos imigrantes e emigrantes de Uberlândia dos quinquênios supracitados seguiu a mesma tendência de aumento observada na população do município ao longo do período 1980-2010. Ao final de cada quinquênio, a idade mediana dos emigrantes era superior à dos imigrantes de cada período, como ocorre na maior parte das cidades médias. Como a idade mediana dos imigrantes era significativamente inferior à da população no final dos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010, pode-se concluir que as migrações foram responsáveis por uma diminuição do ritmo de envelhecimento populacional do município, considerando os expressivos fluxos de imigrantes que ele recebeu. Apesar do aumento de 44,34% em sua idade mediana, Uberlândia apresentou o terceiro menor ritmo de envelhecimento entre as cidades médias entre 1980 a 2010.

Juiz de Fora também apresentou um significativo incremento populacional desde 1980, atrás apenas de Uberlândia, em termos absolutos. Considerando a média dos saldos migratórios dos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010, a população de Juiz de Fora foi a segunda cidade mais impactada, em termos absolutos, pelos fluxos migratórios, mostrando um forte poder de atração e retenção populacional. Não fossem as migrações ocorridas entre 1986 e 1991, a população de Juiz de Fora seria 2,41% menor ao final desse período. No quinquênio 1995-2000, o município apresentou um crescimento significativo tanto de seu saldo migratório quanto de sua TLM: se não tivessem ocorrido migrações,

sua população seria 3,16% menor no ano 2000, um valor bastante relevante quando consideramos o grande porte demográfico deste município. Ao final do quinquênio 2005-2010, quando houve uma redução geral das taxas líquidas de migração das cidades médias, a população do município seria 1,04% menor, se não tivessem ocorrido migrações no período.

Juiz de Fora foi a cidade que apresentou o perfil etário mais envelhecido entre todas as cidades médias e em todos os anos censitários, desde 1980. Como já partiu de um patamar elevado (com uma idade mediana quase 3 anos superior ao do conjunto das cidades médias), este município foi o que apresentou a menor variação, relativa e absoluta, ao longo dos últimos 30 anos. Apesar disso, a diferença foi alta: a idade mediana elevou-se em quase 10 anos, aumentando 41%. As idades medianas dos imigrantes e emigrantes também se mostraram elevadas em relação às de quase todas as outras cidades médias e sofreram um aumento ao longo do período analisado (a idade mediana dos emigrantes foi sempre superior à dos imigrantes). Os dados mostram que, se não fossem as migrações, o envelhecimento populacional de Juiz de Fora teria sido mais acelerado, apesar de essa influência não ter sido tão forte como em outras cidades médias, devido ao perfil etário dos migrantes e à sua menor contribuição relativa no crescimento populacional deste município.

O município de Uberaba, o quarto mais populoso entre as cidades médias no ano de 2010, mostrou um padrão de crescimento atípico: apresentou a menor taxa média anual de crescimento entre 1980 e 1991 e taxas bem superiores à do conjunto de cidades médias nos dois outros quinquênios analisados. Entre estes períodos, todos os outros municípios apresentaram valores declinantes, com exceção da ACP de Ipatinga, onde ocorreu um pequeno aumento (vale lembrar que, entre os períodos intercensitários de 1991-2000 e 2000-2010, todos os municípios sofreram uma queda na taxa média anual de crescimento, com exceção de Teófilo Otoni, que partiu de uma taxa levemente negativa). Uberaba foi o único município a apresentar uma série crescente de saldos migratórios e taxas líquidas de migração, que tiveram impactos significativos no crescimento da sua população. Considerando a média dos quinquênios, Uberaba teve o terceiro maior saldo migratório e a terceira maior taxa líquida de migração.

Em relação à estrutura etária, Uberaba apresentou a segunda população mais envelhecida e o segundo menor aumento relativo na idade mediana das cidades médias de 1980 a 2010, atrás apenas de Juiz de Fora. Contrariando a tendência geral de aumento, a idade mediana dos imigrantes de Uberaba sofreu uma leve redução entre os quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, provocando um aumento da diferença em relação aos emigrantes (como na maior parte das outras cidades médias, a idade dos emigrantes foi superior à dos imigrantes nos três quinquênios). A idade mediana tanto dos imigrantes como dos emigrantes de Uberaba foi inferior à da população do município nos anos censitários correspondentes ao último ano dos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. Como Uberaba apresentou altos saldos migratórios positivos e altas taxas líquidas de migração, conclui-se que as migrações foram responsáveis pelo envelhecimento populacional relativamente lento deste município.

Pouso Alegre, que até o ano 2000 foi o município menos populoso entre os estudados (em 2010 ultrapassou a população de Varginha, que passou a ser o menos populoso), foi um dos que apresentaram algumas das maiores taxas médias anuais de crescimento entre 1980 e 2010. Foi o município que mais cresceu de 2000 a 2010 e o segundo que mais cresceu de 1980 a 1991 e de 1991 a 2000 (atrás apenas de Uberlândia). As migrações cumpriram um papel fundamental neste sentido, a julgar por suas altas taxas líquidas de migração. Considerando seu porte demográfico relativamente pequeno, apresentou saldos migratórios volumosos. Se não tivessem ocorrido migrações nos quinquênios analisados, a população de Pouso Alegre teria sido quase 9% menor em 1991, 5,20% menor em 2000 (TLM inferior apenas à de Uberlândia no quinquênio 1995-2000) e 4,73% em 2010. Os dados indicam que o crescimento populacional de Pouso Alegre foi o que mais sofreu influência das migrações entre as cidades médias abordadas neste estudo.

A idade mediana da população de Pouso Alegre foi ligeiramente superior ao do conjunto das cidades médias de 1980 a 2010. Os valores relativos aos migrantes apresentaram uma tendência de crescimento ao longo do tempo, com valores acima da maior parte dos outros municípios. Embora a idade mediana dos imigrantes dos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010 sejam mais

baixas que às da população nos anos censitários de 1991, 2000 e 2010, não há uma discrepância tão acentuada como em outros municípios. Assim, os dados sugerem que o impacto das migrações na desaceleração do envelhecimento da população de Pouso Alegre se deu mais pelo volume de imigrantes, que tendem a ser mais jovens que a população não migrante, do que pela discrepância entre o perfil etário dos mesmos.

O rápido crescimento populacional de Pouso Alegre fez com que a população desta cidade ultrapassasse a de Varginha no Censo Demográfico de 2010, o município menos populoso entre os estudados neste ano. Como a maioria das cidades médias, Varginha apresentou taxas médias anuais de crescimento altas e decrescentes ao longo do período 1980-2010. Seus saldos migratórios mostraram-se pouco expressivos nos quinquênios analisados, os menores entre os municípios com saldos positivos. Entretanto, por se tratar de um município de porte relativamente pequeno, suas taxas líquidas de migração foram bastante significativas. Se não fossem as migrações dos quinquênios em pauta, a população de Varginha seria 3,69% menor em 1991, 2,59% menor em 2000 e 0,61% menor em 2010.

A idade mediana da população de Varginha também apresentou um aumento expressivo entre 1980 e 2010. Essa tendência foi acompanhada pelos imigrantes do município, que alcançaram o maior valor entre todos os imigrantes dos municípios estudados no quinquênio 2005-2010. O mesmo não ocorreu com os emigrantes dos quinquênios analisados, que apresentaram uma queda na idade mediana entre 1991 e 2000 e um aumento em 2010. Com exceção do primeiro quinquênio, os emigrantes de Varginha tinham uma idade mediana inferior à dos imigrantes, uma situação atípica entre as cidades médias estudadas (a outra exceção foi Divinópolis no quinquênio 1995-2000, como será visto adiante). Apesar de a idade mediana dos imigrantes de Varginha ser superior à do conjunto das cidades médias, eles possuem um perfil jovem, com valores bastante inferiores aos da população nos anos censitários correspondentes ao final dos quinquênios considerados. Isso mostra que as migrações tiveram um impacto na estrutura etária do município, no sentido de diminuir o ritmo de envelhecimento da população.

Divinópolis apresentou um crescimento populacional expressivo desde 1980, com taxas médias anuais de crescimento superiores às do conjunto das cidades médias mineiras. Embora tenha apresentado uma sequência decrescente de saldos migratórios nos três quinquênios analisados, as migrações foram responsáveis por um incremento populacional significativo, como indicam as taxas líquidas de migração, sobretudo do primeiro quinquênio. Se não tivessem ocorrido migrações nos períodos em análise, a população enumerada de Divinópolis seria 3,57% menor em 1991, 2,56% em 2000 e 1,13% menor em 2010.

A idade mediana da população de Divinópolis aumentou 55,21% de 1980 a 2010, passando de 20,78 anos em 1980 para 32,25 anos em 2010, a terceira maior entre as cidades médias nesse ano. Este envelhecimento teria sido ainda mais acelerado caso não tivessem ocorrido migrações, pois a idade mediana dos migrantes nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010 foi bem inferior à da população não migrante nos anos censitários correspondentes ao fim desses quinquênios (em Divinópolis e em todas as outras cidades médias). Inclusive, este município foi uma das duas exceções à regra geral de aumento da idade mediana dos imigrantes ao longo do tempo: seus valores tiveram uma redução do quinquênio 1995-2000 ao quinquênio 2005-2010, com um consequente aumento da porcentagem de imigrantes com até 29 anos completos no último período. Como o município apresentou apenas saldos positivos, podemos concluir que o contingente de imigrantes que entraram em Divinópolis nas últimas décadas diminuiu o ritmo de envelhecimento de sua população.

O município de Montes Claros, o maior polo regional do norte de Minas Gerais, experimentou um grande crescimento populacional entre 1980 e 2010, sendo a terceira cidade média que mais cresceu no período, apesar das declinantes taxas médias anuais de crescimento. Seus saldos migratórios e taxas líquidas de migração também tiveram uma queda gradual ao longo dos quinquênios considerados, sugerindo uma perda no seu poder de atração populacional. Se não fossem as migrações do período 2005-2010, sua população em 2010 seria apenas 0,44% menor. Esse valor contrasta bastante com o primeiro quinquênio, quando as migrações foram responsáveis por 3,05% da população enumerada em 1991, valor bastante significativo quando se leva em consideração o volume

populacional de Montes Claros e sua localização no território mineiro. No período 1995-2000, se não tivessem ocorrido migrações, sua população seria 1,70% em 2000.

Entre todas as cidades médias, Montes Claros apresentou a estrutura etária mais jovem nos anos censitários (com exceção de 1980, quando estava praticamente no mesmo patamar que Teófilo Otoni). Mesmo com o aumento de 54,20% em sua idade mediana entre 1980 e 2010, foi a única a apresentar um valor abaixo de 30 anos em 2010. Os dados sugerem uma influência significativa das migrações nesse sentido, já que os imigrantes de Montes Claros tinham o perfil etário mais jovem entre todos os municípios em estudo, em todos os quinquênios (foi o município com a mais alta proporção de pessoas de até 29 anos completos, entre imigrantes e emigrantes, nos final dos três quinquênios considerados). De 1986 a 1991, quando houve o maior influxo de imigrantes no município, em termos absolutos e relativos, a idade mediana deles era de apenas 17,85 anos. Este valor foi bem inferior ao do conjunto das cidades médias, cuja idade mediana foi de quase 21 anos. Os emigrantes de Montes Claros, embora também possuam um dos perfis etários mais jovens, mostraram idade mediana superior à dos seus imigrantes em todos os quinquênios.

A Área de Concentração Populacional de Ipatinga, mais conhecida como Aglomerado Urbano do Vale do Aço, tinha a segunda maior população entre as cidades médias em 1980 e, a partir de 1991, quando foi ultrapassada por Uberlândia, manteve-se como a terceira cidade média mais populosa. A população da ACP de Ipatinga cresceu menos que o conjunto das cidades médias nos três períodos intercensitários considerados neste estudo, apesar do atípico pequeno aumento em sua taxa média anual de crescimento entre 1980-1991 e 1991-2000, já referido anteriormente no texto. Os dados sugerem que neste conglomerado as migrações dos três quinquênios tiveram impacto pequeno sobre os estoques populacionais de 1991, 2000 e 2010. Se não fossem as migrações, a ACP de Ipatinga teria apresentado uma população apenas 0,24% maior em 1991, uma população 0,95% menor em 2000 e uma população 0,76% maior em 2010. Além da ACP de Ipatinga, apenas Teófilo Otoni e Governador Valadares tiveram saldos migratórios e taxas líquidas de migração negativas. Entretanto, a situação

desses municípios é bastante diferente, pois, a ACP de Ipatinga, além de ter apresentado, no primeiro e terceiro quinquênios analisados, taxas líquidas de migração negativas significativamente menores, chegou a registrar valores positivos no quinquênio 1995-2000, o que não aconteceu em Teófilo Otoni e Governador Valadares.

A população da ACP de Ipatinga apresentou o terceiro maior aumento na idade mediana entre as cidades médias mineiras. Isso condiz com os saldos migratórios e taxas líquidas de migração referidas anteriormente, pois, já que não houve um contingente de imigrantes jovens suficientemente grande para refrear significativamente o envelhecimento populacional, é natural que ela apresente um aumento na idade mediana superior aos dos municípios com altos saldos migratórios e taxas líquidas de migração maiores e positivas³¹.

Teófilo Otoni, como já foi sugerido ao longo desta dissertação, encontra-se em uma situação bastante peculiar frente às outras cidades médias abordadas neste estudo. De 1980 a 2010, além de ter sido o município que menos cresceu (abaixo inclusive dos níveis estaduais e nacionais), foi o único a apresentar uma taxa média anual de crescimento negativa (entre 1991 e 2000). Embora com um valor quase nulo, este valor reflete as grandes perdas migratórias de Teófilo Otoni no quinquênio 1995-2000, que chegaram a sobrepujar o crescimento natural de sua população.

Teófilo Otoni foi o município que mais perdeu população em função das migrações nos dois primeiros quinquênios e o segundo no último quinquênio, em termos absolutos e relativos. Como dito anteriormente, apenas Teófilo Otoni e Governador Valadares apresentaram saldos migratórios e taxas líquidas de migração negativas nos três quinquênios. O impacto dessas perdas populacionais foi enorme: se não tivessem ocorrido migrações nos quinquênios avaliados, a população de Teófilo Otoni teria sido 6,47% maior em 1991, 7,44% maior em 2000 (no quinquênio 1995-2000, Teófilo Otoni apresentou a maior taxa líquida de

³¹ A ACP de Ipatinga foi a cidade média que apresentou a menor proporção de imigrantes e emigrantes de até 29 completos de idade nos quinquênios analisados.

migração negativa entre todas as cidades médias, nos três quinquênios analisados) e 2,56% maior em 2010.

A diferença entre as idades medianas dos imigrantes e emigrantes de Teófilo Otoni foi a menor entre as cidades médias e ambas apresentaram valores muito baixos nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. A porcentagem de migrantes de até 29 anos completos de idade só foi superior em Montes Claros, o que revela um perfil etário bem jovem. Apesar do aumento de 63,49% na idade mediana da população de 1980 a 2010, o maior entre as cidades médias mineiras, Teófilo Otoni continua sendo um dos municípios com uma das estruturas etárias mais jovens entre os abordados neste estudo.

Apesar das fortes perdas migratórias nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010, tanto em termos absolutos quanto relativos, Governador Valadares teve um crescimento populacional positivo nas três últimas décadas, ou seja, as emigrações não foram suficientes para anular completamente o crescimento natural de sua população. As migrações foram responsáveis por um crescimento corrente bem menor do que o natural (Governador Valadares foi a segunda cidade, entre as abordadas neste estudo, que menos cresceu, atrás apenas de Teófilo Otoni). Se elas não tivessem ocorrido nos quinquênios avaliados, a população de Governador Valadares teria sido 3,57% maior em 1991, 2,56% maior em 2000 e 1,13% maior em 2010. Foi a cidade média que mais perdeu população em função das migrações entre 2005 e 2010 e a segunda nos dois outros quinquênios analisados, atrás apenas de Teófilo Otoni, em termos absolutos e relativos.

A idade mediana da população de Governador Valadares foi a que teve o segundo maior aumento entre as cidades médias, atrás apenas de Teófilo Otoni: aumentou 57,09% entre 1980 e 2010, passando de 19,20 a 30,16 anos. Perdas migratórias tendem a provocar um envelhecimento da população, se a idade mediana dos emigrantes for menor do que a da população. Como a idade mediana dos emigrantes (que prevaleceram sobre os imigrantes em todos os quinquênios) é menor que a idade mediana da população nos anos censitários correspondentes ao fim dos quinquênios, pode-se concluir que as significativas perdas populacionais de Governador Valadares foram parcialmente responsáveis

por esse envelhecimento tão acelerado, embora a entrada de imigrantes, menos numerosos que os emigrantes, com um perfil etário menos envelhecido tenha arrefecido, em parte, esse processo.

6 CONCLUSÃO

Ao mostrar a evolução das migrações e da população das cidades médias de Minas Gerais nas três últimas décadas, esta dissertação indicou importantes mudanças nos volumes e no impacto proporcional dos fluxos migratórios, além de alterações significativas no perfil etário e na composição por sexo dos imigrantes, emigrantes e das populações dos municípios onde estão situadas as cidades médias.

Observou-se que a queda generalizada da taxa média anual de crescimento do Brasil, de Minas Gerais e das cidades médias mineiras de 1980 a 2010 foi condizente com o declínio das taxas de fecundidade brasileiras iniciado no fim da década de 1960. Entretanto, o conjunto das cidades médias teve um declínio menos acentuado das taxas de crescimento, com valores superiores aos de Minas Gerais e aos do Brasil em todos os períodos intercensitários, exercendo as migrações importante papel como indutor do crescimento populacional.

As cidades médias de Minas Gerais mostraram-se um grupo heterogêneo no que diz respeito ao crescimento populacional e às migrações. Entre 1980 e 2010, enquanto as populações de Uberlândia e Pouso Alegre (que apresentaram fortes saldos migratórios positivos nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010) mais que dobraram, a população de Teófilo Otoni permaneceu praticamente estagnada e a de Governador Valadares cresceu a um ritmo inferior ao do estado. Enquanto a maioria das cidades médias experimentou significativos saldos migratórios positivos, essas duas cidades apresentaram valores negativos nos três quinquênios, contrariando a generalização tão comum de que as cidades médias constituem áreas de absorção de população (a Área de Concentração Populacional de Ipatinga também teve saldos migratórios levemente negativos em 1986-1991 e 2005-2010).

Nas análises dos perfis migratórios das cidades médias de Minas Gerais, a localização espacial deve ser levada em consideração. Assim como a densidade da rede urbana é bastante irregular no território mineiro, também há um grande

contraste no que diz respeito às migrações. A porção norte e leste do estado apresentou um número de municípios com perdas populacionais decorrentes dos fluxos emigratórios muito maior do que na porção sul e o oeste do estado (incluindo as mesorregiões Sul, Sudoeste, Oeste de Minas Gerais, Campo das Vertentes, Zona da Mata e Triângulo Mineiro).

Os mapas dos saldos migratórios dos municípios de Minas Gerais nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010 mostraram que as cidades médias mineiras tendem a apresentar valores discrepantes dos municípios vizinhos (inclusive as que apresentaram valores negativos), embora, quando se leva em consideração o volume populacional dos municípios através da Taxa Líquida de Migração, este destaque é menos acentuado. Os mapas também indicaram uma relativa estabilidade no que diz respeito ao padrão espacial dos saldos migratórios: sejam como expulsores ou receptores de população, as cidades médias, em geral, apresentaram uma posição relativa mais ou menos estável em relação à região em que estão inseridas e em relação aos municípios mais próximos nos três quinquênios avaliados.

Quanto à evolução temporal dos saldos migratórios, os municípios mostraram tendências divergentes, principalmente do quinquênio 1986-1991 ao quinquênio 1995-2000. Deste quinquênio ao quinquênio 2005-2010, apenas Pouso Alegre e Uberaba experimentaram um crescimento em seus saldos migratórios – todos os outros apresentaram uma queda. Em relação ao impacto proporcional das migrações na população das cidades médias, observou-se uma redução drástica do quinquênio 1995-2000 ao quinquênio 2005-2010, provavelmente relacionada com as mudanças na estrutura etária do país, decorrentes da transição demográfica.

Com a diminuição do estoque de população nas faixas etárias mais jovens, haveria uma menor pressão, em termos relativos, nas áreas de recepção de migrantes, o que causou uma sensível redução do número de municípios que atraem população de forma expressiva em Minas Gerais, principalmente comparando-se com os números da década de 1970 (MATOS, p.716, 1998). Na porção sul do estado, por exemplo, chama a atenção o grande número de

municípios que apresentaram uma redução nos valores de suas taxas líquidas de migração.

No que diz respeito à origem dos imigrantes e o destino dos emigrantes das cidades médias de Minas Gerais, constatou-se uma alta concentração em determinadas unidades da federação, particularmente as da região Sudeste e, sobretudo, no próprio estado de Minas Gerais. Também foi observada uma grande estabilidade na origem e destino dos fluxos migratórios nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. A grande correspondência dos locais de origem e destino nas trocas migratórias condiz com os postulados das teorias de redes migratórias e com o princípio da causação cumulativa. A estabilidade relativa dos fluxos e a formação de contracorrentes migratórias são previstas por estas teorias e são corroboradas pelos dados apresentados nesta dissertação.

Constatou-se que a proximidade espacial é o principal condicionante dos fluxos de origem e destino dos migrantes. Depois de Minas Gerais, São Paulo ocupa o segundo lugar como principal estado de origem e destino dos migrantes, seguido pelos outros estados do Sudeste. Assim como o peso do estado do Rio de Janeiro deve-se em grande parte às trocas migratórias com Juiz de Fora (localizado na Zona da Mata, próximo à divisa estadual com o Rio de Janeiro), a participação do estado de Goiás nas trocas migratórias com Uberlândia e Uberaba (localizados no Triângulo Mineiro) é responsável pelo peso do Centro Oeste como a segunda principal região brasileira de origem e destino dos migrantes das cidades médias de Minas Gerais.

Em relação à composição por sexo das populações, os dados apontaram uma forte tendência ao aumento proporcional do número de mulheres no país, no estado e nas cidades médias em estudo. Essa redução generalizada da razão de sexo provavelmente se deu por um aumento diferencial na expectativa de vida das mulheres no Brasil, em Minas Gerais e nas cidades médias, pois a análise por faixas etárias sugere que o aumento da diferença entre o número de homens e mulheres ocorreu principalmente nas idades mais avançadas. Embora esta seja uma tendência geral, os valores da razão de sexo das cidades médias nos quatro anos censitários mostraram-se significativamente inferiores aos do estado e do país.

Observou-se que os emigrantes das cidades médias de Minas Gerais mostraram uma tendência a possuir uma razão de sexo superior à dos imigrantes e, considerando as cidades médias em conjunto, que o diferencial aumentou ao longo dos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010. Não obstante as importantes mudanças observadas na composição por sexo das populações e dos migrantes das cidades médias, observou-se que o impacto das migrações na razão de sexo dessas localidades foi pequeno, apesar da predominância de mulheres tanto entre os imigrantes quanto entre os emigrantes.

O mesmo não pode ser dito em relação aos impactos das migrações na composição etária das populações das cidades médias, que foram substanciais. Apesar da tendência de aumento da idade mediana tanto dos imigrantes quanto dos emigrantes dessas cidades, vale ressaltar que ela não se deu na mesma proporção que o envelhecimento das populações em estudo. Em outras palavras, apesar do envelhecimento generalizado e muito rápido da população do Brasil, de Minas Gerais e das cidades médias de 1980 a 2010, os migrantes continuam concentrando-se nas faixas etárias mais jovens, apontando uma clara seletividade etária nas migrações.

A diminuição da razão de dependência total e jovem e o aumento da razão de dependência de idosos no Brasil, no estado de Minas Gerais e nas cidades médias indicam que estamos vivenciando a fase da transição demográfica denominada “bônus” ou “dividendo” demográfico, um momento favorável à economia, com um grande potencial de desenvolvimento. As cidades médias apresentaram valores da razão de dependência total muito próximos em 2010, com exceção de Teófilo Otoni e Governador Valadares, com valores relativamente altos, acima da média estadual. Isso sugere que estas cidades médias, que tiveram fortes perdas migratórias, foram impactadas negativamente pelas migrações, tendo em vista o alto grau de dependência econômica de suas populações.

Como o impacto das migrações na composição etária populacional depende do volume, da proporção e do perfil etário dos imigrantes e emigrantes de cada município, e as cidades médias deste estudo apresentaram perfis bastante heterogêneos, foi feita uma análise separada de cada uma. Constatou-se que

idades com altos saldos migratórios e taxas líquidas de migração, como Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia e Pouso Alegre, foram as que apresentaram o menor ritmo de envelhecimento. O contrário também é verdadeiro, pois Teófilo Otoni, Governador Valadares e ACP de Ipatinga, as cidades médias que apresentaram os saldos migratórios e taxas líquidas de migração negativas foram exatamente aquelas que experimentaram o envelhecimento mais acelerado nas três últimas décadas, o que leva à conclusão de que as perdas migratórias, nos casos analisados, aceleraram o envelhecimento populacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Ana Márcia Moreira. Análise da rede urbana de Minas Gerais a partir dos fluxos migratórios nos períodos 1986-1991 e 1995-2000. Tese de doutorado. Belo Horizonte, 2009.

AMORIM FILHO, O. B. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: Cidades médias: espaços em transição / Maria Encarnação Beltrão Sposito (org.). 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

AMORIM FILHO; O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA Rodrigo Valente. (orgs.). Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro, 2001.

AMORIM FILHO, O. B.; BUENO, M.E.T.; ABREU, J.F. “Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais”. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, v.12, n.23-24, p.33-46, 1982.

AMORIM FILHO, O. B. Um esquema metodológico para o estudo sobre as cidades médias. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 2., 1976, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: IGC, UFMG, 1976.

ANDRADE, T.A. & SERRA, R.V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA Rodrigo Valente. (orgs.). Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro, 2001.

ANDRADE, T.A. & SERRA, R.V. O recente desempenho das cidades médias no crescimento urbano brasileira. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Brasília, 16, n.1/2 jan/dez. 1999.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. IPEA, Texto para discussão, n.554, Rio de Janeiro, 1998.

ARAÚJO, M. M. S.; MOURA, R.; DIAS, P. C. Cidades Médias: Uma categoria em discussão. In: Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Rafael Henrique Moraes Pereira, Bernardo Alves Furtado (org.). Brasília: Ipea, 2011.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo / José Marcos Pinto da Cunha (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2011.

BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Brasília, 15(2), 1998.

BAENINGER, R. Redistribuição Espacial da População: o caso brasileiro. Documentos Docentes. Centro Latinoamericano de demografia - CELADE/Naciones Unidas. Santiago de Chile. 1995

BETTREL, C.B. and J.F. HOLLIFIELD (2000). Migration Theory: Talking Across Disciplines. New York, Routledge, Introdução.

BLACK, R., W. N. ADGER, et al. (2011). “The effect of environmental change on human migration”. Global Environmental Change 21, Supplement 1(0): S3-S11.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Texto para discussão 366. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BRITO, F.. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. Estudos Avançados, v. 57, p. 221-236, 2006.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Brasília, 15(2), 1998.

CARVALHO, J. A. M. Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil. Texto para discussão 227. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

CARVALHO, J. A. M. ; GARCIA, R A . Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período (1985/1990). I. In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002.

CARVALHO, J. A. M. & RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Brasília, 15(2), 1998.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: Cidades médias: espaços em transição / Maria Encarnação Beltrão Sposito (org.). 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

COSTA, G.M. ; COSTA, H. S. M. . Novas e velhas diferenças: desafios à gestão metropolitana no Vale do Aço. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000, Caxambu. Brasil, 500 anos: mudanças e continuidades. Belo Horizonte: ABEP, 2000. v. 1.

DAVIS, K. (1989) in M. Teitelbaum and J. Winter (Ed.) Population and resources in western intellectual traditions. Cambridge: Cambridge University, UK.

DE HAAS, H. (2010). Migration and Development: a theoretical perspective. In International Migration Review, 44(1):227-264.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração , nem contínua polarização. Revista Nova Economia, v.3, n.1, p.35-64, set. 1993.

GUILMOTO, C.Z. e SANDRON, F. (2001) "The internal dynamics of migration networks in developing countries", in Population: na English Selection, 13(2): 135-164.

IPEA - Série "Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil" / IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília: IPEA, 2002.

JANUZZI, P. M. Mobilidade social e migração no Brasil: Revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasília, 16, n.1/2 jan/dez. 1999.

LEE, E. S. "A theory on migration". *Demography*, 3 (1): 47-57, 1966 (Population studies Center, Series in Studies of Human Resources, 1). (Tradução de Hélio A. de Moura). In: MOURA, H. A., "Migração Interna: Textos selecionados". Banco do Nordeste do Brasil S.A.- BNB. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE - Fortaleza, 1980.

LEE, E. S, et al. Population redistribution and economic growth. United State, 1870- 1950. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1957.

LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labor. *The Manchester School of Economic and Social Studies* 22. 1954

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. IPEA, Texto para discussão, n.329, Brasília, 1994.

MARTINE, G.; CAMARANO, A.A.; NEUPERT, R. e BELTRÃO, K. (1988). A Urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda: ABEP, 1988.

MARTINE, G. & CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v.1, n.1/2, p.99-143. Jan./dez. 1984.

MASSEY, D., J. Arango, et al. (1993). "Theories of International Migration: a Review and Appraisal". *Population and Development Review* 19(3): 431-466

MATOS, R.; BAENINGER, R. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. *Cadernos do Leste*, Belo Horizonte, IGC/UFMG, v. 6, n. 6, p. 7-44, 2004.

MATOS, R. . Migração e desconcentração demográfica nas principais áreas de atração populacional de Minas Gerais. In: *Encontro Nacional de Estudos*

Populacionais., 1998, Caxambu. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais., 1998. p. 713-728.

PIORE, M. J. *Birds of Passage: Migrant Labor in Industrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press. 1979.

PORTES, A. "Migration and development: reconciling opposite views." *Ethnic and Racial Studies* 32(1): 5-22. 2009.

RANIS, G.; FEI, J. C. H. *A Theory of Economic Development*. *American Economic Review* 54. 1961

RAVENSTEIN, E. G., "The laws of migration". *Journal of the statistical society*, 47 (PT. 1): 167-227, junho, 1885. (Tradução de Hélio A. de Moura). In: MOURA, H. A., "Migração Interna: Textos selecionados". Banco do Nordeste do Brasil S.A.-BNB. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE - Fortaleza, 1980.

Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC 2007). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2008.

RIGOTTI, J. I. R.; CUNHA, J. M. P. A migração interna nos últimos 50 anos: (des)continuidades, rupturas e recrudescimentos. XI Reunión Nacional de Investigación Demográfica em México. Sociedad Mexicana de Demografía (SOMEDE). Águas Calientes, 2012.

RIGOTTI, J. I. R. . Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo / José Marcos Pinto da Cunha (Org.)*. – Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2011.

RIGOTTI, J. I. R. Información de los censos demográficos del Brasil sobre migraciones internas: críticas y sugerencias para el analisis. *Notas de Población (Impresa)*, v. 88, p. 219-244, 2010.

RIGOTTI, J. I. R. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. In: 32o. Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. 32o. Encontro Anual da ANPOCS, 2008. p.

RIGOTTI, J. I. R. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 20, p. 237-254, 2006.

RIGOTTI, J. I. R. Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: Aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 1999. Tese (Doutorado em Demografia). CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte, 1999.

SHRYOCK, H.S., SIEGEL, J.S. The methods and materials of demography. Washington: Bureau of the Census, U. S. Government Printing Office, 1980

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: Migrações Internas e Desenvolvimento Regional, Vol.1. CEDEPLAR. Belo Horizonte, 1973.

SJAASTAD, L.A. The costs and returns of human migration.. The Journal of Political Economy, 7:80-93. 1962.

SKELDON, R. "Migration Transitions Revisited: Their Continued Relevance for The Development of Migration Theory". Population, Space and Place 18(2): 154-166. 2012.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: espaços em transição (Introdução) / Maria Encarnação Beltrão Sposito (org.). 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative Deprivation and international migration. Demography, Chicago, v.26, n.1, 1989.

STARK, O.; BLOOM, D. E. "The new economics of labor migration". The American Economic Review, 75(2): 173-178. 1985

TAYLOR, J. E. Differential migration, networks, information and risk. In Oded Stark (ed.), Research in human capital and development, Vol. 4, Migration, Human Capital and Development. Greenwich, Conn.: JAI Press.1986

TODARO, M. P. A modelo f labor migration and urban unemployment in less developed countries. *The American Economic Review* 59:138-48. 1969.

UMBELINO, G. J. M. ; SATHLER, D. Desconcentração demográfica mineira: migração, crescimento populacional e novas territorialidades. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, 2005, Rio de Janeiro. Anais do IV Encontro Nacional sobre Migrações, 2005.

UNITED NATIONS. Manual VI : methods of measuring internal migration. United Nations. New York, 1970.

WONG, L.R. Composição da população segundo distribuição espacial, sexo e idade. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Não publicado. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/>

WOOD, C. H. Equilibrium and Historical-Structural Perspectives on Migration. *International Migration Review* 16 (2, Special Issue: Theory and Methods in Migration and Ethnic Research. 1982.

WOOD, C. H. Structural Change and Household Strategies: A Conceptual Framework for the study of Rural Migration. *Human Organization*. 1981.